

SANDRO DE SOUZA

OS CORONÉIS DAS ÁGUAS:
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DE
CALDAS NOVAS-GO PELO OLHAR NOTICIOSO DE *O KRÓ* - 1910 A
1940.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
2006

SANDRO DE SOUZA

OS CORONÉIS DAS ÁGUAS:
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DE
CALDAS NOVAS-GO PELO OLHAR NOTICIOSO DE *O KRÓ* - 1910 A
1940.

Dissertação apresentada pelo mestrando Sandro de Souza ao Programa de Mestrado da Faculdade de Educação da UFU, na linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, como exigência para a obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729c Souza, Sandro de, 1960-
Os Coronéis das Águas : um estudo sobre a educação e
as representações de Caldas Novas - GO pelo olhar noticioso
de *O KRÓ* – 1910 a 1940 / Sandro de Souza. - 2006.

212 f. : il.

Orientador: José Carlos Souza Araújo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação
Inclui bibliografia.

1. Educação - Caldas Novas (GO) - História - Teses. I.
Araújo, José Carlos Souza. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.
Título.

CDU: 37(817.3)(091)

SANDRO DE SOUZA

OS CORONÉIS DAS ÁGUAS:
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DE
CALDAS NOVAS-GO PELO OLHAR NOTICIOSO DE *O KRÓ* - 1910 A
1940.

Dissertação defendida e aprovada em
de dezembro de 2006, como requisito
parcial para a obtenção do título em mestre
da Faculdade de Educação – Universidade
Federal de Uberlândia pela Banca
Examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo – Faculdade de Educação – UFU

Orientador

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena – Faculdade de Educação – UFU

Prof. Dr. Nicanor Palhares - Faculdade de Educação – Universidade Federal do Mato
Grosso

Por mais solitário que seja a produção de um texto, ele envolve uma multiplicidade de pessoas, sendo assim a autoria não é única, é, sempre, múltipla. Pertence ao autor e aos que estiveram presentes na sua jornada, orientador, autores, pais, amigos, mulher, filhos, enfim, a todos que contribuem mesmo que silenciosamente para que o texto aconteça, para que a pesquisa siga e encontre o seu fim.

Nesse caminhar muitas pessoas foram importantes, mas sem dúvidas, devo a Kênia, o que sou hoje, não sei se muito ou pouco, mas tenho a certeza que o que sou, ela tem uma importância relevante.

Este texto, depois de dado ao mundo, pertence aos que tiverem paciência para o lerem, criticá-lo, enfim, reconstruí-lo em seu universo.

Agradecimentos

A minha mãe, Ledy Serafim;

Aos meus filhos Akauany e Taynã, e por tabela a Brenda e Marisa, que pouco ou nada reclamaram de minhas ausências ou, às vezes, reclamavam muito;

A Kênia Rodrigues, grande companheira, presente mesmo em minhas ausências, obrigado por insistir sempre; pelas cobranças, enfim por tudo.

Ao professor José Carlos, meu orientador, pela paciência e confiança depositadas;

Ao Luis Sérgio Duarte, pela presença e pelo material de pesquisa;

A Mauro Santos que nos “presenteou” com um rico material de pesquisa que foram os exemplares do jornal *O Kró* e as fotos do acervo do seu pai Oscar Santos.

Resumo

A presente pesquisa investiga o jornal *O Kró*, pequeno informativo que circulou em Caldas Novas – GO, durante o período do Estado Novo. Através desse jornal foi possível delinear as estruturas que estavam em formação na cidade de Caldas Novas, a forma como a educação serviu aos interesses do poder local e sua contribuição para o projeto pensado pelos Coronéis das Águas. Os fatores que proporcionaram esta mudança tiveram como um de seus pilares os novos rumos do Brasil no pós-1930. Os anos da “era Vargas” ou do “Estado Novo”, influenciariam totalmente a formação política da nação, a quebra das hegemonias do café-com-leite e a entrada de novos políticos no cenário nacional. O mundo na década de 30 sofre com crises, a quebra da bolsa de Nova York e os partidos totalitaristas – fascismo e nazismo – criam matizes diferenciadas a nova geopolítica mundial, o Brasil da mesma forma não sairá incólume deste processo pela instauração de um populismo. Goiás, no contexto nacional, tinha pouca ou nenhuma representação, existia uma precariedade nas comunicações entre este e os outros estados. Somente em 1913 foi implantada a primeira ferrovia e a primeira estrada asfáltica, foi construída somente em 1921. Dentro do período do governo provisório (1930 a 1934) foi criada por Pedro Ludovico a cidade de Goiânia, esta criação fazia parte dos planos de interiorização de Vargas. Como acontece o processo de formação político-social da região das Águas Quentes e a vocação para o lazer e, posteriormente, para o turismo, do município de Caldas Novas? Como se dá a história da imprensa e como ela foi utilizada na cidade? Como foi implementada a educação formal e de que modo ela foi utilizada na elaboração do projeto de implantação de uma estância termal? Por fim, *O Kró* nos serve para descortinar as representações locais, desnudando seus moradores e oportunizando uma releitura e uma revisitação a Caldas Novas daquele período. A cidade, suas nuances, as escolas e o grupo escolar com seus modelos pedagógicos, foram esses elementos que nortearam o corpus dessa pesquisa, favorecendo a necessária compreensão historiográfica do período.

Palavras-chave: educação, jornais, *O KRÓ*, escola, Caldas Novas-GO, Estado Novo, elites, Coronéis das Águas.

Resumen

La presente investigación examina el periódico *O Kró*, pequeño informativo que circuló en Caldas Novas – GO durante el período del “Estado Novo”. Través de ese periódico fue posible delinear las estructuras que estaban en formación en la ciudad de Caldas Novas, la forma como la educación sirvió a los intereses del poder local y su contribución para el proyecto pensado por los “Coronéis das Águas”. Los factores que van a proporcionar este cambio, por cierto, tendrán como uno de sus pilares las nuevas direcciones de Brasil en el pos -1930. Los años de la “era Vargas” o del “Estado Novo”, influirían totalmente para la formación política de la nación, el rompimiento de las hegemonías de la política “café-com-leite” y la introducción de los nuevos políticos en el escenario nacional. El mundo en la década de 30 sufre con la crisis, el caída de la Bolsa de New York y los partidos totalitaristas – fascismo y nazismo – crean matices diferenciadas a la nueva geopolítica mundial. Y Brasil, de la misma forma, no saldrá incólume de este proceso por la instauración de un populismo. Goiás, en el contexto nacional, tenía poca o ninguna representación, existía una precariedad en las comunicaciones entre este estado y los otros, solamente en 1913 fue implantada la primera ferrovía y la primera estrada asfáltica surgió solamente en 1921. Dentro del período del gobierno provisorio (1930 a 1934) fue creada por Pedro Ludovico la ciudad de Goiânia, esta creación hace parte de los planos de interiorización de Vargas. ¿Como sucede el proceso de formación político-social de la región de las “Águas Quentes” y la vocación para el láser y, después, para el turismo del municipio de Caldas Novas? ¿Cómo pasa la historia de la prensa y cómo ella fue utilizada en la ciudad? ¿Cómo fue implementada la educación formal y de que modo ella fue utilizada en la elaboración del proyecto de implantación de una estancia termal. Al final, el periódico *O Kró* descortinará las representaciones locales, desnudando sus moradores y ofrecendo una relectura y una revista a Caldas Novas de aquel período. La ciudad, su matiz, sus escuelas y el grupo escolar con sus modelos pedagógicos. Fueran esos elementos que nortearan el corpus de esa pesquisa, contemplando la necesaria comprensión historiográfica del período.

Palabras-clave: educación, periódicos, *O Kró*, escuela, Caldas Novas-GO, “Estado Novo”, elites, “Coronéis das Águas”.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1 O INTERIOR SE EMANCIPA: a formação de Caldas Novas.....	12
1. 1 O Império	13
1. 2 A República	17
1. 3 Um Estado “Novo”	22
1. 4 Do atraso à Modernidade: enfim Goiás	26
1. 5 Caldas Novas, o arraial das águas.....	31
1. 5. 1 A sociedade caldense	37
2 DO MANUSCRITO AO PRELO: as funções do Quarto Poder.....	43
2.1 Da clandestinidade à legitimação.....	46
2.2 As duas faces da mesma moeda.....	48
2.3 O poder do “quarto poder”	49
2.4 A Imprensa em Goiás	52
2.5 O Gigante verga, mas sobrevive.....	55
2.6 Os anos de chumbo.....	57
2.7 O fato – verdade ou mentira?	62
2.8 O despertar dos prelos.....	63
3 EDUCAR PARA MUDAR.....	66
3.1 O velho modelo pedagógico.....	67
3.2 Em busca de uma nova realidade.....	69
3.3 A década das reformas.....	70
3.4 O ritmo da modernidade.....	72

3.5 Escola, escola, pra que te quero escola?	76
3.6 Uma nova rota – um caminho sem volta.....	78
3.7 As escolas rurais – o campo mostra sua face.....	80
3.8 Um censo para mudar.....	81
3.9 O Kró - incentivando o cidadão.....	82
4 COMUNICANDO A PRÓPRIA HISTÓRIA: <i>O Kró</i> , um mensageiro das elites	87
4.1 A questão cultural.....	91
4.2 Uma ferramenta fabulosa: o jornal.....	93
4.3 <i>O Kró</i> no contexto político.....	96
4.4 Os sinais civilizatórios.....	98
4.5 Os vizinhos de letras.....	100
4.6 Aquáticos a caminho.....	113
4.7 Integralismo e nacionalismo.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS	133
ANEXO 1 – Número 01 de <i>O Kró</i>	134
ANEXO 2 – Partes da Constituição de 1824.....	136
ANEXO 3 – Lei Couto Ferraz.	138
ANEXO 4 – Ata de Inauguração dos Retratos de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico em Caldas Novas – GO.....	140
ANEXO 5 – O Kró n. 29	142
ANEXO 6 – Lei nº 32 do Livro de Atas de Caldas Novas – GO	144
ANEXO 7 – Lei nº 33 do Livro de Atas de Caldas Novas – GO	146
ANEXO 8 – O Kró n. 81.....	148
ANEXO 9 – notícia sobre a estrada para Morrinhos	150
ANEXO 10 – Trechos do livro sobre a juventude	152
ANEXO 11 – Decreto da lei 1331 de 1824	154

ANEXO 12 – Motos e carros e Estado Autoritário.....	156
ANEXO 13 – Lei de 15/10/ 1827 – a lei que acabou criando o dia do professor	158
ANEXO 14 – Declaração dos Direitos do homem e do cidadão	160
ANEXO 15 – Posse de professores	162
ANEXO 16 – Quantidade e alunos em Caldas Novas – em <i>O Triângulo</i>	164
ANEXO 17 – Assunto: Caldas Novas – <i>O Triângulo</i>	166
ANEXO 18 – Posse da 1ª professora	168
ANEXO 19 – <i>A Furupa</i>	170
ANEXO 20 – Casa do Cel. Bento de Godoy – foto	172
ANEXO 21 – Casa do Cel. Gonzaga – foto	174
ANEXO 22 – Família Orcalino Santos	176
ANEXO 23 – Oscar Santos e o rádio amador	178
ANEXO 24 – Oscar santos e a loja de tecidos	180
ANEXO 25 – Fotos de alunos na praça da cidade na década de 1930	182

Introdução

A presente investigação trata de um recorte que se inicia na Primeira República e vai até o fim do Estado Novo de 1910 a 1940. A área de interesse é a Educação e, por consequência, as representações sócio-políticas da região das Águas Quentes, em especial, a cidade de Caldas Novas, em Goiás.

O interior goiano possui todas as características que, segundo Victor Nunes Leal, definem e explicitam o uso do termo “Coronel”. Em seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, Leal coloca a importância de analisar este fenômeno.

O fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo” [...]

Por isso mesmo, o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, pp. 39-40)

Ainda, segundo o autor,

[...] a essência do compromisso “coronelista” salvo situação que não constitui regra, consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local (LEAL, 1997, p. 47).

O caso de Caldas Novas caracteriza-se pela criação de um novo tipo de Coronelismo – os Coronéis das Águas –, sua tentativa de consolidação no poder e a quebra do cabresto imposto pelos “coronéis” da cidade de Morrinhos-GO, sua co-irmã. Morrinhos, durante o império e especialmente durante a primeira República, foi o palco do controle político da região. Os coronéis de Morrinhos nasceram do berço da tradicional família do Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes, homem que pela sua fortuna e força política controlava toda a região.

Diante da configuração assumida pela cidade nos dias de hoje nos perguntamos: como aconteceu o processo de formação político-social da região das águas quentes e a vocação turística do município? E a educação, como pôde, ou não, emprestar sua colaboração para este processo em formação? Em caso positivo, quais os modelos pedagógicos utilizados para este fim?

Os fatores que proporcionariam esta mudança, com certeza, teriam um de seus pilares nos novos rumos do Brasil pós 1930.

Os anos da Era Vargas ou do Estado Novo, influenciariam totalmente a formação política da nação. A quebra das hegemonias do Café-com-Leite e a entrada de novos políticos no cenário nacional – como o caso de João Pessoa - alteram definitivamente nossa rota política. O mundo naquele momento sofre com crises. A quebra da bolsa de Nova York e os partidos totalitaristas – Fascismo e Nazismo – criam matizes diferenciadas alterando a geopolítica mundial. O Brasil, da mesma forma, não sairia incólume deste processo. A instauração de um populismo que poderia ser definido como “a ação política que tem o apoio da classe operária e das camadas populares urbanas, que não é o resultado da organização autônoma desses setores, e não tem os objetivos de base definidos por eles”, segundo Torquato di Tella, em seu artigo *Populisme and Refom in Latin América* (apud LIMA, 1990, p. 23).

Vargas chama para si a responsabilidade da construção de um “novo Brasil” de um “novo operariado”. Forma-se um “coronel urbano”. Segundo Maria Emilia A. T. Lima (1990), estas construções mostram-se destoantes da melodia inicial, o populismo foi o contraponto exato do que pretendiam, tanto os operários antes de 30, bem como os políticos.

[...] O estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não podiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como uma coisa inevitável e até benéfica. O congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio, a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos (FAUSTO, 1994, p. 365).

Goiás, no contexto nacional, tinha pouca ou nenhuma representação. Existia uma precariedade nas comunicações entre este estado e os outros. Somente em 1913 foi implantada a primeira ferrovia, que ligava o sul goiano com o Triângulo Mineiro, e a primeira estrada asfáltica, ligando Goiás a Minas Gerais, ocorreu apenas em 1921. Dentro

do Período Provisório (1930 a 1934) foi criada por Pedro Ludovico a cidade de Goiânia. Esta criação faz parte dos planos de interiorização de Getúlio, que ficou bastante claro em um de seus discursos:

Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do País, poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos nossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, grandes celeiros do País, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Nordeste (FAUSTO, 1979. p. 14).

Em Goiás não havia uma classe média¹ constituída, os descontentes encontravam-se nas classes socialmente favorecidas e faziam oposição, principalmente, por não fazerem parte do poder constituído. Palacin (1989, pp.103-104) nos relata que

[...] a participação efetiva de Goiás na Revolução, limitou-se à ação pessoal do Dr. Pedro Ludovico. Durante sete anos tinha lutado na oposição em Rio Verde. Ao articular-se o movimento revolucionário, ele entrou no esquema mantendo-se em contacto com os centros revolucionários de Minas. Ao explodir a Revolução a 04 de outubro de 1930, reuniu um grupo de 120 voluntários no Triângulo Mineiro, com que intentou invadir a região do sudoeste de Goiás

Neste contexto não seria de se esperar que a Educação estivesse colocada de maneira organizada e funcional. No cenário nacional, o Estado Novo promove o intelectual Fernando de Azevedo como um dos precursores da nova reforma da Instrução pública, e acabaria influenciando toda a Educação deste período “estadonovista”. Neste período, a Educação era vista como bem coloca Romaneli (2001, p. 143):

[...] a educação escolar se constituía em privilégio das elites, carecia de sentido a ação estatal, com vistas a fazer expandir o ensino público e gratuito. A elite pagava a sua educação e a Igreja exercia um quase monopólio do ensino. Outra era, porém, a situação que começava a configurar-se na ordem social burguesa. As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Daí por que o movimento renovador compreendeu que havia chegado a hora do Estado assumir o controle da Educação e que , esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação.

¹ O conceito de classe média está ligado diretamente a questão econômica, a visão de classes sociais de Karl Marx.

Analizamos as representações sócio-educacionais da região sob o viés de *O Kró*, um noticioso local, que, assim como o resto do estado, pertencia às pessoas das chamadas “elites dominantes²”, classe que iria formar os novos Coronéis das Águas, da região das Águas Quentes,

[...] é preciso afirmar, contra o relativismo nominalista que anula as diferenças sociais ao reduzi-las a puros artefactos teóricos, a existência de um espaço objectivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. É preciso afirmar, contra o relativismo do inteligível (ou retificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigência da análise estatística que é o único meio de revelar estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogamia), clubes, associações e mesmo “movimentos” sindicais ou políticos o que existe é um espaço de relações o que é tal real como um espaço geográfico (BOURDIEU, 2002, p. 136-137).

Novas relações são tecidas, tanto em função de novos acordos políticos, como por força do discurso proferido na região, indo ao encontro do que pretendiam os “coronéis urbanos” Vargas e Ludovico.

Em Caldas, as lideranças ainda viviam em uma situação que lembrava o Brasil Império e a Primeira República.

As estruturas sociais de todo o Brasil sofrem profundas alterações. O operariado cresce, forma-se uma elite empresarial deixando, porém, uma forte lacuna no estrato social – a classe média. As pressões políticas se fizeram sentir, o poder constituído não poupou esforços para iludir e impor-se, embora a maioria da população não percebesse com que potência era exercido esse poder ditatorial. A população encontrava-se dividida, alguns apoiavam plenamente Vargas, outros já começavam a desconfiar que as mudanças, em sua totalidade, não mais iriam acontecer. Sob a aparência do liberalismo, prendia-se, matava-se e privava-se a população dos seus direitos sociais, embora no discurso a roupagem utilizada pelos governos populistas instituídos, era a da ajuda e do socorro ao “povo menos favorecido” em oposição às “classes dominantes”.

Estas elites eram toda e qualquer camadas ou parcela social constituída que fosse contra Vargas, criando assim, um falso recorte da história social do período. O poder

² Utilizamos aqui o conceito trabalhado por Bottomore, que se refere a um grupo situado em uma posição hierárquica superior numa dada organização e com o poder de influência e de decisão política e econômica. O que se contrapõe à idéia de classe em Marx. Outro autor que também se aproxima deste conceito é Wright Mills no seu livro *A elite do Poder*.

(Governo Getúlio Vargas) ia até onde não prejudicassem, as questões como o voto, a jornada de oito horas de trabalho e, principalmente, o incentivo à produção nacional, faziam parte do jogo político instituído. Em Goiás o cenário também começava a mudar. Percebemos na Caldas Novas de 30, representado no discurso de *O Kró*, esses matizes fortemente influenciados pela linha “Verde Amarelo” dos movimentos culturais de 22, que acabaram dando sustentação intelectual ao governo Vargas. Aproveitando-se deste momento, a elite cultural aproxima-se do poder em Goiás, no caso, de seu representante mais direto, Pedro Ludovico.

O Estado Novo tinha como objetivo consolidar a Marcha para o Oeste³. A ligação da cidade de Caldas Novas a Araguari e a construção da estrada de ferro que passa por Pires do Rio – GO são típicos exemplos do momento histórico que buscava a criação de “identidades regionais” para gerar um caráter nacional. Os valores e os ideais ufanistas nunca deixaram de ser trabalhados, as centrais criadas para a publicidade e para a educação mantinham aceso o culto à personalidade de Vargas. Caldas Novas inscreve-se nesse contexto com a busca econômica do lazer devido às propriedades medicinais de suas águas. Desta forma, a cidade é lentamente revelada nas páginas deste noticioso local, traçando e delineando tanto suas vocações, seja para o turismo, seja para a manutenção dos ideais populistas. A afinção com o Estado Novo está contida em suas páginas, isto sem contar a oportunidade criada com a Marcha para o Oeste que se fazia sentir também no sudoeste goiano e surgia como oportunidade de livrar-se dos grilhões que os Caiado e os Moraes exerciam na região, com base em Morrinhos-GO. A educação local teria a mesma preocupação que as demais províncias. A aspiração era de se consolidar uma educação nos moldes liberais, uma educação para a cidadania, com tradição humanista e com formação profissionalizante.

A herança cultural do Império, como já dissemos, é extremamente marcante. Havia poucas escolas, ou quase nenhuma e com professores mal formados. Assim como os “coronéis urbanos”, Vargas e Ludovico, a elite local – os coronéis da Água –, com base nos ideários liberais, acreditava como Locke que o destino do homem depende da

³ (Extraído da publicação *Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região*”, editado pela SAGRIA. Coordenação: Dalísia Elizabeth Martins Doles. Pesquisa histórica: Janaína Passos Amado, Maria Esperança Fernandes Carneiro e Nilva Maria Gomes Coelho. Pesquisa econômica: Luiz Carlos Baptista de Figueiredo).

educação e das circunstâncias exteriores. Inscreviam-se no discurso de José Veríssimo, quanto da necessidade de uma educação formadora de caráter e identidade nacionalista. O ideário escolanovista que se dissimulava no período de 20 do século passado, com a forte influência de pensadores como Carneiro Leão, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo para citar alguns que implementaram as reformas educacionais. Foram essas reformas que nortearam a formação de grupos escolares e toda a pedagogia a ser trabalhada no período, definindo a função da escola.

“A educação a ser dada pelo Estado deve ser ministrada só na escola, essencialmente. É intuitivo que há outras entidades educativas, mas a essencial é a escola. Portanto, as educações intelectual, moral, física e cívica são obra da escola, que as ministra. A ‘Juventude Brasileira’ organizar-se-á nas escolas, como uma corporação unitária, nacional, do feitio do Exército, da Marinha de Guerra, da Igreja Católica ou de qualquer outra organização desta natureza; é uma corporação formada por jovens dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, normal e profissional, como o objetivo de manter o culto constante à pátria.” (CAPANEMA apud HORTA, 2000, p. 161)

O *Kró* tem a sua primeira edição em roupagem nova em 14 de julho de 1934⁴. Um conjunto de fatores estão influenciando os ideários locais: o movimento ufanista da Semana de Arte Moderna (1922), o Congresso Regionalista do Recife (1926), O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), e as constituições de 1934 e 1937, em especial a de 1934, que tem um especial interesse pela educação.

Isto nos possibilitará uma leitura ampla sobre os processos de formação local da cidade de Caldas Novas, e de sua configuração educacional, quais os elementos vigentes e os pensadores que acabam influenciando esta formação.

A história política do sudoeste goiano, principalmente de Caldas Novas sempre foi vista sob o viés do lazer, afinal a vocação da cidade para este setor da economia sempre foi muito forte. Algumas pesquisas ressaltam a importância das águas quentes e suas fontes termais, porém as mudanças políticas e educacionais que ocorreram durante a consolidação do Estado Novo nunca foram devidamente estudadas. É sob este viés que faremos uma abordagem historiográfica, buscando identificar e comprovar que a formação política e cultural da cidade, liga-se, de maneira definitiva, ao novo período que Pedro Ludovico escreve em Goiás, e que Vargas, escreve no País. Apropriando-nos da história da região,

⁴ Embora não tenhamos tido acesso ao *O Kró* em sua forma datilografada, existe no seu primeiro número uma referência que ele já havia circulado antes de uma forma informal.

(re)lemos as representações, contribuindo com a historiografia do estado, permitindo voz aos grupos sociais que compunham a casta dos Coronéis das Águas, e observamos como foi possível dar corpo à cidade, em especial, à educação como meio político e de controle.

A pesquisa utilizará o olhar noticioso do jornal *O Kró*, comprometido politicamente com o modelo populista implantado por Vargas e seus seguidores, em especial Pedro Ludovico Teixeira, em Goiás. Estaremos fazendo um recorte nas relações educacionais e nosso recorte fixar-se-á nos anos entre 10 e 40 do século XX. A propagação dos ideais de progresso da cidade e os fatores que contribuíram para a formação de uma nova casta política, a dos Coronéis da Água, e de uma emergente classe média. Essa formação cultural contribuiu para a criação de um sistema único que possibilitou, tanto o controle como a comunicação.

O interesse do tema adveio da (re)descoberta do jornal *O Kró*, em casa de seu fundador e principal redator Oscar Santos. Centenas de documentos com boa parte da história local e seus aspectos sociais, culturais e políticos em cartas de punho ou outros documentos por ele arquivados encontram-se ainda no mesmo local, encostados. Um levantamento prévio destas informações trouxe à luz a importância histórica ali adormecida.

A relevância desta pesquisa encontra-se na recuperação da memória coletiva, cultural e educacional da cidade de Caldas Novas.

Foi feito o levantamento historiográfico sobre as representações locais, em especial sobre a educação da cidade, com olhos para as formas como as concepções liberais, em um primeiro momento, e como, depois, o ideário que veio com a Revolução de 30 e, posteriormente o Estado Novo alterou o contexto local. Buscamos demonstrar a importância destas discussões sobre a história local, com destaque ao tipo de educação desenvolvida no período, com a pesquisa de sua história demonstrando os seus passos.

Buscamos identificar as influências do Estado Novo na formação político-social de Caldas Novas, delineando a importância do potencial de pólo de lazer para a região, com ênfase na visão ufanista da época e na importância da educação nesse processo.

Reconstruímos com base nas informações do Jornal *O Kró* a história cultural da época. Acompanha essa pesquisa um estudo da história política de Goiás centrada nos problemas das relações entre poder local, regional e nacional em conjunturas marcadas pelo autoritarismo político. Desta maneira levantamos no capítulo terceiro pedagogias

implantadas no período, verificando a forma como visou atender as elites locais. Mapeamos as unidades escolares que existiram ou que foram criadas no período.

Durante todo o processo, vários questionamentos nos nortearam, entre eles: como se comportam as lideranças locais no pós-30?

As alianças da República Velha não são mais funcionais. Que novas alianças foram firmadas? Sob que bases? Que projetos? Houve transformismo? Qual a margem de manobra do poder local? Qual é a hierarquia regional no pós-trinta? Quais pedagogias são implantadas, e quais seus objetivos? Como se dava a relação educação e poder?

Segundo Chartier (1988, pp.16-17) “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Nesta pesquisa buscamos estas construções, a forma sutil e firme de como as idéias propaladas pelos liberais e depois pelo Estado Novo influenciaram e ajudaram a formar as representações⁵ de Caldas Novas. A educação serviu como elemento de coerção social e manipulação para as elites, visando a necessidade de estruturação e expansionismo do interior, e nesta busca, a consolidação dos poderes constituídos se formam e determinam os rumos a serem seguidos no município, dando oportunidade de se perpetuarem no poder os Coronéis das Águas.

Tais formulações nos levam a estabelecer a hipótese de que Caldas Novas teve seu potencial turístico desenvolvido e a sua formação política constituída para atender os interesses dos Coronéis das Águas, do Interventor de Goiás e do Estado Novo. Caldas ganha espaço diante da influência do grupo de Morrinhos-GO (ligado aos Caiado) apoiando o centralismo estadonovista e investindo no projeto de estância termal-hidro-mineral e para isto, criando a pedagogia do lazer.

Bourdieu (2002), em *O Poder Simbólico*, em seu capítulo sobre a representação política, define com clareza alguns dos obstáculos que teríamos de superar para levarmos a cabo nossa pesquisa. O campo político pode ser entendido como uma série de fundamentos que se imbricam gerando milhares de variáveis possíveis, dentre elas, e de modo especial,

⁵Representação: designa o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais. A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. Chartier busca a história das interpretações: a história da maneira como os indivíduos e a sociedade concebem (*representam*) a realidade e de como essa concepção orienta suas práticas sociais.

•Método = *o mundo como representação*

•Noção: “*o relacionamento da imagem presente em objeto ausente*”.

•*Os discursos historiográficos são determinados pelos interesses dos grupos dominantes.*

a educação, que em quase todos os períodos da humanidade serviu como panacéia para os males políticos e sociais de determinadas e variadas sociedades.

[...] O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância referencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes mantêm com as suas organizações. (...) o que faz que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos (Bourdieu, 2002, p.163-164).

Ginzburg (1987), quando se utiliza da abordagem histórica dos homens comuns, ajuda-nos a construir um entendimento de como o discurso dominante no momento estará construindo valores subjetivos no seio da comunidade e como ela estará reagindo a isto. Em *O queijo e os vermes* (1987) e *Mitos, Emblemas e Sinais* (1989), Ginzburg clarifica a ação do discurso, seja de teor teórico ou pedagógico, social ou religioso, na formação da história, que podemos chamar de cultural. Certeau (2000), em sua análise do Discurso Histórico, dá-nos o fio condutor para o desenredo do processo de formação que está inscrito em *O Kró*. A história do estado de Goiás também nos orienta na compreensão destas formações sócio-educacionais. Apoiamo-nos ainda na visão sobre a história da cultura trabalhada por Falcon (2002) e Burke (2005), e os caminhos possíveis para a compreensão traçados nos clássicos de Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, Francisco Itami com *Coronelismo em Goiás*, Faoro com *Os donos do Poder. A Escrita da História* de Certeau facilita-nos na compreensão dos discursos dos autores citados e do jornal *O Kró*.

Instauramos uma discussão com alguns teóricos da educação no Brasil, como; Carneiro Leão, José Veríssimo, Gustavo Capanema, Fernando Azevedo e Vieira Pinto.

Trabalhamos com as impressões que o liberalismo e o republicanismo provocaram no poder local. Seguimos trabalhando com as reformas pedagógicas propostas no período, em especial, as reformas pedagógicas que seguiram e as Constituições de 1934 e 1937. Geertz esteve presente para completar a leitura e montagem da historiografia contida em *O Kró* e nos livros de atas do período de 1911 a 1945.

Eleito o jornal da cidade de Caldas Novas, *O Kró*, como fonte primária, bem como as atas da Câmara Municipal de Caldas Novas, foram ainda trabalhados:

- Levantamento bibliográfico sobre a Educação no período de 10 a 40 do séc. XX.
- Levantamento bibliográfico sobre a história Goiana e história cultural para
- Metodologia - Análise do discurso histórico inserido em “O Kró” e outros noticiosos da região
- Levantamento da história oral da região
- Pesquisas iconográficas
- pesquisa experimental com utilização do material literário e iconográfico da região.
- documentos relativos ao Estado Novo, em especial as pedagogias e as reformas propostas pela Era Vargas.

A pesquisa resultou em uma divisão de quatro partes que se unem para dar forma ao todo. No primeiro capítulo trabalhamos com uma abordagem contextual histórica iniciando no Império, passando pelo Estado Novo, a formação de Goiás e a fundação de Caldas Novas, em especial como a cidade se inscreve no cenário goiano e reclama para si um destaque no processo de emancipação e de colonização do interior. Quais os processos políticos que formam o pano de fundo? Como acontece a separação política entre Caldas Novas e Morrinhos e a emancipação do município? Os fatores que oportunizaram esse desenvolvimento nos ajudarão a entender as relações que se estruturam para o processo da formação político-social da região. A educação no Império e como ela vem sendo trabalhada no Brasil desde quando os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

Como era o método do Ratio Studiorum, a sua forte influência na formação das elites brasileiras e o descaso em que caiu a educação com a expulsão dos Jesuítas por Pombal. Neste capítulo trazemos o processo de consolidação da República, um processo já propalado entre as camadas dominantes, entre os políticos e entre os intelectuais do Império. A República tem uma importância especial, pois é ela que busca consolidar o processo de nossa identidade nacional e de como estava a nossa educação.

No segundo capítulo trabalhamos com a imprensa, sua relação com o poder e como se deu sua instalação no Brasil e em Goiás. Abordamos como a escrita e sua história, sempre estiveram presentes na vida do homem, além do papel relevante desenvolvido pelos homens e pela imprensa, no tocante à divulgação dos ideários de cada segmento, sendo um forte instrumento a favor da educação. Narramos o aparecimento tardio da imprensa no Brasil e suas faces; a áulica até o que convencionou chamar de imprensa

nanica ou marrom; a função do quarto poder e como ocorreu a disseminação dos jornais pelo interior brasileiro, colocando em evidência Goiás, sua imprensa e como esta ajudou no processo de instrução e efetivação dos poderes locais, em especial o caso de Caldas Novas e a presença d'*O Kró* nesse processo.

No terceiro capítulo trouxemos a educação para a cena principal com a finalidade de relatar a educação e como ela aconteceu em Caldas, suas escolas e a visão social, a posição do jornal local e como os políticos pensavam a educação para a cidade, buscando estruturar uma pedagogia para o lazer. A história da fundação do primeiro grupo escolar de Caldas foi uma iniciativa que buscava colocar a cidade em consonância como as idéias nacionais, o número de alunos e as escolas particulares que surgiram nesse tempo. Foram elencadas neste capítulo os processos modernizadores que visavam junto com a instrução e a educação pública, dar forma a uma identidade local, constituindo uma verdadeira cruzada de modernidade e de educação.

E por fim, no nosso quarto capítulo, trabalhamos o jornal *O Kró*, seus temas, os perfis aí construídos e as questões da educação. De qualquer maneira a educação está atrelada ao processo midiático, não existe a possibilidade de uma existir sem o outro. A imprensa é totalmente dependente da educação e da instrução, é com ela – a educação – que forma os intelectuais que irão compor todo esse processo cultural de divulgar a informação com o objetivo de controle ou lazer. *O Kró* veio para ocupar um espaço deixado pelos grandes centros, oportunizando, desta forma, um controle ideológico nas camadas sociais que ficassem sob sua área de atuação. Tornou-se, assim, um aparelho de controle com as reproduções das relações de dominação. Desta maneira, *Os Coronéis das Águas: um estudo sobre a educação e as representações sociais de Caldas Novas* pelo olhar noticioso d'*O Kró* tomou forma e, espero relevância também.

1 O interior se emancipa: a formação de caldas novas.

Embora tenhamos conhecimento da história do Brasil, nos períodos colonial, imperial, da República e do Estado Novo, as estruturas sócio-pedagógicas acabam ficando em um segundo plano, as abordagens, quase sempre, privilegiam um recorte político ou econômico dos períodos. É de fundamental importância que entendamos o processo de formação do interior, em especial do interior goiano, nos seus outros aspectos social, cultural e educacional. Esses aspectos são necessários, pois nos oferecem uma gama de recursos com os quais estaremos nos aproximando do nosso objeto de análise que é a cidade de Caldas Novas, sua formação social, a educação e o jornal *O Kró*.

Como a cidade de Caldas Novas se inscreve no cenário goiano e reclama para si um destaque no processo de emancipação e de colonização do interior? Quais são os processos políticos que formam o pano de fundo? Como acontece a separação política entre Caldas Novas e Morrinhos e a emancipação do município? Os fatores que oportunizaram esse desenvolvimento nos ajudarão a entender as relações que se estruturam para o processo da formação político-social da região.

Quando se trabalha com elementos como a imprensa e a educação, normalmente nos aproximamos do que Burke (2005) chama de história cultural. Então, seguindo essa linha, aproximar-nos-emos dos jornais, de como as mulheres participam do processo social, como a educação era trabalhada, como a cidade se via e como era vista. Desta maneira nos aproximamos também da idéia de Hans-Georg Gadamer (1999), quando ele deixa claro que toda interpretação, todo processo hermenêutico, depende de um pré-julgamento, o que era chamado por ele de “*Vorurteil*”. Fica claro, nesse caso, que não existe imparcialidade histórica, pois o conjunto de valores que o pesquisador traz agregado em si e por si, já contamina o processo de imparcialidade. Daí a importância das hipóteses para o norteamento da pesquisa, e um tratamento das fontes buscando encontrar em suas entrelinhas, sem distorcê-las, sem maculá-las, o *não-dito*.

Existe uma provocação feita por Foucault (2005) aos historiadores, em especial aos culturais, na qual o autor afirma que os historiadores só se aproximam do real de maneira pobre e sem imaginação. Será justamente essa provocação que nos norteará, para que a “idéia empobrecida do real” não nos retire a possibilidade do imaginário, da aproximação das possíveis representações que estejam contidas em nossas fontes primárias.

O processo de formação da regionalização não é um processo pacífico, ele está dentro de um conjunto de lutas simbólicas, permeado por um espaço-fronteira, pelo poder, pelo senso comum, por leis, por vestuários e pela identidade local. Bourdieu (2002) coloca isso com propriedade.

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias <étnicas> ou <regionais>, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objectivação no discurso (BOURDIEU, 2002, p. 116, grifos do autor).

Portanto é fundamental uma (re)leitura historiográfica dos períodos anteriores para podermos ler com maior clareza a formação social de Caldas Novas. Não se pode falar de Goiás, sem antes uma (re)visitação da história e historiografia do Brasil. Não se pode compreender sua formação sem compreender como ela foi impulsionada e o conjunto de fatores que favoreceram essa impulsão.

O Império

O período do Império será marcado por características liberais, porém, antidemocráticas. Nossa independência acontece por uma série de pressões dos políticos sobre D. Pedro I, pois ele vinha mantendo uma postura indecisa em relação às pressões que Portugal realizara desde a Revolução do Porto. Nasce, então, nosso império sob o signo do autoritarismo, liberal de discurso, antidemocrata de fato.

Nossa primeira constituição foi, sem dúvidas, o reflexo desse novo quadro político que já se desenhava bem antes de 1822, uma reafirmação do autoritarismo e do totalitarismo monárquico. Pedro I seguia os passos dos monarcas despóticos, embora tivesse um traço e o discurso dos liberais.

Em alguns casos, uma série de revoltas armadas e, em outros, embates políticos mantiveram-se ativos até a proclamação da República.

Ainda no período imperial podemos entender como era tratada a educação, a economia e a política, herança que influenciou e dificultou a modernização e a integração de Goiás.

Durante o período colonial a educação no Brasil ficou a cargo dos Jesuítas, por meio da Companhia de Jesus. Foram mais de dois séculos desse predomínio – duzentos e dez anos, para ser exato: de 1549 a 1759. Os Jesuítas priorizavam uma escola para formação de líderes, padres e, somente depois, para os demais segmentos da sociedade. Era, portanto, uma educação voltada para as elites. O jovem era criado para ser indolente; o gosto pelo trabalho não era uma coisa que pertencia às elites; o trabalho tinha a origem etimológica de castigo e era dessa forma que era visto. A idéia de indolência vem dessa época. O jovem pertencente a uma classe privilegiada deveria apenas cuidar do convívio social e de ter algum trato com as letras.

O modelo pedagógico jesuítico vigente de 1549 a 1759 baseava-se o *Ratio Studiorum*, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração. Uma frase de Bacon, repetida na introdução feita pelo Padre Leonel França (1952), deixa transparecer a importância e a penetração desses padres: “No que concerne a Pedagogia basta uma palavra: consulta as escolas dos Jesuítas: não encontrarás melhor”. Essa frase define todo o procedimento pedagógico jesuítico. A *Ratio*, portanto, é filha, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas das experiências que aconteciam dentro das mais de oitocentas escolas jesuíticas que existiam nos meados do séc. XVI e XVII, experiências em comum de tal amplitude no tempo e no espaço, que lhe assegurara uma grandeza majestosa, talvez singular, na história da pedagogia. Para os cursos superiores e secundários, a *Ratio* organizou currículos muito precisos e pormenorizados como vemos abaixo:

I – *Currículo Teológico*. 4 anos.

Teologia escolástica. 4 anos; dois professores, cada qual com 4 horas por semana.

Teologia moral. 2 anos. Dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia.

Sagrada Escritura. 2 anos com aulas diárias.

Hebreu. 1 ano, com duas horas por semana.

A revisão de 1832 ao currículo teológico acrescentou, como disciplinas autônomas, o Direito Canônico e a História Eclesiástica, estudadas no século XVI, só ocasionalmente.

II – *Currículo filosófico*.

1º. Ano – Lógica e introdução às ciências; um professor; 2 horas por dia.

2º. Ano – Cosmologia, Psicologia, Física – 2 horas por dia.

Matemática – 1 hora por dia.

3º. Ano – psicologia, Metafísica, Filosofia Moral – dois professores. Duas horas por dia.

III – *Currículo Humanista.*

O currículo humanista, corresponde ao moderno curso secundário, abrange na *Ratio* 5 classes:

- 1 – Retórica.
- 2 – Humanidades.
- 3 – Gramática Superior.
- 4 – Gramática Média.
- 5 – Gramática Inferior.

Estas classes são caracterizadas por *graus*, ou estágios de progresso. Representam menos uma unidade de tempo (1 ano) do que uma determinada soma de conhecimentos adquiridos. Só podia ser promovido à classe superior, o aluno que os houvesse assimilado integralmente. Por isso, na prática, o currículo dilatava-se muitas vezes por 6 e 7 anos; a última classe de gramática e, às vezes, a penúltima desdobravam-se em duas outras, A e B, ou, gramática *primi ordinis* e gramática *secundi ordinis*.

Na sua maior extensão o currículo era assim representado

<i>Grau</i>	<i>Classe</i>	<i>Ano</i>
1	Retórica	7
2	Humanidades	6
3	Gramática Superior	5
4	Gramática Média A	4
4	Gramática Média B	3
5	Gramática Inferior A	2
5	Gramática Inferior B	1

(FRANCA, 1952, pp.19-20)

Portanto, o primeiro modelo educacional brasileiro era, na realidade, um modelo europeu, trazido pelos jesuítas e adaptado às necessidades locais. Era, portanto, híbrido, visando à formação de uma elite destinada exclusivamente às letras. O trabalho não era valorizado. Apenas as classes inferiores deveriam trabalhar. A intelectualidade deveria gozar de tempo para poder pensar e governar, típico modelo greco-romano, com o reforço das diferenças sociais.

Os jesuítas que, mesmo tendo votos de pobreza, praticavam a exploração da mão-de-obra escrava e a exploração dos índios para colherem as chamadas “drogas do sertão”, compensavam essas falhas morais e econômicas com suas escolas públicas e gratuitas, embora fossem mantidas pela Coroa Portuguesa. No Brasil, depois de 1564, a Coroa

pagava o “redízimo”, o que implicava em dez por cento de todo dízimo cobrado pela Coroa Portuguesa na colônia, à Companhia de Jesus, para a manutenção dessas escolas.

Essa situação complicou-se com o decreto de expulsão dos Jesuítas da Corte Portuguesa e de todas as suas colônias pelo Marquês de Pombal. Embora fossem dominadores e rígidos, os jesuítas eram extremamente organizados e encontraram um método pedagógico que acabou sendo o guia de todo o mundo conhecido da época formando os principais pensadores do Iluminismo como, Descartes, Vico, Bacon, isso para citar somente uns poucos.

A implantação das chamadas aulas régias, impostas pelo Marquês de Pombal, serviram como elemento complicador para nossa educação, pois as disciplinas ministradas não se concatenavam, baseavam-se no latim, no grego e na retórica, sem nenhuma ligação entre elas. Assim os alunos podiam fazer somente as que lhes fossem interessantes, deixando as demais.

Essa conjuntura não sofre quase nenhuma alteração com a proclamação da Independência. Os motivos que nos levaram a ela eram econômicos e políticos, principalmente políticos, embora os intelectuais brasileiros da época fossem quase todos, ou pelo menos na grande maioria, monarquistas. A nossa independência veio sem o processo de lutas entre opressores e oprimidos. Foi um ato político praticado pelas elites, que mantiveram no poder a família real portuguesa na figura de Pedro I. Objetivavam, com isso, dar forma a uma nobreza puramente brasileira, criando uma nação livre, porém nos mesmos moldes das européias. Era necessário trazer o movimento iluminista para o Brasil, e junto com as “luzes” as principais correntes que faziam parte de seu ideário. Nesse ideário a instrução pública tinha importância fundamental, não se poderia formar uma nação de analfabetos. Todas as nações “ilustradas” tinha uma instrução pública e gratuita para o ensino fundamental e médio, fato frisado na nossa primeira constituição (1824) em seu artigo 179 incisos XXXII e XXXIII:

“XXXII - A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII - Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.”⁶ (Constituição de 1824)

⁶ Em anexo texto da Constituição de 1824.

É bom que se frise que esses dois incisos, foram os únicos a tratar sobre a educação até aproximadamente a década de 1850, quando ocorreu a reforma Couto Ferraz⁷, como ficou conhecida.

A República

O processo de transição entre a monarquia e a República já era esperado, existia um sentimento comum que uma federação só poderia acontecer sob a forma de República. A forma como se deu essa transição e o período no qual aconteceu é que, talvez, tenha sido um pouco antecipado.

Está feita a República. Somente veio um pouco mais cedo que o previam quantos os destinos do Brasil ocupavam. Se o seu advento a alguém surpreendeu, foi àqueles que mais concorreram para apressá-lo, os parlamentaristas e os politicistas. Com esses realizou-se o *quod volumus* às avessas. Não é tempo ainda de julgar se ela cumpriu os cumprirá as promessas feitas (VERÍSSIMO, 1985, p. 41).

Essas lutas pelo poder não acontecem sem violência simbólica, isso no dizer de Chartier (2002, p. 94). As questões de cunho social mesclam-se e perdem-se entre as representações dos indivíduos. Suas vontades e ações no universo comum dos sistemas coletivos que eram propostos nos oportunizam uma leitura sobre os atores envolvidos no período. Esses atores deixam clara a influência de correntes européias, em especial da “física social” ou o positivismo comtiano, que viria servir de norte para a Primeira República.

Esse período foi caracterizado pela revalorização do ufanismo que foi reacendido. Um novo olhar foi (re)lançado sobre a importância da educação que nos leva a uma triste constatação: somos carentes de uma formação nacional. Fazia-se necessária uma definição urgente que fosse capaz de normatizar e amparar os valores necessários para que pudessemos desenvolver uma educação de valor incontestado, não uma *instrução* nacional deficitária como a que tínhamos, mas uma verdadeira Educação Nacional.

⁷ Em anexo lei, texto original da Reforma Couto Ferraz.

O ensino deficitário do Brasil Colônia, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, perdurou depois da Independência até a República. Em todos os setores existia o descaso com as escolas públicas e particulares, com raras exceções feitas, como as duas faculdades criadas, uma na capital federal, outra em Olinda.

A constituição de 1824 não havia alterado em nada a forma de controle ou de se instituir novas escolas. Somente em 1854, com a Reforma Couto Ferraz, foi feita uma tentativa de moralizar a educação particular no Império, que havia estado, na maioria das vezes, nas mãos de elementos desqualificados que se auto-denominavam escolas, para poder, por meio do erário nacional, conseguir recursos. Essa reforma parecia ter sido a única que tentou impor normas ao exercício do ensino levando alguns saudosistas a chorarem a velha monarquia que então se despedia. Outros, liberais conservadores ou não, mais por motivos políticos, festejaram alegremente esse novo despertar. Eis que o novo tempo havia chegado para, de todas as maneiras, operar mudanças em nosso país.

O povo observava lento, com uma pasmeira peculiar, uma preguiça indolente de perceber as mudanças, tão faladas, e por ele pouco festejadas e quase não vistas.

“Que a República sirva de alento e remédio para alguns de nossos piores males, a nossa própria etnia”, “que com seu advento seja possível estruturar uma sociedade sadia, forte, equilibrada”, “que não sejamos mais reféns de nossa indolência e sexualidade que tanto contribui para nossas falhas de caráter”. Nestes pronunciamentos de José Veríssimo (1985), nos revelam o retrato de nossa sociedade e de como os intelectuais ligados à Nova República sentiam a sociedade e como buscavam a formação de um “novo” sentimento nacional.

Pois bem, forçosamente republicano, não porque acredito na eficácia e infalibilidade da república, na qual vejo apenas uma resultante e não um fato, uma fórmula governamental mas não a forma definitiva que ainda escapa as nossas previsões, porém por julgá-la determinada pelas nossas circunstâncias políticas e evolução histórica, é, senão com hostilidade, ao menos sem nenhuma simpatia, que encaro o atual movimento republicano, fadado por ventura a não remoto triunfo (VERÍSSIMO, 1985, p. 41).

Percebe-se na fala desse autor que a República não irá sozinha revolucionar os problemas. Aliás, Veríssimo coloca-se como mero expectador de movimentos sem controle, ou sem definições possíveis. A República era um mal, um mal necessário para a sociedade. A sorte deveria transformá-la em um bem, criando condições para uma unidade

nacional. Condições para se talhar a massa popular *indolente e preguiçosa*, que, segundo o modo de pensar de Veríssimo (1985), formava nossa população. Essas alegações merecem de nossa parte um retrospecto para podermos entender de uma maneira mais clara, como se operavam as novas idéias vindas da Europa, em que contexto inscreviam-nos e quais as possibilidades dos intelectuais brasileiros.

No contexto internacional fervilhava uma série de mudanças, de cunho social, político e econômico. O velho mundo era o local onde estavam sendo produzidas as novas tecnologias, novas doutrinas e as ideologias que as acompanhavam.

A dupla revolução burguesa favoreceu de modo irreversível a constituição de um “novo homem” e de uma nova sociedade. O despertar dos sentimentos de liberdade, igualdade e fraternidade trazidos pela Revolução Francesa era desfraldado aos quatro ventos do planeta. Não eram mais possíveis governos monárquicos, déspotas. Urgia a participação popular. Pelo menos em teoria, os pares franceses começavam a chamar-se de cidadãos. Essa guinada social e política foi amparada por uma revolução lenta, porém, forte e permanente: a Revolução Industrial. Esse advento remodela as estruturas econômicas e amplia o mercado para as economias emergentes como a Inglaterra e as demais que seguiram em seu encalço.

Dado que as principais bases sociais de uma sociedade industrial tinham sido lançadas, como quase certamente já acontecerá na Inglaterra de fins do século XVIII, duas coisas eram necessárias: primeiro, uma indústria que já oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante que pudesse expandir sua produção rapidamente, se necessário através de inovações simples e razoavelmente baratas, e, segundo, um mercado *mundial* amplamente monopolizado por uma única nação produtora (HOBSEBAM, 1997, pp.48- 49, grifo do autor).

Como se pode perceber na análise de Hobsbawm, a primeira parte do tempero estava pronta. A segunda parte, a Revolução Francesa, teria penetração nas camadas populares, inicialmente francesa e depois, em todo o mundo. Nesse contexto, era a França que fornecia o vocabulário da política liberal para a Europa e para o mundo emergente, em especial, para os países em formação, como o Brasil.

A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações

que tinham até então resistido às idéias européias inicialmente através da influência francesa (HOBSBAWM, 1997, pp. 71-72).

De posse de todo esse novo *arsenal* teórico e tecnológico, as novas doutrinas não tardaram a tornarem-se parceiras na construção ideológica de um mundo novo. Várias eram as possibilidades: o Positivismo Comteano, o Idealismo Weberiano e o Materialismo Dialético de Karl Marx. Isso para nos limitar ao tripé da formação da sociologia moderna. Há de se frisar que o liberalismo econômico criado pelos fisiocratas franceses tomou forma e esteve presente em quase todos os países em desenvolvimento que se apoiavam no capitalismo. Turgot, filósofo fisiocrata, lutou por essa liberdade de agir das empresas utilizando como lema a expressão “laissez-faire” que caracterizava a época.

A propriedade privada representava o símbolo deste “novo homem” tão bem trabalhado por Locke⁸. Nasce no bojo desse movimento a declaração dos direitos do homem e do cidadão, uma declaração que na verdade privilegiava as novas necessidades da classe burguesa emergente, muito mais um documento contra as antigas classes da nobreza que um documento a favor dos descamisados e necessitados⁹.

Todos os seus artigos vinham acompanhados por pequenos detalhes, que curiosamente não eram tão divulgados como a ideologia contida, como por exemplo: “todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis”, e dando continuidade ao texto podemos acrescentar: *mas*, “pessoalmente ou através de seus representantes”, ou seja, embora no discurso exige-se uma igualdade social, na prática mantinham-se as diferenças sociais, seja em função de melhor treinamento, seja em função de posição política.

Uma nova realidade social foi imposta pela dupla revolução burguesa. Um novo momento social era vivido em toda a sua plenitude. Essas realidades foram forjadas com base econômica, social e política. Nesse novo mundo acentuavam-se as desigualdades entre os iguais. Faltava o emprego, o meio social não suportava tanta gente, o sistema de saúde era falho, falhavam os setores de controle – polícia, exército, guardas nacionais –, era preciso, no dizer de Foucault em *Vigiar e Punir*, docilizar os corpos.

⁸ A questão é trabalhada no Segundo Trato Sobre O Governo – Ensaio Relativo à verdadeira origem extensão e objetivo do governo civil. Este segundo tratado foi originalmente publicado em 1690. Ed. Abril, 1973, Coleção os Pensadores.

⁹ Texto extraído da Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão de 1789 em anexo.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2004. p. 119, grifos do autor).

Comte e seu positivismo influenciaram esse novo mundo caótico e rizomático. Com uma doutrina pautada em um liberalismo contendo dois movimentos básicos, estático e dinâmico, que podemos grosseiramente resumir em “ordem para gerar o progresso”, o filósofo emprestou aos governos e ao capitalismo os elementos necessários para controlar e organizar esse novo estágio em que as sociedades se encontravam.

As estruturas sociais, a partir do positivismo, passaram a ser vistas como organismos vivos, compostos por células que se completavam. Foi reservado ao homem branco das sociedades francesa e inglesa o papel de salvador das sociedades “fossilizadas”, em especial, as sociedades formadas por silvícolas, apropriando-se da eugenia para dar sustentação científica aos seus anseios: era o “darwinismo social”.

Embora o Brasil não tenha passado por todas as etapas que levaram ao Iluminismo, também foi influenciado por um forte positivismo de cunho liberal.

Esse positivismo híbrido que criamos nos oferece também uma leitura hibridizada e, às vezes, um pouco confusa. O processo de divulgação dessa ideologia foi trabalhado dentro de uma fórmula indolentemente nacionalista, brasileira, que buscava atender as necessidades das elites posicionadas no poder, descartando com isso, movimentos e categorias sociais inferiores, oportunizando sua execução abasileiradamente.

Outras teorias não conseguiram penetrar no Brasil com o mesmo ímpeto que o positivismo. A nossa formação agrária, monárquica e elitista não se pré-dispunha ao materialismo marxista que, nesse período da Primeira República, havia sido rejeitado. Weber, com sua visão voltada a um Estado idealista constituído por tipos sociais ideais, reforça um Estado econômico baseado nas práticas do protestantismo. Talvez, por esse motivo, não teve penetração em uma sociedade fortemente controlada pela Igreja Católica, embora tenhamos tido intelectuais do porte de Sérgio Buarque de Holanda que sofreram sua influência.

Uma sociedade escravocrata, elitista e ociosa como a nossa não concordaria nunca com a idéia de alienação social, mesmo porque, no Brasil, o trabalhador sempre esteve separado dos meios de produção. Não se vislumbrava então, a possibilidade de luta entre as

classes sociais, mesmo porque, ao ver de muitos de nossos intelectuais, éramos carentes de uma identidade nacional, pois não tínhamos virtudes, nobreza, caráter ou amor à pátria.

O positivismo serviu como uma luva, fosse para os conservadores monarquistas, ou para os liberais moderados ou os radicais. Um ponto todos tinham em comum: a necessidade de instituir um caráter nacional e dar forma a uma *'brasilidade'*. Mas se estes valores também pertenciam aos monarquistas, para que a proclamação da República? – Simples. Não poderíamos deixar de estar atentos aos modismos. Isso nos tornaria ainda mais incultos e afastados do mundo civilizado. Esse novo mundo civilizado impunha a república como forma de governo e a igualdade dos povos como base de sustentação. Então, porque não seguir esses ideários?

O período republicano no Brasil foi marcado por revoltas, instabilidades econômicas e pelo fortalecimento das oligarquias estaduais, que visava fortalecer a política elitista, favorecendo a formação de coronéis agrários e urbanos. Essa era uma política oligárquica que se dividia entre São Paulo e Minas Gerais, a conhecida política do “Café com leite”, a “República das Oligarquias”.

No mais, qualquer levante como as revoltas federalistas de Canudos e do Contestado, e depois, as greves dos trabalhadores urbanos de 1910 a 1920 (não existia legislação trabalhista), eram tratadas pelo poder constituído como casos de polícia, resolvidos na chibata, no porrete e a tiro.

Um Estado “Novo” - 1937

O Estado Novo surge nesse momento de crise. O movimento tenentista vinha se avolumando, a coluna Prestes e a Aliança Liberal serviam de contraponto para colocar fim à república das oligarquias.

Não pretendendo uma análise detalhada do Estado Novo, pois são vários os trabalhos que visam desnudar esse período¹⁰, esboçamos apenas uma análise de como as classes sociais, em especial o interior goiano viam Getúlio, traçando assim uma (re)leitura

¹⁰ ESTADO E POVO NO BRASIL – As experiências do Estado Novo e da democracia Populista – 1937/1964

ESTADO NOVO, IDEOLOGIA E PROPAGANDA POLÍTICA – Legitimação do Estado Autoritário Perante as Classes Subalternas

GETULIO VARGAS – O revolucionário, o ditador, o democrata, a história do maior estadista brasileiro.

do período, com o olhar a partir dos favorecidos. Nesse caso, a formação do Estado Novo é de fundamental importância para entendermos Caldas Novas. *O Kró*, em alguns de seus números, fez referências a esse momento histórico, e nos livros de atas da prefeitura da cidade podemos encontrar momentos cívicos em homenagem ao Estado Novo, fatores estes que nos mostram a posição tomada pela população mais esclarecida da cidade em relação ao novo governo. No *livro de atas* de 1930 a 1955¹¹, em sua página de número nove, encontramos uma ata de inauguração dos retratos dos senhores Getúlio Vargas e Pedro Ludovico. A ata é do dia 10 de julho de 1938¹². Esse período é um dos mais intensos de nossa história. Nossa historiografia traz uma infinidade de textos. Favoráveis ou contrários – não importa –, eles mostram que as grandes questões a serem entendidas são: como a visão ideológica do Estado Novo iria favorecer o desenvolvimento nacional? Como acontece a *Marcha para o Oeste*, as cidades do interior e do Centro-Oeste são realmente beneficiadas por esse processo, ou foi um *boom* ideológico positivista, no qual as lideranças locais buscavam sintonia política e a reestruturação de suas cidades para se manterem no poder?

Getúlio foi um homem de muitos atrativos políticos. Soube como nenhum outro aproveitar o momento que se delineava, traçando alianças, mantendo as esperanças dos seus aliados, mas impondo, de maneira irresistível, seu poder. Muitos historiadores ainda buscam entender como aconteceu o golpe de 1937, pois, ao que tudo indicava, a política democrática de 1934 estava entrando em um processo de revigoração. A partir de 1935 Vargas teve seus poderes aumentados com a decretação do Estado de Sítio, uma resposta rápida e eficiente contra a Aliança Nacional Libertadora e ao PCB. As revoltas mal organizadas ofereceram a Vargas o que ele precisava: provas da traição armada contra a nação. Era o fim da Intentona Comunista.

Getúlio, pela constituição de 1934, ficava teoricamente impossibilitado de concorrer à reeleição. Dois candidatos aparecem como prováveis sucessores: Armando de Sales Oliveira e José Américo de Almeida, a quem todos acreditavam ser o representante de Vargas. Tínhamos assim um liberal da direita e outro, José Américo, como representante do tenentismo, portanto ligado às idéias de esquerda e totalitarismo.

¹¹ Os livros de atas citados ficavam e ficam em poder da Prefeitura Municipal e não da Câmara Municipal como é hoje. Existia uma pessoa responsável pelas anotações nos livros e sua guarda.

¹² Ata de inauguração dos retratos de Getúlio e Pedro Ludovico. Essa ata demonstra a relação município-estado-governo, a tríade que se formou para dar continuidade ao processo laudatório ao Estado Novo, ao culto de Getúlio e Ludovico. Com essa inauguração os políticos locais demonstravam seu apreço e empenhavam solidariedade.

Durante o primeiro semestre de 1937, Vargas pôs em prática um duplo estratagema: por um lado, parecia cooperar com preparativos para a campanha presidencial, negociando com líderes estaduais; contudo ao mesmo tempo, trabalhava por isolar os mais refratários dentre os mesmos. Uma nova série de “intervenções” foi efetuada em Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal, substituindo lideranças eleitas por homens de confiança de Vargas. Dos três maiores Estados cuja oposição Vargas temia, o Rio Grande do Sul foi o primeiro a sentir a pressão vinda do Rio de Janeiro. [...] Os políticos do Congresso começavam agora a sentir as possíveis implicações dos movimentos de Vargas. Tendo estado continuamente a dar a Vargas armas de emergência contra a esquerda, perceberam que a sua própria sorte nas eleições dependia de um executivo mais flexível. Pela primeira vez, desde novembro de 1935, o Congresso se recusou a renovar o estado de sítio, pedido em junho de 1937. Em vista disso, Vargas adotou uma nova estratégia, destinada a colocar os seus adversários em posição insustentável, libertando os “subversivos”. Soltou um grupo de prisioneiros políticos de esquerda, dramatizando com isso a “ameaça” da esquerda às classes médias (SKIDMORE. 2003, p. 46-47, grifos do autor).

Como podemos ver claramente, o Estado Novo confunde-se em todas as suas formas com o personagem de Vargas. O Estado Novo nada mais é que uma representação da força política desse homem. Resolvido a mudar a situação política e econômica em que o Brasil se encontrava, acabou por organizar golpes e estruturar estratagemas de uma complexidade formidável. Vargas é o Estado Novo.

Defendido o ambiente de paz e de segurança que o país tanto reclamava, o governo pôde levar adiante seus grandes planos de ação, suas grandes obras renovadoras. Em três anos e meio, o Brasil deu um passo gigantesco no seu progresso. A economia desenvolveu-se extraordinariamente. A vida social estabilizou-se e atingiu a um grau admirável de harmonia entre as classes. As forças armadas tiveram finalmente o aparelhamento de que necessitavam para garantir a liberdade e a hora da pátria em hora tão grave. Problemas de vulto incomparável, como o da grande siderurgia, marcham para a solução definitiva. O povo está contente e confiante, vendo o Brasil maior, mais poderoso, certo do seu destino, afrontando com dignidade, firmeza e prestígio sempre crescente as responsabilidades que lhe cabem nesta fase culminante do mundo e da América. A nação, tonificada, cheia de esperança e de entusiasmo, volta-se agradecida para o homem que tanto a serviu e que constituiu a sua expressão humana, interpretando-a nos atos do governo, vivendo para a sua causa e para sua defesa.

Reatou-se em novembro de 1937 o caminho histórico de outubro de 1930. A Revolução transformou-se em ordem criadora.

E essa é a obra de Getúlio Vargas, “o homem nacional por excelência” (SCHWARTZMAN, 1942, p. 44, grifos do autor).

A maestria com que Vargas conseguiu colocar o povo ao seu lado, utilizando-se do carisma que sempre lhe foi peculiar, fez silenciar as vozes dos oponentes e como uma fênix, renasceu como elemento de salvação da nação.

Claro que essa visão de Schwartzman é uma visão dos donos do poder, mas um fato se faz necessário registrar; Vargas era adorado pela população.

Seu discurso postava-se como luva nos ideários populares, e assim, conseguia esconder sua mão forte, sob um sutil manto populista.

Vargas era um homem de ferro e, ao mesmo tempo, o coração materno da nação. Afagava com uma mão os pobres e com a outra evitava que seus oponentes, dele e de seus eleitores, se aproximassem. Assim forjou o poder em 1937.

Esse carisma será uma base para outros “Coronéis Urbanos”, que, em seus Estados, encantados com a condução de Vargas, buscavam transformar-se em modelos populistas.

O Estado Novo teve à sua disposição um elemento fundamental para a divulgação de suas idéias, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o poderoso sistema de informação e divulgação. Cabe aqui uma pequena análise das formas com que Getúlio conduzia o Estado Novo: ele acreditava na idéia de anomia propalada de Durkheim em sua visão positivista. As relações políticas que iriam solucionar essa anomia nacional deveriam estar estreitamente ligadas a uma aceitação popular.

A sociedade organizada em forma de organismo, com a solidariedade orgânica presente em todos os seus segmentos.

O objetivo da humanidade recua, pois, até ao infinito, desencorajando uns com o seu próprio afastamento e, pelo contrário, excitando e inflamando outros que, para se aproximarem um pouco dele, apressam o passo e se lançam nas revoluções. Evita-se este dilema prático se o desejável for à saúde e se a saúde for qualquer coisa de definido e presente nas coisas, porque o objetivo do esforço é, a um tempo, dado e definido. Não se trata já de tentar desesperadamente atingir um fim que foge à medida que se avança, mas de trabalhar com uma perseverança regular para manter o estado normal, para restabelecer se for perturbado, e para reencontrar as suas condições se eles vierem a modificar-se. O dever do homem de Estado não é empurrar violentamente as sociedades para um ideal que se lhe afigura sedutor, antes o seu papel é o do médico: prevenir a eclosão das doenças com uma boa higiene e, quando se declaram, procurar curá-las (DURKHEIM, 2002. p. 89-90).

Vargas mesclava idéias positivistas com o idealismo weberiano, criando um hibridismo ideológico, apoiando-se na base do líder carismático defendido por Weber, mas utilizando-se de métodos dos liberais-positivistas.

Emergia um novo Brasil buscando um crescimento industrial que ficara atarracado durante muito tempo pelas oligarquias rurais e monocultoras. Um novo modelo era necessário e esse modelo foi construído por Getúlio em sua trajetória ditatorial.

Segundo Simmel (apud VELHO, 1987, p. 11), um dos problemas mais graves da vida moderna, é exatamente o indivíduo, pois ele tem a obrigação de preservar sua autonomia e sua individualidade em relação às poderosas forças sociais. Existe no meio urbano uma possibilidade de trocas monetárias, de forças produtivas e intelectuais que o meio rural não permite pelas próprias características que lhe são constitutivas: distância entre as cidades, as diferentes formas de comércio e a manutenção das formas culturais. O meio urbano é um meio nervoso, ágil, em constante ebulição, e embora buscando manter a individualidade, o indivíduo passa obrigatoriamente a ser coletivo, e isso Vargas o sabia fazer muito bem: conduzia o indivíduo à massa de uma maneira que neutralizava totalmente a sua vontade, forjando uma vontade nacional, maior, ufânica, coletiva.

Do atraso à modernidade: enfim Goiás

Em Goiás, a Primeira República consolidou no poder estadual os Caiado¹³ que substituem os Bulhões, mantendo-se até hoje no poder, ou próximo a ele – foram afastados somente na década de 1930 com o golpe que deu origem ao Estado Novo em 1937 e retornaram à esfera pública com o golpe de 1964 que instaurou o Regime Militar, os Anos de chumbo.

Goiânia teve uma participação especial no desenvolvimento do interior. As novas relações que começaram a ser tecidas aconteceram, principalmente, com a revolução (ou golpe) de 30. Pedro Ludovico chama para si a mesma responsabilidade de Vargas, a de criar ou (re)criar um Estado, no caso de Ludovico o estado de Goiás.

Goiás ainda vive preso aos modelos rurais, as grandes oligarquias mantinham-se no poder à custa do cabresto e do porrete. Os jornais goianos que circulavam do período da segunda república, em especial a *Voz do povo*, faziam uma forte oposição aos Caiado, e à forma “coronelística” com que conduziam todo o Estado.

¹³ Três famílias fazem parte das oligarquias políticas do Estado de Goiás – os Bulhões, Os Caiado e os Ludovico de Almeida; no entanto os únicos que permanecem ativos desde do final do império até os dias de hoje são os Caiado, o primeiro cargo de destaque assumido por um da família foi o de 1º Vice-presidência da Província em 1883 e estão atuando até hoje com Ronaldo Caiado. Para saber mais- Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias de Nasr Fayad Chaul (organizador) Ed. Kelps. 1998.

Ao se passar os olhos pela imprensa oposicionista de Goiás nesta fase, que teve no jornal Voz do Povo o expoente máximo, ver-se-á que seu principal objetivo, sua razão maior é o ataque à oligarquia Caiado, ao caiadismo, considerado o causador de todas as insatisfações reinantes na oposição que se desenvolveu na época, por todos os problemas do Estado. Foi representado pelas figuras de Antônio Ramos Caiado, na vida política desde 1909 e por Brasil Caiado, presidente do Estado entre 1924 e 1929 (MACHADO, 1990, p. 32).

As origens das oligarquias brasileiras estão atreladas ao período imperial, e seguiram fortalecendo-se durante a República, período em que a força de ação dos coronéis oligárquicos assumia um destaque fenomenal. Esse período durou até a Revolução de 30, quando entrou em cena Vargas e depois, o Estado Novo. Essa força estrondosa deveu-se ao poder de manobra dos coronéis. O fracionamento político, as relações de parentesco que reforçaram o poder, tanto dos coronéis como dos oligarcas, segundo Carone, têm a mesma origem:

A origem de ambas é comum, diferenciando-se o oligarca do coronel pela escala política: a ação de um é de âmbito geral, estadual; a do outro particular. O oligarca, porém, é um coronel como outro qualquer – ou um representante dele – que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que concede a seus aliados. Sem isso e as obrigações que se impõem, dificilmente se manteria no poder. Os favores concedidos não procedem somente de seus bens pessoais, mas aproveita-se das rendas e do poder do estado para uma política individual (apud MACHADO, 1990, p. 34).

Para analisarmos o que se convencionou chamar de atraso do estado de Goiás, devemos antes conhecer o conjunto de fatores que influenciaram essa situação.

Além da presença ativa dos coronéis é necessário que se compreenda como era a maneira de pensar, agir e ser desta região, como a política, a cultura e a força religiosa imprimiam sua marca.

Por ser quase que totalmente agrário, o Estado, como já colocamos, vinha da tradição dos “Filhos d’algo”. Os fidalgos brasileiros são os nossos coronéis e os seus familiares, a nossa oligarquia. Essa prática deu continuidade a uma idéia importada, forjados pelas idéias de nossos colonizadores, de que muito mais valia um ócio tranqüilo, que uma tarefa física.

Os favores, as ajudas financeiras, os apadrinhamentos, nada mais são que formas de manter os menos favorecidos na “lida”, para que pudessem desfrutar do ócio e do poder.

As mudanças na visão cultural muito pouco influenciavam a população goiana. Os poucos intelectuais que aqui se mantinham, viviam em constantes viagens à Capital da República.

A imprensa goiana sempre teve uma acentuada participação, tanto na defesa dos interesses das oligarquias, como na franca oposição. Uma das causas de todos esses fatores é o problema dos acessos aos grandes centros. Somente a partir da década de 1920 é que se começaram a desenvolver os primeiros acessos aos outros estados, e somente com muita briga política, foi implantada a estrada de ferro de Goiás.

Outro aspecto peculiar é que, embora tenha ocorrido um processo de industrialização e modernização por países da América e da Europa, na América latina ocorreu somente uma neocolonização, na qual as elites mantiveram-se no topo da estrutura social controlando e definindo os rumos políticos.

As fortes mudanças nos principais centros urbanos do Brasil, nesse período São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, geram um novo padrão de vida. A modernização que acontece com a pavimentação das ruas, utilização de transportes coletivos, implantação de indústrias, tudo isso dentro dos padrões europeus, força novas relações políticas. Surge nesses estados uma nova classe social, com peso e voz política. Nasce, então, a classe média brasileira.

Nas cidades, o estilo de vida aproximava-se do europeu: iluminação a gás, transporte urbano, moda européia, ruas pavimentadas, novos teatros, estilo arquitetônico, serviços de água, medicamentos e assistência médica, escola, alimentação, esporte europeus. A cidade incorporava um conjunto de progressos técnicos que modificavam seu aspecto, embora este estilo de vida urbana euro-latino-americano fosse a expressão social da dependência. Era um apropriação alienada de bens culturais que não podiam ser efetivamente integrados à cultura da América Latina, o que é denunciado pela maneira deformada e as vezes caricata com que se manifestavam (BORGES, 1990, p.29).

Mesmo tendo conhecimento de todo esse processo modernizador, as condições da capital do Estado não facilitavam em nada o acesso a essas novas tecnologias.

As estradas de acesso eram precárias e o custo para mantê-las em bom estado era alto, alie-se a isso a falta de vontade política das oligarquias dominantes no Estado, os Caiado e os Bulhões. A economia goiana era basicamente mantida pela pecuária, enquanto a agricultura era voltada apenas para o consumo interno, apenas o excedente era comercializado.

O período áurico já havia entrado em declínio bem antes do fim do império. Foi somente com a primeira grande guerra mundial que os governantes preocuparam-se em melhorar as condições de acesso, tendo em vista a necessidade de maior produção agropecuária.

Desta forma as novas condições impuseram uma mudança no núcleo político do estado, o que permitiu as modificações necessárias para o crescimento do estado de Goiás, mesmo porque o novo momento não mais aceitava a estrutura social oligárquica dos antigos coronéis. Isso também não aconteceu de modo pacífico na região. A década de 1920 foi marcada em todo o Brasil por uma série de manifestações políticas e sociais e Goiás não ficou isolado do contexto nacional.

Houve uma ação da Aliança Nacional Libertadora e do movimento conhecido como tenentismo. A coluna Prestes acabou oferecendo uma significativa contribuição ao estado de Goiás, especialmente ao sul e sudoeste goiano onde a oposição era mais organizada e possuía uma série de jornais locais que serviam para divulgar os novos ideários.

Essas atividades visavam um projeto de modernização para o estado e o fim das oligarquias que já se encontrava capenga, haja vista o número excessivo de movimentos revolucionários de todos os tipos e matizes. Suas principais vozes nesse período foram: a *Voz do Povo*, *O Ipameri*, *O Liberal*, *O Sudoeste*¹⁴

A fermentação revolucionária, iniciada em 1925, manifestou-se também pelo desenvolvimento de uma combativa oposição na capital, em cidades do sul, sudoeste e sudeste do Estado, que viu sua ação dinamizada através do desenvolvimento de uma imprensa oposicionista. Assim, jornais como o *Ipameri*, *O Liberal*, *O Sudoeste*, passam a veicular críticas à situação vigente (MACHADO, 1990, p. 49).

Foi um liberalismo de cunho romântico, mas que serviu como base e fermento para as vontades das oposições. Desde 1924 o sudoeste e o sul goianos participaram de movimentos armados que visavam a intervenção do Governo Federal. Pedro Ludovico, o fundador de Goiânia, teve sua iniciação política no jornal *O Sertão* que depois ficou conhecido como *O Sudoeste*.¹⁵

¹⁴ FILHO, Braz W, Pompêo de Pina. *Goiás: História da Imprensa*. Goiânia, Go: Departamento Estadual de Cultura, 1971, e MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: Um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia, Cegraf/UFG. Coleção Documentos Goianos, 18, 1990.

¹⁵ O jornal *Sudoeste* circulava em Jataí e região.

Neste noticioso, ele e outros amigos faziam oposição ao que ele convencionou chamar de “a mais violenta oligarquia do Estado”. Essa liderança, que acabou sendo consolidada aos poucos pela imprensa, foi fortalecida pelas alianças com o movimento tenentista e pelo apoio da Aliança Liberal.

Preso por duas vezes, na sua segunda vez, acabou ficando recluso por 14 dias, em 24 de outubro 1930 foi transferido para a capital Goiás, mas lá chegando, em 25 de outubro, assumiu o palácio do governo. A revolução de 30 havia saído vitoriosa e, em 29 de outubro, por decisão do novo governo federal, assumiu a junta governativa. Três semanas depois Pedro Ludovico assumiu definitivamente a direção do Estado, cargo que ocupou até 1945, ininterruptamente.

Pedro Ludovico assumiu uma importância sem precedentes para a história de Goiás. Comparado ao carismático Getúlio, a imprensa dava-lhe a mesma importância. Ele era para ela um homem de valores necessários ao estado. Segundo Machado (1990, p. 99), *“a visão de que se tem de Pedro Ludovico é sempre de um homem íntegro e capaz. Num primeiro momento é o redentor do Estado, depois o grande construtor de Goiânia e no final é o chefe e o homem que construiu Goiás”*.

Em 1933 com o decreto nº 3.929 de 21 de outubro, lançou a pedra fundamental de Goiânia.

“O Interventor Federal, neste Estado, considerando que a 24 do corrente mês se realizarão em Campinas, as solenidades do lançamento da pedra fundamental da futura capital do Estado;

Considerando que, dada a alta significação desse acontecimento, é grande o número de pessoas, em todos os pontos do Estado, que desejam estar presentes ao ato, cumprindo ao governo facilitar meios para solenidades, resolve:

Art. 1º - Decretar ponto facultativo em todas as repartições públicas estaduais, nos dias 23, 24 e 25 do corrente.

Art. 2º - transmitir telegraficamente o presente decreto aos prefeitos municipais a fim de que os interessados dele tenham ciência.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Interventoria Federal de Goiás, 21 de outubro de 1933, 45º da República.
(Decreto Estadual, nº 3.929 de 21 de outubro de 1933)

Goiás deixou definitivamente, a partir da década de 1930, o ostracionismo e o atraso. Inaugurou-se um novo momento, um momento de modernidade. Pedro Ludovico também tinha em Goiás uma imprensa voltada ao seu culto e ao de Getúlio, a *Revista Oeste*, que começou a circular em 05 de julho de 1942 com o firme propósito de não deixar

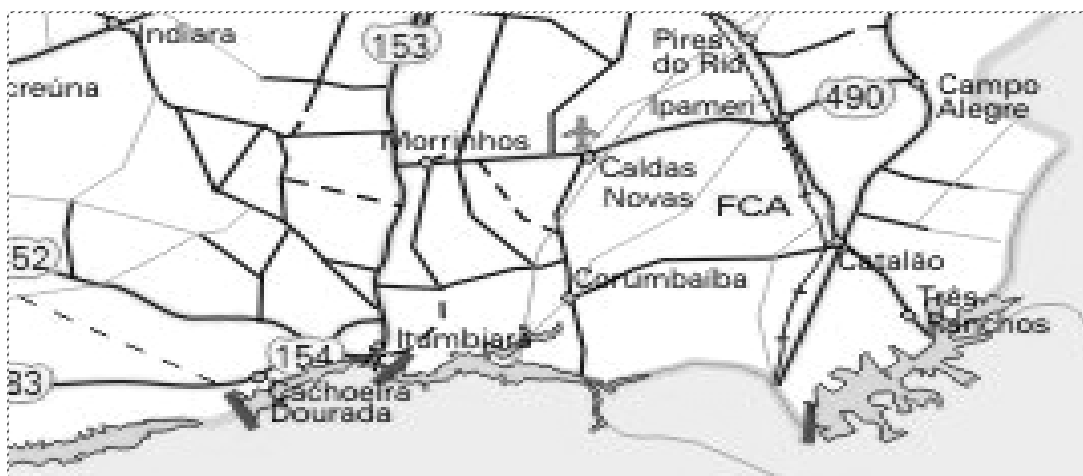
Goiás esquecer a revolução de 10 de novembro de 1937, que havia consolidado um Goiás Novo.

Caldas Novas, o arraial das águas.

O Brasil litorâneo não era o mesmo Brasil do interior, e essa verdade era ainda mais forte para o Goiás, um mundo a ser desbravado. Diferenciavam-se nos elementos que constituíam as antigas províncias brasileiras. Sua importância deu-se no ciclo do ouro brasileiro com a descoberta de pedras preciosas, semi-preciosas e ouro. Com sua história presa a um passado de glória e riquezas oriundas da terra, o goiano não tinha outra visão senão a da exploração da terra em busca de pedras e metais preciosos e em função dessa cultura de exploração, Goiás demorou a deixar de ser provinciano.

É exatamente nesse período, fim do ciclo do ouro, que o arraial de Caldas Novas, nome dado em oposição às Caldas Velhas, onde se localiza hoje o município do Rio Quente, começa a ter importância. Com boas terras para pasto e tendo sua localização entre o Triângulo Mineiro e as cidades de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Pontalina, Morrinhos, Corumbaíba, Pouso Alto (Piracanjuba), Entre-Rios (Ipameri) e Bomfim (Silvânia), servia como ponto de apoio de descanso para as boiadas e seus condutores.

Fonte: <http://www.transportes.gov.br/bit/estados/port/go.htm>



O arraial de Caldas Novas tem sua história inicial atrelada a Martinho Coelho de Siqueira que nos anos de 1777 e 1778 requereu por sesmaria uma fazenda de nome Fazenda das Caldas, que ficava do lado esquerdo do córrego Caldas. Mas a fundação do arraial coube a Luiz Gonzaga de Menezes, que, morador do lado direito do ribeirão das

Caldas, quis afastar oportunistas das suas terras. Para isso, entrou em negociação com Domingos José Ribeiro que tinha adquirido as terras dos herdeiros de Martinho Coelho. Domingos doaria as terras e Luiz Gonzaga construiria a igreja matriz para assim darem início ao povoado (Caldas Novas) distante do antigo povoado (Caldas). A igreja ficou pronta em 1850 e ao seu redor já existiam várias casas. Estava então criado oficialmente o arraial das Caldas Novas.

Domingos fez a doação, constituindo o patrimônio da igreja, e Luiz Gonzaga fez construir o templo. Luiz Gonzaga construiu ainda um confortável sobrado em frente à Matriz, na praça que traçou, para sua residência. Nos dois lados da praça construíram-se casas de residências para os habitantes das Caldas Velhas e da margem esquerda do ribeirão. Assim, começou o novo povoado – Caldas Novas (BRETAS, 2001, p. 24).

As tradicionais famílias da região são: Gonzaga de Menezes, Rodrigues da Cunha, Godoy, Ala, Branco de Souza e os Ferreira Bretas, todos unidos por laços de casamento (BRETAS, 2001, p. 25).

A forte figura dos coronéis encontrava-se enraizada em nossa cultura. Em Caldas Novas não poderia ser diferente, a cidade permanecia atrelada à poderosa força dos Caiado que controlavam todo o estado e, de Morrinhos, controlavam Caldas Novas e região. Segundo Leal (1997, p. 39), “o fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado coronelismo”.

Não é um fenômeno simples, pois é um complexo de características da política municipal, em especial as políticas dos interiores rurais de todo o Brasil.

Como explicamos anteriormente, os Caiado e os Bulhões, desde o século XIX, se alternavam e disputavam o poder em Goiás. Fixaram forte base política em Morrinhos, cidade da qual controlavam o sul, sudeste e sudoeste goiano, e em consequência disto, Caldas Novas, que ficava sobre sua área de influência, nada podia fazer ou definir sem anuência dos coronéis de sua co-irmã.

O termo *coronel* advém da Guarda Nacional que foi criada a 18 de agosto de 1831. Os chefes locais mais destacados ocupavam os postos mais elevados, no caso, de coronel, seguidos de major e capitão. Ela foi extinta logo após a proclamação da República, porém persistiu a denominação de “coronel”, de onde se originou o vocábulo “coronelismo”.

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política. “homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto assumiu, designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga despesas”. Assim penetrou o vocábulo “coronelismo” na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros (FAORO, 1995, v.2, pp. 621-622, grifos do autor).

Mas existem outras perguntas que devem ser feitas para entendermos a formação da Nova Caldas. Será que o Coronel Gonzaga já previa o desenvolvimento de Caldas Novas como local de lazer, em função de suas águas? Qual a real importância da mudança, em que alterava o processo sócio-econômico da região? O poder dos coronéis locais já rivalizava com o de Morrinhos?

Pelo livro do Professor Bretas (2001), é possível encontrar, de maneira indireta, respostas a essas questões.

Fica claro que o objetivo primário do Coronel Gonzaga, era o econômico. A situação do arraial de Caldas, denominada posteriormente à criação de Caldas Novas por Caldas Velhas, não favorecia o comércio. O novo arraial estava mais bem localizado oportunizando melhor acesso às tropas de gado que vinham do Triângulo Mineiro.

Quanto a prever um futuro pólo de lazer, isso estava muito além dos maiores sonhos visionários dos fundadores, mas não distante dos primeiros políticos herdeiros das famílias tradicionais. A evolução política de Caldas deu-se da seguinte maneira:

1857 A resolução provincial n. 6, de 5 de outubro de 1857, cria o distrito de Caldas Novas, no município de Vila Bela do Paranaíba (Morrinhos);

1859 A lei provincial n. 6, de 19 de agosto de 1859, suprime o município de Vila Bela e anexa seu território ao município de Pouso Alto. Caldas Novas passa a ser distrito de Pouso Alto (Piracanjuba);

1871 A lei provincial n. 463, de 19 de junho de 1871, restabelece o município com o nome de Vila Bela de

Morrinhos e Caldas Novas volta a ser distrito de Morrinhos;

1911 A lei estadual n. 393, de 5 de julho de 1911, cria o município de Caldas Novas, com território desmembrado de Morrinhos, sendo instalado a 21 de outubro do mesmo ano;

1920 No Recenseamento Geral do Brasil, de 1920, o município de Caldas Novas aparece com dois distritos, o da sede e o de Marzagão;

1923 Caldas Novas recebe foros de cidade;

1936 Na Divisão Territorial do Estado, estabelecida por lei em 31 de dezembro de 1936, o município de Caldas Novas tem três distritos: Caldas Novas (sede), Boa Vista do Marzagão e São Sebastião do Sapê;

1937 A lei estadual n. 123, de 15 de junho de 1937, cria a comarca de Caldas Novas.

1938 A nova divisão territorial, fixada pelo decreto-lei estadual n. 1233, de 31 de outubro de 1938, suprimiu o distrito do Sapê, permanecendo o da sede (ao qual é anexado o território do Sapê) e o de Marzagão. Essa divisão permaneceu até 1948.

(fonte: Prefeitura Municipal de Caldas Novas)

As primeiras atas com registro que datam de 1911 demonstram a preocupação dos políticos locais em estruturar uma cidade voltada para os moldes das cidades grandes. A preocupação em determinar a forma de crescimento, tipos de impostos, possíveis profissões, demonstravam um profundo interesse em criar uma região organizada e estruturada para o novo modelo liberal que se apresentava.

O primeiro ato legal de 1911 foi a nomeação de Theophilo de Godoy para o cargo de Secretário Geral do Município e da Fazenda. Sendo a primeira escolha a de um administrador para gerir as finanças do município pode-se ver claramente os rumos que este iria seguir. O registro nº 03 de 19 de outubro de 1911 do livro de *Decretos e Leis da Intendência Municipal* de Caldas Novas, provisoriamente, copiou as posturas públicas de Morrinhos e sua tabela de impostos para que o novo município tivesse, ao menos, a possibilidade de obter renda.

O Registro nº 06 do mesmo livro definiu a data de 21 de outubro como data oficial para a instalação do município e a de 16 de dezembro do mesmo ano para a eleição de interventor. As primeiras ações visavam dar uma feição de cidade ao novo município. A

briga política mantinha-se entre os poucos poderosos locais, a sociedade seguia alheia a essa disputa, e parecia feliz com a emancipação participando ativamente das manifestações políticas dos novos *coronéis das águas*.

Caldas Novas traçava seu futuro com base nos novos momentos nacionais. Os intelectuais e os coronéis residentes na cidade importavam para si, e quase que obrigatoriamente para os nativos, os novos valores nacionais.

O momento era de desejo de formação de uma identidade nacional. Essa febre também acabava por contaminar a todos, mesmo no interior. Caldas Novas era redimensionada visando a construção de uma cidade para o futuro. A quebra dos grilhões políticos da sua cidade co-irmã, Morrinhos, obrigava a um amadurecimento repentino para o qual nem todos estavam preparados.

A cidade estava carente de tudo. Faltava saneamento, faltavam leis, faltavam conexões, mas esses obstáculos não eram suficientes para arrefecer os ânimos dos “donos do poder” local.

Assim como em outras cidades, os novos coronéis das águas, filhos dos coronéis antigos, voltaram como homens ilustrados. Tinham saído cedo do arraial em busca de cultura e títulos, e agora, retornavam ávidos por demonstrar seus conhecimentos, vinham com toda uma carga liberal e positivista que impregnava o período. Queriam uma Caldas futurista.

Visavam com isso reduzir as diferenças entre sua cidade e as cidades próximas do Triângulo Mineiro. Assim, a sociedade deveria estar organizada em células com a maioria da população destinada a apoiar as idéias desse novo ideário.

Caldas foi projetada como um corpo com o domínio pensante desses novos coronéis da água e com a solidariedade orgânica da população. É fácil verificar nos primeiros registros esse controle estabelecido visando retirar do estado de “fossilização” a sociedade local.

A cidade deveria estar voltada para o futuro “liberal” e todo o potencial turístico que suas águas pudessem oferecer. Esses novos homens tinham um firme propósito de escrever uma nova trajetória pois, a nova Caldas Novas não poderia ser unicamente uma cidade voltada para uma economia agro-pastoril. Esse modelo estava em seu passado, ainda que recente e havia se mostrado deficitário, mantendo a cidade em uma situação de precariedade econômica e social.

Essa nova identidade que se formava continha todos os traços de uma “cidade grande”. O sistema de energia elétrica foi implantado visando oportunizar novos tipos de negócios, as indústrias e um comércio forte eram seu alvo. Nos livros de atas de 1911 e de 1923 podemos identificar essa preocupação com as leis e impostos que foram criados para possibilitar esse crescimento; na lei municipal nº 3 de 05 de novembro de 1911 existe com detalhes todo o processo de implantação do sistema de eletricidade pública do arraial, com as trocas de postes, valores a serem pagos pela prefeitura, quantidade de energia a ser consumida e penalidades possíveis para quem utilizasse do famoso “gato” (furto de energia elétrica).

A população pode ser lida através dos memorialistas da cidade, em especial o professor Genesco Bretas. Mantinha-se em um misto de curiosidade e de apatia. A cidade era constituída por clãs e seus agregados. Cada família tradicional, Godoy, Ala, Gonzaga, Bretas, Branco de Souza, era a representação clássica do tempo do império, a grande diferença é que não mais mantinham escravos, mas trabalhadores locais que orbitavam em torno de seus domínios e controle.

A rivalidade entre as cidades co-irmãs, Morrinhos e Caldas Novas, aumentava proporcionalmente a independência conquistada por Caldas. A forte influência dos Caiado mantinha Morrinhos como o centro político da região. Todas as grandes obras ou órgãos públicos de prestígio vinham para Morrinhos mantendo as outras cidades atreladas a suas vontades e desmandos; entre elas Caldas Novas.

Assim, a cidade não conseguia emergir como independente. A luta era travada na esfera estadual com o aparecimento de Coronéis locais com poder econômico capaz de rivalizar com os de Morrinhos. O primeiro *round* desse processo foi vencido pelo novo poder constituído de Caldas.

Em 1911, com o desmembramento do território de Caldas Novas do de Morrinhos, aconteceu a primeira de muitas vitórias nesse campo político. Não demorou muito tempo o ganho seguinte. Em 1923, Caldas Novas recebeu foros de cidade, o que consolidou definitivamente o corte do cordão umbilical do poder dos Caiado e dos Bulhões.

Mas a rivalidade entre os poderes locais não ficou somente nisso; aproximando-se de Pedro Ludovico Teixeira a cidade e seus líderes viram uma oportunidade para darem um golpe definitivo em seus desafetos políticos. Com a implantação do Estado Novo, Caldas Novas desvencilhou-se definitivamente. Pedro Ludovico e seus novos aliados, os

coronéis das águas, colocaram no ostracismo os políticos de Morrinhos e assumiram uma nova postura política.

A visão de um pólo de lazer caiu como uma luva no projeto de interiorização política de Getúlio Vargas, “A Marcha para o Oeste”. Assim como em toda cidade em evolução, os coronéis viram a necessidade de reafirmar sua posição consolidando um jornal local. Nasceu, dessa maneira, *O Kró*, em 14 de julho de 1934.

Como muito outros, *O Kró* assumiu uma postura política no mesmo sentido que seus coligados estaduais e federais, os coronéis urbanos Getúlio Vargas e Pedro Ludovico. De maneira folhetinesca oportuniza-nos uma (re)leitura da sociedade local. Não temos dúvidas que as informações são truncadas e viciadas, mas isso não é o suficiente para esconder o perfil social em formação.

Embora a cidade, em sua grande maioria, mantivesse uma população de semi-alfabetizados ou analfabetos, os políticos já se preocupavam em estruturar uma instrução pública, entendendo que essa seria uma das melhores opções para o desenvolvimento da cidade. Ficar livre do analfabetismo é o mesmo que quebrar os grilhões sociais da escravidão política e cultural.

A elite tinha uma característica distinta da população comum, seus filhos eram alfabetizados e logo cedo saiam da cidade em busca de formação. Mas isso era uma gota de água em um profundo oceano. Em 1920 existia mais de 85% (oitenta e cinco por cento) da população sem alfabetização.

A sociedade caldense

Delinear o perfil da sociedade de Caldas Novas no início do século XX, não parece ser uma tarefa muito árdua, como muitas outras cidades do interior do Brasil. Caldas Novas mantinha uma estrutura baseada na pecuária e na agricultura, muito próxima do antigo Império. As casas na área rural eram muito afastadas umas das outras. A população trabalhava quase que exclusivamente no campo, as relações, em sua maioria, eram as de parentesco. Agrupavam-se, normalmente, em um núcleo familiar composto de pai, mãe, filhos, e que acabam estendendo-se para outros parentes agregados, como primos e tios. Devido à grande pobreza que imperava, normalmente trabalhavam em terras de coronéis

ou outras famílias de melhor posicionamento financeiro, numa formação nuclear tipicamente patriarcal. Na grande maioria das vezes essas famílias traziam outros agregados, como cunhados, parentes dos cunhados, formando pequenos grupos coesos, no interior da sociedade local, como mini-urbes dentro de uma estrutura maior.

Na cidade, ou na porção urbana da cidade, a situação da população comum, ou seja, daqueles que não possuíam bens ou terras, não diferia em muito da situação rural.

O centro da cidade com suas ruas próximas à igreja matriz pertencia aos donos das fazendas locais. Casas de tamanho relativamente grande, com grandes áreas (quintais) onde se reuniam os empregados domésticos, trazendo para a cidade a mesma estrutura das fazendas.

Emergiu nos limites centrais uma nova categoria social, os empregados públicos, homens com algum “letramento” que, por serem de confiança dos líderes políticos, conseguiam cargos na esfera administrativa municipal. Cria-se, timidamente, uma espécie de classe média local. Alguns desses trabalhadores aproveitaram bem as oportunidades políticas e conseguiram entrar no seleto grupo da alta sociedade local, o dos “homens de bem”, e definitivamente, fizeram parte do poder como atores principais e não mais coadjuvantes. Aproveitando essas facilidades tornaram-se também comerciantes, o que lhes possibilitava acesso a melhores condições financeiras. Curiosamente praticavam com as classes inferiores a que pertenciam um processo inverso, não permitindo muito contato e evitando ao máximo as relações, dificultando todo e qualquer acesso às condições sociais de onde vieram, criando um espaço de manobra entre a classe trabalhadora e a classe nobre; nesse espaço ocupado por essa nova categoria social, estavam os *burgueses públicos*¹⁶. Corre assim um processo de formação civilizador que Elias (1993, p. 193) define com bastante clareza e objetividade: “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”.

Essas mudanças ocorrem justamente nessa reunião fronteiriça entre controlador e controlado. As novas rotas de comunicação tornaram-se elementos de ligação para os novos padrões sociais. Com esses novos modelos surgiram também uma espécie de autocontrole social, no qual, normas com valores éticos e morais foram criados visando estabilizar esse processo conturbado. Esse hibridismo que se criou exigiu também novas técnicas e formação para manutenção do monopólio de poder.

¹⁶ Burgueses públicos são aqueles que saindo das massas populares, usam a cultura e a escolarização, para através delas, assumirem uma posição de destaque na política e nas estruturas sociais, fazem uma representação importante para a construção da nova cidade moderna.

Todo esse processo ocorreu em uma diacronia social que aproximava e afastava os segmentos sociais criando um movimento de pulsação e criação cultural. Nesse contexto cada um buscava seu espaço e sua colocação. Assim era Caldas Novas, uma força em movimento, sem que seus atores apercebessem disso. A Caldas Novas urbana é a continuação com poucas diferenças da Caldas Novas rural. Os menos preparados acabavam por criar a periferia da cidade, processo curioso que se deu em todas as cidades do mundo. Poder-se-ia dizer que se tratava dos excluídos, mas a análise de documentos da cidade demonstra que, ao contrário, os moradores da periferia de Caldas Novas compunham um grupo que buscavam a inclusão social, formado por pedreiros, carpinteiros, vaqueiros sem emprego, pequenos negociantes. Eles tentavam aproximar-se do núcleo do poder, para conseguirem ser vistos e, com isso, mudar sua posição no degrau social. Aliás, esse processo pode ser verificado quando muitos desses pedreiros ou carpinteiros conseguiram junto ao poder local, serviços de vultuosidade. Esses serviços acabavam por incluí-los nessa nova esfera social, transformando-os de excluídos em incluídos.

Outro processo de inclusão é a escola. Os filhos letrados podiam conseguir uma melhor posição, podiam ser incluídos na escala de servidores públicos, o que lhes oferecia um novo horizonte social.

Os modelos políticos e culturais do início do século formavam a visão local. Uma visão liberal, construída na perspectiva positivista do início do século XX, e por força do processo, se fez voz ativa e presente nessa formação social local. Os novos *coronéis da água* sempre se alinharam com as idéias de modernidade. Entendiam que as mudanças só seriam possíveis se fossem apoiadas por uma forte estrutura teórica, ou um modelo de sucesso, como o Liberalismo e o Positivismo que estavam no auge na década de 30 do século passado.

A escolha de um novo local para a formação da cidade pelo Cel. Luiz Gonzaga deu-se por motivos de ordem econômica. Com as excursões de gado diminuindo, e com a ação constante de escravos e de agregados que surrupiavam cachaça e rapadura para vender nas cidades vizinhas, vislumbrou Luiz Gonzaga que o melhor seria mudar a sede do arraial para um local onde pudesse ocorrer um melhor comércio, e que ele pudesse controlar tal coisa¹⁷.

¹⁷ O local e sua formação inicial estão narrados no “O Kró” de número 29 de 17 de outubro de 1935.

A população periférica servia como instrumento de produção social. A grande maioria não possuía emprego, moradia ou educação. Essa evolução social acabou demonstrando a importância da instrução. Todas as partes envolvidas no processo prescindem da necessidade e de sua importância.

A educação tornava-se moeda valiosa na nova perspectiva que se apresentava. A importância do conhecimento das letras e da tabuada facilitava em muito as novas relações. O mundo estava se transformando, assim como a cidade. Um novo universo de símbolos e signos se fazia presente e cobrava a sua interpretação para um melhor posicionamento na pirâmide social.

A manutenção do poder dependia da propaganda a ser distribuída. Uma propaganda boca-a-boca não mais satisfazia as necessidades. Era preciso escrever, mas escrever com destino ao povo, pois era à população que as novas leis eram endereçadas.

A instrução pública entrou no discurso de Caldas, como entrou no discurso do Brasil da Primeira República, o discurso da formação da identidade nacional. Caldas também buscava construir sua identidade com base em novos valores, entre eles a possibilidade do turismo, pois já era conhecida a sua “fama” das águas hidrotermais para a cura da hanseníase e de outras doenças de pele, e isso era vislumbrado como uma possibilidade promissora.

Mesmo com tentativas incansáveis de seus primeiros governantes, Caldas Novas não conseguia se alargar para o mundo, para o Triângulo Mineiro, nem mesmo para Goiás. Até meados de 1930 existiam poucas vias de acesso à cidade, isso era um dos principais fatores que contribuíram para sua estagnação. A cidade somente começará a prosperar depois de 1960.

A partir do segundo decênio do século XX, foram propostas uma série de ligações com outras cidades visando ampliar as possibilidades econômicas e culturais. Pontes e estradas para veículos automotores foram construídas em vários sentidos: Caldas-Morrinhos, Caldas-Pouso Alto (Piracanjuba), Caldas-Ipameri, onde se localizava a estrada de ferro de Goiás e a empresa Mogiana. Essa última via possibilitava o acesso ao Triângulo Mineiro, grande região de comércio, ao litoral, à Capital Federal e a São Paulo.

Era primordial que a cidade se modernizasse e acompanhasse o crescimento do Brasil. Mesmo assim, existiam muitos brasis a serem vencidos, e Goiás mantinha-se atrelado ao forte cabresto das oligarquias agrárias. Seria necessário muito trabalho para a quebra desses fortes grilhões. Mesmo copiando o modelo oligárquico, essa nova oligarquia

das águas estava preocupada com o “moderno”, com carros automotores, cine-teatros, jornais, energia elétrica e rodovias de acesso. Esses itens faziam parte de sua proposta para o desenvolvimento e mesmo recebendo tudo isso, Caldas Novas não conseguia se desprender e crescer. Faltava-lhe um elemento que não havia sido descoberto, o elemento que fosse capaz de catalisar todo seu potencial. Onde encontrá-lo? A resposta veio com o Estado Novo e sua marcha para o Oeste. Era necessário dar impulso ao turismo medicinal, criar condições de conforto e hospitalidade para os necessitados e condições de lazer e possibilidade de novos conhecimentos aos interessados somente no passeio. Unir a cura e o lazer passou a ser o novo ideal da cidade. A partir da década de 1930 foram feitas desapropriações de nascentes para a criação do balneário local, com banheiras termais sobre o controle do município. Já em 1936 o balneário entrou em funcionamento.

Até os meados de 1930, a população da cidade não passava de mil habitantes. No dizer de Bretas (2001) a cidade era uma doçura.

Pequenina, minha terra, ali pelas décadas de 1920 a 1930, era um encanto de lugar, não sei se a sentia assim devido à minha idade de adolescente, ou se era realmente um lugar de doçura. Não tinha mil habitantes, aliás, muito menos que isso. Certo dia de 1931, conversando com o Zequinha, que conhecia todas as pessoas da cidade e da zona rural, tocamos no assunto da população da cidade, a qual, segundo corria na boca dos moradores mais representativos, não passava de mil habitantes. Mas, na opinião de Zequinha, essa população pouco passava de quinhentos (BRETAS, 2001, pp, 140-141).

Na verdade, em 1931, Caldas Novas tinha 653 habitantes em sua zona urbana, o que demonstra que para ter conseguido status de cidade, teve que fazer um censo mentiroso.

A cidade era agradável, seus habitantes, como todos os habitantes de cidades pequenas, tinham suas particularidades. Dentre elas entrava a de Joaquim Bobo, um trabalhador honesto, que tinha como única atividade útil a de cortar lenha, e que acabou sendo um mediador de uma discussão filosófica entre os letrados da cidade, pairando uma dúvida sobre qual seria a melhor coisa do mundo. Questionado, Joaquim não se sentiu acuado, decretou e seguiu seu caminho, a melhor coisa deste mundo é “Mandioca com torremo!” (BRETAS, 2001, p. 149).

A cidade começa a década de 1920 com um engodo para poder esboçar um crescimento político e social, e esse engodo permaneceu por várias décadas. Mas esse não

foi o único. Outro grande engodo foi a tentativa de criar uma cidade uniforme em todos os seus pontos. Caldas não conseguiu livrar-se do estigma do velho Império, da fórmula antiga de patronato e agregados. Mesmo quando tentava implantar uma cidade progressista, as relações continuavam nos moldes antigos: as oligarquias e os agregados que então, eram também a população carente.

A grande diferença reside no fato desses novos coronéis terem uma visão mais aberta com as relações de força e controle relativamente frouxos, o que era favorável para o desenvolvimento de um comércio local e busca de novas alternativas de crescimento, formando uma estrutura social típica do Brasil e do Estado Novo.

2. Do manuscrito ao prelo: as funções do quarto poder

Embora tenha demorado em se livrar dos antigos arreios que a mantinham no passado fossilizado da história, Caldas Novas visualizava seu futuro dentro de um mundo atual, um mundo que colocasse à disposição para uso todo tipo de instrumentos e ideologias, tudo que oportunizasse o crescimento e o desenvolvimento, tudo que a levasse ao modelo de modernidade que se formava na nação.

Um dos principais instrumentos que foi utilizado pelos Coronéis das águas, com certeza, foi a imprensa, a qual se delegava um lugar de destaque nesse processo civilizador.

Não temos como separar a imprensa e toda a mídia das relações constituídas pelo poder. O movimento dialético constante da imprensa seja por meio radiofônico ou dos periódicos impressos gera uma verdadeira revolução nas representações sociais e na formação do leitor-cidadão de todos os tempos.

Várias vezes foram atribuídas à imprensa o status de “Quarto Poder”¹⁸, o mesmo poder moderador que influía nas decisões finais a serem tomadas pelos outros poderes constituídos. Mas há que se traçar inicialmente o perfil da mídia nacional, suas origens e as tempestuosas relações que sempre acompanharam a evolução da imprensa para que se faça claro como essas relações se constituíram.

A breve história da escrita da humanidade está ligada diretamente à evolução do homem e, curiosamente, o controle da escrita sempre esteve atrelado ao poder político constituído. Conhecer, documentar e controlar sempre foram categorias pertencentes às elites e eram vistas como símbolo de nobreza e poder. Fica, portanto, difícil separar o domínio da escrita do domínio político, um sempre se serviu do outro e dos instrumentos que lhe são peculiares.

A história da humanidade sempre foi uma história de lutas, de conquistas e dominações. Uma vez alcançada a conquista fazia-se o momento de efetivar a dominação.

¹⁸ Embora a locução “quarto poder” tenha sido utilizada inicialmente na Inglaterra em 1828, para diferenciar a imprensa dos outros três poderes – legislativo, judiciário e executivo -, nos EUA, a década de 30, chamou-se de **quarto poder** às atividades atribuídas às agências. O Comitê. Brownlow (Committee on Administrative Management), no Governo Franklyn Roosevelt, dizia que eram, em verdade, miniaturas de governos independentes, que constituíam um “fourth branch of the government”, in Giandomenico Majone, **Regulating Europe**, Routledge, Londres, 1996, p.288. Confira, em adição, David M. Welborn, **Regulation in the White House: The Johnson Presidency**, University of Texas Press, 1993.

Elaborar e propagar propostas sempre foi fundamental para a criação de ideologias que mantenham sob julgo o que foi conquistado, e o instrumento de maior eficácia para esse fim sempre foi a imprensa.

Embora a denominação *imprensa* seja relativamente nova e represente, além de jornais, revistas, folhetos e livros, no caso específico desta pesquisa estará elegendo apenas os jornais. Por esse meio, a produção escrita se manifesta e reproduz discursos públicos ou de determinados grupos, constituindo assim a prova da importância da divulgação das idéias dos dominadores aos dominados, destes entre si, e dos dominados aos dominadores.

A História hoje oportuniza uma visão nova, um novo olhar. Um recorte que visa, em especial, a história dos dominados/vencidos, constitui uma “história em migalhas”, como é bem colocado por François Dosse (2003). A história vista por baixo demonstra as diferenças e particularidades da cultura. É um recorte que oportuniza olhares novos, releituras de fatos e ações históricas, na maioria das vezes, fornecidas pelo enlace social entre imprensa e sociedade. Um caso peculiar é o do moleiro Menocchio condenado pela inquisição por adquirir conhecimentos:

Menocchio, ao contrário, sabia ler e escrever, mas nem por isso pensava que a longa luta que iniciara com as autoridades dissesse respeito só a ele. O desejo de “procurar coisas maiores”, que confessara de maneira vaga doze anos antes perante o inquisidor de Portogruaro, continuava a parecer-lhe não só legítimo, como potencialmente ao alcance de todos. Ilegítima, ou melhor, absurda devia lhe parecer, ao contrário, a pretensão dos clérigos em manter o monopólio de um conhecimento que podia ser comprado por “2 soldos” nas banquinhas de livreiros em Veneza. A idéia da cultura como privilégio fora gravemente ferida (com certeza não eliminada) pela invenção da imprensa (GINZBURG, 1987, p. 114).

Percebemos o interesse de todos os segmentos sociais pelo fascínio que o conhecimento oferece e esse interesse, que, sem dúvidas, mantém-se atrelado ao (des-)cortinamento das letras e dos escritos, e à oportunidade de assombrar-se com o conhecimento. Menocchio e seus poucos pares tinham essa visão, a visão que o poder era exercido pelo controle e manipulação da palavra, escrita e falada. Como quebrar essa corrente de elos tão poderosos? Como travar, ou melhor, como usar esse instrumento valioso a favor do cidadão e não contra ele e para seu controle? A imprensa sempre teve essa visão pois,

[...] desde os primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem, por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais. Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo (CAPELATO, 1994, p.13).

Os movimentos liberais na França, Inglaterra e nos EUA demonstram com clareza a luta hercúlea da imprensa para quebrar esses grillhões. As particularidades que fazem parte do processo histórico de servir como intermediária entre o governo e os cidadãos.

Um elemento vem unir-se a essa luta, uma categoria utilizada em muitos lugares como panacéia dos males sociais, e por esse mesmo motivo, representante legal ou representada legal dos homens produtores da imprensa em todos os lugares do mundo. A educação acaba sendo uma bandeira erguida pela imprensa para defender sua posição e seu entrincheiramento no poder.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 19).

A formação de um público que possa ser mobilizado para o embate intelectual é fundamental. Sem esse elemento social – o público – não se pode levar ou ser levado a favor ou contra determinado setor. Nesse embate, a balança do poder oscila ora a favor ora contra e o mesmo acontecendo com a imprensa.

Aos dominadores interessa e importa manter o dominado sob o véu da ignorância, mas não totalmente, pois desvendar as letras era necessário. Desta maneira torna-se mais fácil o controle e a dominação. Em todos os lugares onde houve exploração e controle, a presença da imprensa teve um papel preponderante na mudança de condição de dominado para livre. Há de se notar que a forma como o homem se expressa, constitui a quase fiel representação de suas idéias, ou em determinados casos, sua forma de expressão constitui o projeto que visa empreender. Assim a importância que dá aos fatos e ações reportadas, explicam e justificam suas ações. Rizzini (1945) demonstra com propriedade o papel do que chama de “primeiros jornais”:

Até onde chega a nossa penetração na Antiguidade, lá encontramos – em pedra, pau, metal, barro, concha, fibra, pele e papel – o jornal, isto é, a informação rudimentar de algum acontecimento contemporâneo conservado pelos símbolos; fossem eles mnemônicos, fixando valores arbitrários supletivos da memória, como as cintas de conchas variegadas dos iroqueses e as cordas de nós coloridos dos peruanos; fossem pitográficos, reproduzindo os objectos e figurando idéias, tais os hieróglifos e os sinais assírios, persas e astecas; fossem enfim fonéticos, traduzindo as vozes nas letras do alfabeto, prodigioso invento (RIZZINI, 1945, p. 11-12)

Da clandestinidade à legitimação.

No Brasil, por força de leis e interesses da Metrópole Portuguesa, ficou proibido o acesso a jornais, livros, folhas avulsas ou qualquer outro tipo de informação que fosse capaz de, no dizer dos administradores portugueses, iludir e modificar o pensamento dos homens ingênuos e simples. O absolutismo necessitava de populações empobrecidas cultural e financeiramente. Portanto, cabia ao dominador destruir as culturas existentes para impor a cultura da espada e do chicote e poder se aproveitar para a exploração; no caso do Brasil, isso não se deu de forma diferente, embora o “descobrimento” das terras brasileiras tenha acontecido no fim do século XV, as nações indígenas que aqui viviam ainda estavam, segundo alguns autores, vivendo a idade da pedra polida. Atos e decretos e uma polícia atenta inibiam e coíbiam as tentativas de se criar oficinas de onde pudessem sair “folhas avulsas” ou outro tipo qualquer de informação impressa. Qualquer tentativa de produzir informação tinha uma contra-ação imediata. Mesmo porque uma população analfabeta não teria necessidade de jornais ou informações.

Somente durante o século XIX é que a imprensa no Brasil começa a se destacar. Nasceu primeiramente a imprensa áulica, que objetivava manter viva a idéia do Absolutismo por necessitar de instrumentos que pudessem lhe servir como divulgador e promotor de suas idéias. Já que vinha sendo combatida ferozmente na Europa pela dupla Revolução Burguesa, imprimia uma força irresistível nos ideais de nossos intelectuais, o liberalismo e o republicanismo tomavam corpo e forma.

Como dissemos, tardiamente iniciamo-nos na arte da imprensa: o primeiro jornal impresso no Brasil tinha as características da imprensa áulica e teve seu primeiro número

editado em 10 de setembro de 1808, era a *Gazeta do Rio de Janeiro*. “Esse arremedo de jornal”, no dizer de Sodré (1983, p.19), era editado pelo Frei Tibúrcio José da Rocha.

Uma curiosidade deve ser destacada neste período. Hipólito da Costa, já vinha editando na Inglaterra o *Correio Brasiliense*, que, embora não fosse aqui editado, foi considerado o primeiro jornal, pois tratava de assuntos referentes aos problemas administrativos brasileiros. Circulou por onze anos até a independência do país. Curiosamente, o *Correio Brasiliense* não pode ser chamado de uma voz republicana, pois pretendia um acordo entre a monarquia e a burguesia liberal que se formava no Brasil, liberal. Era, porém, atrelado às idéias monárquicas, afinal era ela, a monarquia, que lhe dava vida.

Foi duramente perseguido, expulso de Londres, mas sempre conseguia manter acordos com a coroa portuguesa. Desta forma a coroa, quando atacada, via-se obrigada a patrocinar jornais áulicos e ao patrocínio de outros jornais para que se tornassem áulicos, tanto no Brasil como em Londres, para rebater os dizeres do *Correio*. Uma das principais características entre os dois jornais é que o primeiro – *A Gazeta do Rio de Janeiro* – tinha o formato que se aproximava muito mais do que hoje conhecemos como jornal, possuía quatro folhas e tinha uma periodicidade semanal, ao passo que o *Correio Brasiliense* era composto de aproximadamente 140 páginas e tinha uma periodicidade mensal, com um formato que hoje nos lembraria o de uma revista. Outros periódicos circularam tentando manter a sobrevivência do regime absolutista. Entre eles podemos citar: *A idade de Ouro do Brasil*, que circulou na Bahia em 1811; *o Patriota* que circulou de 1813 a 1814; *A Abelha do Itacolomi* de 25 de janeiro de 1824, sendo o primeiro jornal editado em Minas Gerais; *O Semanário Cívico* (1821); *Minerva Brasiliense*; *o Jornal dos Anúncios*(1821); *O diário do Rio de Janeiro*(1821); *O Conciliador do Maranhão* (1821); e o primeiro jornal goiano, *O Matutina Meyapontense*, que circulou em Pirenópolis e região de 05 de março de 1830 até 1834. Esse jornal, embora tivesse as feições liberais, estava ligado ao Império.

As duas faces da mesma moeda

Podemos avaliar o processo tenso e contraditório que ocorreu com a imprensa. Ao mesmo tempo em que ela tem a obrigação de criticar os poderosos, deles também necessita para manter-se, o que Capelato brilhantemente demonstra:

Ocorre então que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos – o segredo é a sua outra face. (...) Os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da “vox populi” (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “vox domini” (voz dos dominantes) (CAPELATO, 1994, p.18, grifos da autora).

Informação e segredo, astúcia e ingenuidade, manipulação, controle e acordos fazem parte desta luta de informações, são lados da mesma moeda. A informação está intimamente ligada ao segredo, cabe ao jornalista manter segredo de certas questões, pois somente desta maneira será possível induzir o público ao alvo certo. O poder muitas vezes adula e bajula a imprensa na tentativa de torná-la prisioneira e refém de seus objetivos. É um poder disciplinar que tem a função de adestrar as letras para que o público torne-se dócil.

A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes seus processos (FOUCAULT, 2004, p. 143).

Se abandonarmos as questões das formas e conteúdos, vamos ter o que realmente nos interessa nesse momento, o processo cultural-social, como bem explica Melo:

Desta maneira, o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editor(es,as)/emissoras) e coletividades (público receptores), através de canais de difusão jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações(atuais) em função de interesses e expectativas(universos culturais ou ideológicos.) (MELO, 1994, p. 14-15, grifos do autor).

O poder do “quarto poder”

A função de “quarto poder” atribuída a imprensa é muitas vezes perigosa. Com a capacidade de moldar as informações ela, a imprensa, também é capaz de criar situações junto às coletividades que assiste. Em muitos casos é grande a distância entre o fator gerador da notícia, o relato pronunciado e a escrita da imprensa. Essas discrepâncias entre o falado e o escrito servem, em várias ocasiões, ao propósito de manipulações. A imprensa, utilizando-se deste poder, do poder de distorcer os fatos ao seu favor ou interesse, curiosamente acaba tornando-se também, em determinados momentos, um instrumento a serviço do poder constituído. Isso quando a notícia veiculada for a favor e na direção desejada pelos órgãos constituídos do poder.

Este, com toda sua estrutura e mecanismos, não deixariam lacunas tão grandes para a imprensa, assim tratou-se de criar os mais variados tipos de censura e controle para que se veiculasse somente o que fosse permitido.

A censura representada pela tesoura e por uma ‘venda’ nos olhos dos jornalistas – uma figura estilizada que representa o Leviatã jornalístico utilizado com truculência e que visava unicamente o controle do discurso midiático – tinha como principal objetivo, as informações. Os censores eram, em muitos casos, instalados dentro das próprias redações dos grandes jornais. Curiosamente, essa prática acabou forçando a imprensa a alternativas “criativas” e uma dessas principais práticas era o discurso democrático.

“A grande imprensa no Brasil é liberal, independente, expressa a verdade e a vontade do povo. Esta é, em síntese, a definição que a maior parte dos proprietários de jornais, de ontem e de hoje, apresenta a seus leitores” (Capelato, 1994, p. 71), com isso, divulgava-se a idéia de liberdade, de um povo livre e senhor de seus próprios desígnios, insinuando também a idéia de independência para fazerem e representarem a mais profunda verdade.

Montou-se dessa forma uma blindagem, ou pelo menos tentou-se, para dizer que a imprensa não teria vínculos com os partidos políticos, econômicos e setores empresariais. Ela poderia, assim, exercer de maneira clara, direta e sem ideologias a cobertura dos fatos de todos os setores. Esse artifício é utilizado até os dias de hoje, há de se esclarecer, porém, que com muito menos impacto sobre a sociedade que já não mais acredita cegamente nas informações.

Como segundo artifício para fugir à censura e ao controle, houve a criação da chamada imprensa alternativa, nascida no bojo do próprio poder. Eram tablóides que continham críticas ferrenhas às práticas políticas e demais fatores sociais, e que ficaram também conhecidos como “imprensa nanica” ou “imprensa marrom”.

Os poderosos utilizavam todas as maneiras ao seu alcance para tornarem sem efeito as notícias veiculadas por essa imprensa *nanica*. Tentavam desautorizar suas informações dando a entender à população que as notícias ali veiculadas eram falsas, invencionices para vender, que seu conteúdo visava somente o engodo e a desestabilização das estruturas sociais, resumindo, os “nanicos” e “marrons” eram um mal à sociedade.

Porém o tiro saía pela culatra, essa mesma imprensa alternativa, nanica, tendo conhecimento dessas armadilhas se aproveitava delas. Usando como arma o humor tornam-se ridículas, e com isso ridicularizavam seus algozes.

O expediente normalmente usado para tal, eram as caricaturas e as charges, tiras humorísticas que sugeriam certas situações absurdas, mas que no imaginário popular eram espelhos da realidade. Saíam da situação de vítimas e se tornavam algozes de seus perseguidores.

Sentindo-se derrotados dentro de seu próprio espaço, os homens de poder criaram outros mecanismos para o controle dos jornais que circulavam. Um dos mais poderosos recursos criados foi o da manipulação do preço do papel. Assim, colocavam barreiras econômicas, barreiras essas que os pequenos jornais não conseguiam transpor. Daí a inconstância e a efemeridade de alguns pequenos periódicos.

O poder econômico é muitas vezes mais efetivo que o poder de polícia do Estado. Utilizando-se dos seus faustos recursos econômicos, abusavam da prática de compra dos espaços jornalísticos, ocupando uma grande parte dos jornais ou com propaganda institucional ou com difamação de algum setor que tenha caído em ruína aos olhos do poder. Com isso, a capacidade de penetração da imprensa tida como contestadora acaba sucumbindo à forte ação econômica, seja do Estado por meio do capital investido, seja pelo investimento de segmentos empresariais, fazendo com isso que acabassem aderindo às estruturas econômicas ou ao Estado,

[...] ‘imprensa’, afirmou o jornalista indignado, ‘aderiu servilmente ao Estado Novo. Este tudo fez para prostituí-la. Fatigada da esbórnica fascista voltou ao seu engano, reergueu-se e pôs ao chão a ditadura. Hoje prossegue na reação mas seu aspecto exterior ainda é acafajestado, o jeito das

decaídas, com fundo bom, vítima de certas circunstâncias, mas de pouca educação, necessitada de direção, de um treino duro e prolongado e assistência para apresentar-se como uma verdadeira dama (DUARTE apud CAPELATO, 1994, p. 30, grifos do autor).

Na contra ofensiva os pequenos “marrons” buscam apoio em segmentos que pudessem dar fôlego e sobrevida aos seus ideais. Acabavam, assim, unindo-se a grupos políticos expressando suas vontades e anseios. Institui-se assim o palco das lutas políticas e sociais,

[...] a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento, seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (CAPELATO, 1994, p. 34).

A imprensa em Goiás

A imprensa em Goiás já esboçava suas primeiras letras ainda durante o Império. O estado, como vimos, era uma província atrasada. Mantinha-se distante do resto do império, por isso mesmo, tudo era lento, lerdo e muito gradual.

O primeiro jornal goiano foi o *A Matutina Meyapontense* que teve seu número inaugural editado em 05 de março de 1830, oito anos somente após a proclamação da independência do Brasil.

Existe uma forte discussão sobre se o *Matutina* foi ou não o segundo jornal editado no país; quanto a isso concordamos com o dizer de Braz de Pina, que isso não tem a menor importância, pois o *A Matutina Meyapontense* cumpriu gloriosamente com sua proposta, a de levar o conhecimento e a divulgação dos interesses da província goiana.

Seu proprietário, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, era um dos homens mais ricos desta província de Goiás e também um dos mais cultos. No final de 1829, mandou vir para o arraial de Meia Ponte uma tipografia com o intuito de divulgar a cultura

letrada, pois sua província estava fora da rota “literária” real, recebendo somente notícias que chegavam com atraso, vindas de outras províncias trazidas por viajantes amigos ou pelo correio oficial, uma vez por mês.

As preocupações sociais do comendador Joaquim Alves, incluíam a educação. Por sua formação iluminista e liberal, entendia que o povo deveria estar participando de maneira efetiva dos processos político-sociais da comunidade onde vivia, e isso fica bastante claro com o editorial inaugural do *Matutina Meyapontense*:

A liberdade de Imprensa não é considerada como sustentáculo dos governos bem constituídos, senão porque oferece meios para instrução geral; porquanto é esta que estabelece uma base à segurança e obrigações do cidadão, ela que faz amar a justiça, respeitar as autoridades e obedecer as leis. Um povo instruído vendo a necessidade da nação, abraça e sofre, sem murmúrios, os impostos; considera o governo como seu maior bem, aborrece o homem sedicioso e turbulento, como o maior inimigo da sociedade. Não entra, pois, em dúvida, que a instrução seja a melhor e a maior garantia dos governos Constitucionais. Firme nestes princípios e persuadido que os periódicos tem concorrido em grande parte para se espalharem as luzes entre o povo [...] Talvez pareça mais que audácia o pretender em oferecer aos meus patrícios goianos, um periódico em um Arraial, se bem que o mais populoso da província, falho todavia de comunicações, por estar fora da estrada geral, e distante de Goiás 26 léguas, para onde unicamente tem um correio mensal. Talvez haja mesmo quem diga que a empresa é superior às minhas forças e que não calculo a tarefa que me impuz. Eu concordo com todos e é mesmo porque reconheço a pobreza de meus talentos, que nenhum outro nome me parece tão análogo a este periódico que “Matutina Meyapontense”, cuja luz muito pouca clara, mas como não se lhe pode negar precursora do dia, creio que assim mesmo irei dissipando as trevas, até que espíritos mais iluminados queiram espalhar suas luzes. Possuído de um verdadeiro patriotismo só tenho em vista o bem estar da Nação e socorrido pelas sábias doutrinas de “Áurea”, “Astro” e “Farol” e outros mais periódicos verdadeiramente do Imperador e do Brasil, espero satisfazer o que tenho empreendido (BRAZ de PINA, 1971, p. 20-22).

O *Matutina* era caracterizado por sua postura moderadora. Era liberal, porém monarquista e fortemente influenciado pelas idéias do iluminismo. Ficou a cargo do padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury a redação do jornal e mesmo assim podemos perceber o interesse de “lançar” luzes não só à província, mas também ser um elemento de contribuição na formação do povo da nação Brasil. Todo o editorial era dedicado a esclarecer a importância da instrução pública, sem ela não se construiria governos sólidos e reconhecidos. O jornal continuou em circulação até 1834, quatro anos foi a sua duração, não se sabe ao certo os motivos que o levaram a esse fim precoce, sabemos, no entanto, que a tipografia comprada pelo Comendador Joaquim Alves e onde produzia o seu jornal foi vendida à província entre 1834 e 1836, não se precisando exatamente a data.

Não tardou para que aparecessem outros jornais na província. Logo depois do fim do *Matutina* surgiu o *Diário Oficial*, jornal editado pelo governo da província que teve

uma duração de quinze anos. O *Diário Oficial* exibia a mesma formatação do *Matutina*, essa semelhança pode ser explicada pois o mesmo oficial de tipografia do *Matutina* – Mariano Teixeira dos Santos, um goiano nascido no ano de 1810 no arraial de Pirenópolis – era o responsável pela sua edição, explicando assim as semelhanças com o antigo jornal. Além disso, era o mesmo prelo, os mesmos tipos de madeira, a mesma tipografia.

Ao *Diário* seguiram-se:

- *A Cruz* – revista religiosa editada entre 1890 e 1891;
- *Folha Goyana* – que tinha características literárias – 1890 – encerrou suas atividades no mesmo ano;
- *Estado de Goyaz* – foi um jornal tipicamente republicano circulando entre 1891 a 1897;
- *Revista Central* – a grande curiosidade é que essa revista não era editada em Goiás, mas sim no Rio de Janeiro, porém todo seu teor era dedicado a Goiás;
- *Jornal de Goyaz* – 1892 – com raras edições findou-se no mesmo ano;
- *O Goyano* – esse jornal foi um dos primeiros a combater o governo constituído, redigido por Joaquim Inácio Ramalho, mantinha uma linha combativa e postura autêntica que serviam de contrapeso ao *Diário Oficial*, sendo a voz alternativa da população;
- *Monitor do Sul* – 22 de junho de 1896;
- *A República* – uma curiosidade é que esse jornal circulou em dois momentos distintos, porém, com o mesmo nome: *A República* circulou na primeira vez entre 1896 e 1897 e no seu segundo momento, de 14 de abril de 1897 a 04 de abril de 1900, em um total de cinco anos;
- *A Verdade* – 25 de dezembro de 1897, findando-se no mesmo ano;
- *Folha do Sul* – editada no início de 1902 em Bela Vista de Goiás, encerrando também no mesmo ano, sua publicação;
- *Folha de Goiás* – iniciando e finalizando em 1902;
- *Tribuna* – 1902;
- *O Fanal* – 1906;
- *Jatay* – 1910;
- *Novo Horizonte* – jornal editado em Catalão em 1920;
- *O Democrata* – iniciou em 1916 e foi até a instauração do Estado Novo, era um jornal de cunho Republicano e combatia as idéias absolutistas de Getúlio;
- *O Liberal* – tivemos várias publicações em municípios diferentes com o nome de *O Liberal*; um deles circulou em Jataí, outro em Morrinhos quase que no mesmo período

1931, outro ainda, em Jataí, e por volta de 1939 em Morrinhos, novamente, com proprietários diferentes;

- *A Coligação* – esse jornal tinha uma função especial, combater diretamente o governo de Pedro Ludovico Teixeira, foi dirigido por Alfredo Nasser;

- *O Kró* – circulando em Caldas Novas de 1934 a 1939;

- *O Tocantins* – 1935;

- *O Popular* – dos irmãos Câmara, surge em 1938 para tornar-se o maior grupo editorial do Estado;

- *A Revista do Oeste* – 1942 – a revista era uma publicação do governo do Estado de Goiás. Seu primeiro número saiu juntamente com o batismo cultural de Goiânia em 05 de julho de 1942, a partir daí, circulou por um período de quase dois anos. Embora tivesse o foco “oficial” em seus artigos literários priorizava os novos artistas e aproximava-se muito das concepções pré-modernistas que estavam em voga no período, estava sob a responsabilidade de Zecchi Abrahão.

Outros jornais entoaram vozes durante a República e o Estado Novo em Goiás, *O Povir*, *o Galhofero*, *o Cinco de Março*, *A Coligação*, uma infinidade de nomes, muitos dos quais tinham em suas redações os mesmos nomes dos jornais antigos que haviam sido fechados por perseguições, falta de dinheiro ou de aceitação popular.

O período republicano favoreceu o florescimento de uma infinidade de jornais, era um momento de grande profusão cultural, os liberais de todas as tendências e modelos alinhavam-se para dar corpo às suas idéias. Mais que nunca, o jornal foi utilizado como um veículo de força e poder. Não existiu um só partido ou líder político que não tivesse lançado mão desse expediente. Um caso típico é o dos Caiado que criaram um jornal, *O Democrata*, contra os Bulhões e todos os demais que fizessem frente ao poder caiadista. Só encerraram suas atividades em 1930 quando Pedro Ludovico tornou-se interventor de Goiás.

Cada uma das facções mantinha um jornal, visando com isso, à manutenção no poder ou colocar em descrédito os seus oponentes políticos e criar uma imagem favorável às suas idéias e principalmente as suas ações, muitas vezes truculentas.

Mas o jornal não cumpria somente esse papel político, serviu também como veículo cultural. Visava atender as necessidades de suas regiões, fosse literário, fosse noticioso, fosse político.

O Gigante verga, mas sobrevive

As estruturas sociais vergaram-se em razão desta disputa poderosa entre poder e imprensa. A população acabou tornando-se o prêmio a ser conquistado, os grupos sociais sucumbiram diante de tanta truculência literária, não sabendo como se postar, ou a favor de quem se postar.

No Brasil, a partir do final dos anos de 1920 e 1930, tanto a imprensa, como o poder aliaram-se para dar um novo rumo à idéia da instrução nacional pública, visavam proporcionar a redescoberta do povo, criar ou (re)criar a identidade nacional:

A vigência recuperada pelo popular nos estudos históricos, nas investigações sobre a cultura e sobre a comunicação alternativa, ou no campo da cultura e sobre a comunicação alternativa, ou no campo da cultura política e das políticas culturais, marca uma forte inflexão, uma baliza nova no debate e alguns deslocamentos importantes. Para delimita-los, começamos por estudar os novos contornos que na investigação histórica adquire a figura do povo. Não se trata de uma acréscimo do saber em cifras e dados, mas de um primeiro deslocamento que re-situa o “lugar” do popular ao assumi-lo como parte da memória constituinte do processo histórico, presença de um sujeito-outro até há pouco negado por uma história para a qual o povo só podia ser pensado “sob o rotulo do número e do anonimato (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 102).

O povo assumia *status* de atores ativos, tornando-se necessários na formação das “coisas-a-saber” trabalhadas por Pêcheux (1990, p. 42) pois, elas são diacrônicas, formam um processo dialético eterno, e inserido nesse contexto, o povo-ator faz uma construção histórica. Saindo da passividade, tornaram-se construtores das cidades modernas, criaram as idéias de Nação e de Universidades (MARTÍN-BARBERO, 2003), transformaram todas as estruturas criando um jogo de cena onde não mais se tornaria possível a permanência silenciosa, fazendo explodir uma revolução (cultural, social, econômica e educacional).

Um dos fatores desta nova Revolução é a velha educação, seja porque é utilizada como instrumento ou ferramenta que leva o cidadão-leitor a uma utilização crítico-racional e ideológica do conteúdo da imprensa, seja como categoria das ideologias propagadas pelo poder, que ao mesmo tempo em que propaga a idéia de crescimento, veda e ensurdece o ator-povo, criando condições tanto no poder político, como para a imprensa, de utilizar esse novo conhecimento a seu favor.

A imprensa tem em suas páginas, reflexos dos momentos sociais que a geraram. A visão pode ser tendenciada para atender, como vimos, a determinados segmentos, mas mesmo assim contem fragmentos importantes do todo social e das representações que se apresentam em seu recorte temporal: o papel do ator-cidadão tornou-se fundamental. As cidades e as instituições educacionais e de poder não se formam mais sem sua participação massiva. As cidades re-lêem sua população para oportunizarem o seu próprio crescimento.

Entender como essas representações geram as transformações sociais é um dos papéis preponderantes tanto da imprensa como da educação. Nesse caso esta, assume uma importância fundamental, pois, esse novo ator-leitor-cidadão não se forma sem cultura, sem o conhecimento técnico das letras, não teriam acesso aos jornais, pasquins, folhetins, cordéis, enfim, não poderia ser veículo de comunicação ativa. Isso dificultaria a disseminação da informação.

Mas como a educação pode servir aos dois amos: Poder e Imprensa?

Na verdade a servidão é uma só, é mútua, pois Poder e Imprensa fundem-se em um único ator, temos como base um velho axioma iluminista “O conhecimento exerce poder”¹⁹ e modificado por Foucault, conforme demonstra Nóvoa (2003) “O poder produz conhecimento”, adaptando suas necessidades ao discurso vigente. As escolas, tecnicamente espaços reprodutores de saber, desenvolvem currículos, direcionando os discentes para determinados setores econômicos e os seus instrumentos teóricos e metodológicos servem às estruturas do poder.

Os anos de chumbo

A crise epistemológica pela qual passa a educação pode ser vista como reflexo das contendas entre poder e imprensa e as representações que se forjam nesse bojo.

Todo texto da imprensa encontra ressonância na educação. Faz-se necessário educar para crescer. O lema liberal ainda prevalece em sua plenitude, embora tenhamos sido capazes de perceber outras correntes de pensamento como o marxismo e suas variáveis, que durante a década dos anos setenta e oitenta do século XX, influenciaram as escolas, a imprensa e decretou uma luta constante com o poder.

¹⁹ Bacon em o Elogio do Conhecimento de 1592.

Foi à época das grandes ditaduras; no Brasil estivemos sob as pesadas nuvens dos *Anos de Chumbo*. Neste período recebíamos uma influência virulenta dos países ligados ao sistema capitalista e toda sua ideologia contrária aos sistemas socialistas.

A imprensa apregoava o nosso crescimento, trazia estampada em suas manchetes: *Brasil, ame-o ou deixe-o*, ou, *Este é um país que vai para frente*, ou ainda, *O grande milagre econômico Brasileiro*, ao passo que sujeitava a educação a um procedimento técnico, buscando a rápida colocação do jovem no mercado de trabalho.

Na outra face da moeda, a “pequena imprensa”, a “imprensa marrom”, a “imprensa contestadora” declarava a sujeição da educação às “garras do poder”.

Mas qual era a abrangência dessa luta? E até onde influía no processo educacional da sociedade?

A ação era avassaladora, os currículos foram todos modificados para atender a uma demanda nova no mercado. Não mais interessava a formação social do cidadão, mas do técnico que entraria com urgência no mercado de trabalho para atender as necessidades de crescimento de setores apoiados pelo poder.

A força ideológica mantinha a situação da educação em um jogo constante, no qual estavam sendo vitoriosos por uma esmagadora margem, o poder e a grande imprensa. A mídia exerce, então, o papel de alienação que Marx atribuía a Igreja, retirando das camadas sociais menos privilegiadas a oportunidade de perceber o jogo pelo poder.

O novo campo das batalhas é a mídia, ela abre espaço a todos os contendores; jornais, sociedade, escolas e governo.

Por sua vez as instituições escolares retroalimentavam o movimento de capacitação técnica e de alienação cultural, alienação essa praticada pela excessiva especialização, retirando-se a possibilidade de visualizar a totalidade do horizonte, permitindo somente que veja o que “deveria ser visto”.

De modo interessante, o Estado fortalecia uma postura capitalista-positivista, mas utilizava uma das características apregoadas pelos marxistas, a idéia de politecnia que foi trabalhada por Saviani (1989, p.15), executando uma separação entre o saber e o fazer, entre o conhecimento material e o intelectual, formando técnicos e intelectuais para preencher as lacunas do poder.

Os primeiros liberais brasileiros defendiam escolas em níveis diferenciados, assim acabavam fortalecendo, mesmo que não soubessem a idéia dos Jesuítas, de formar

diferentes camadas sociais, uma, a menos privilegiada seria educada para a técnica, para a produção e a outra, a que pertencia às elites, seria formada para a liderança e o poder.

Em todo processo histórico os detentores do conhecimento são também detentores do poder. A dicotomia desse processo leva os detentores do conhecimento a gerarem conhecimento, pois, sem ele, não existe a possibilidade da manutenção do processo de apropriação do poder, visto que este necessita da informação divulgada, de gerar reações pela prática e isso cabe à informação.

O acesso à leitura – um bem cultural – deve ser oportunizado a todos os cidadãos. Ler a palavra escrita, a palavra oral, a palavra não-dita, implícita no contexto ou em uma imagem, e depreender o sentido que emana de fatores lingüísticos e extralingüísticos torna-se prioridade na escola e fora dela. O analfabeto, hoje, não é simplesmente aquele que não sabe ler ou escrever, mas o que não compreende os textos que o circundam (GHILARDI, 1999, p. 107).

A educação deve, com urgência, perceber o tamanho do poder que tem em suas mãos. Deve perceber também que pode tornar-se um quinto ou sexto poder montando um tripé vigoroso: educação, mídia e poder. O grande desafio para o século XXI é que a escola prepare cidadãos-leitores, mas com uma visão crítica dos fatores que o envolvem.

Thompson, em *Mídia e Modernidade*, identificava quatro tipos de poder: econômico, político, coercitivo e simbólico, esse último poder é onde se inscreve a educação – o poder cultural – da qual também faz parte a imprensa. De posse desse poder, a população pode fazer ingerências na produção das outras duas forças do tripé – poder e imprensa – obrigando-as a modificar suas ações e práticas ideológicas. Uma das saídas da crise epistemológica em que a educação se encontra, ou talvez um indicativo para isso, é perceber que o processo modificou-se, e deve-se estar atento para as novas possibilidades e responsabilidades que advirão com o poder dessa descoberta.

A escola deve cumprir seu papel de formadora de leitores e, para isso, não dispensar a colaboração que os meios de comunicação podem dar, a despeito do poder que exercem sobre os indivíduos e a sociedade. O poder exercido pela mídia, então, não é tão absoluto como pode parecer. O que se publica nos jornais e revistas, ou a programação da televisão, é, em parte, comandado pelo leitor/telespectador (GHILARDI, 1999, p. 108).

É a história reescrevendo a história. A importância da imprensa em nosso meio é fundamental. A construção das estruturas sociais acontece também com a utilização da leitura que a imprensa faz do recorte temporal. São indissociáveis os elementos do tripé: Educação, Poder e Imprensa. O que necessitamos é, sem dúvidas, uma harmonização entre forças que se antagonizam, mas que ao mesmo tempo, são elos de uma mesma corrente.

Capelato (1994) demonstra as posições que a imprensa assume e suas significações, a forma como se dá a conquista do público-alvo, seja a elite, com uma marca sóbria, ou o sensacionalismo buscando uma camada social menos favorecida; como os artifícios foram sendo empregados visando tanto o lucro como fins políticos na tentativa de identificar-se com determinado grupo social.

Na segunda metade do século XX, os artifícios de sedução do público se sofisticaram. A grande concorrência com os meios eletrônicos obrigou os jornais a reestruturarem sua roupagem gráfico-editorial. A diagramação do jornal ganhou em importância, passou a ser elemento de divulgação e personalidade do jornal.

A imprensa tornou-se uma mercadoria particular. A apresentação ao público leitor passou a ser fator relevante e não importa apenas a qualidade das matérias, mas a estética é fundamental para a venda e para agradar ao leitor. Uma curiosidade a ser lembrada aqui, é a posição em que os jornais se colocam com relação à informação:

A informação é um direito público mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado.

Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo (CAPELATO, 1994, p.18).

Outra característica da imprensa, que muitas vezes é esquecida, é que ela deveria expressar a voz do povo, a *vox populi*, mas ao invés disso o que realmente vemos é a *vox domini* (voz dos dominantes), mesmo em jornais “alternativos” e na imprensa “marrom”. Hoje, esse tipo de mídia não mais tem força e penetração, os grandes jornais e corporações assumiram o controle dos grandes grupos; os “pequenos” que hoje ainda sobrevivem, fazem um jogo perigoso, durante o período que não tem apoio financeiro das prefeituras locais assumem uma postura de “criticadores” não importando os fatos ou a repercussão;

objetivam com isso o apoio financeiro, e conseguindo-o, *calam suas vozes* e tornam-se laudatórios.

A imprensa tem o dever, ou pelo menos deveria ter, de criticar os poderosos, mas como podem os empresários-jornalistas exercerem, de forma independente, o dever da crítica, se estão ligados, por vínculos bastante estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar?

O jornal é uma das principais fontes de informações históricas, merecedor, portanto, de consideração dos historiadores. Segundo José Honório Rodrigues ao discutir a credibilidade do periódico adverte que o mesmo é suspeito e afirma: “O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela, pois contém erros (...)” (apud CAPELATO, 1994).

Esses conceitos são relevantes, porém merecem revisão, em especial no que concerne à questão de fonte suspeita. A nova abordagem que a historiografia vem fazendo, nos convida a uma reflexão e a um repensar dos problemas.

As concepções tradicionais são questionadas, dentre elas a que define a história como ciência do passado. O passado é, sem dúvida, o objeto do historiador. Mas hoje é possível admitir que esse objeto seja construído e reconstruído tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente. Ainda segundo Capelato (1994, p.20), “nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições”.

O jornal como templo dos fatos era encarado pelos historiadores da metade do século XX de duas formas: com desprezo por considerarem como uma fonte não digna e suspeita e de outra, tão avessa quanto a outra, por enaltecerem em demasia.

Pensando no jornal como fiel depositário da verdade, as duas posturas são pertinentes: o jornal não é imparcial ou neutro, mas também não é uma fonte desprezível. Antes de tudo, a imprensa constitui-se de um instrumento de manipulação e intervenção da vida social.

Havia no final do século XIX e início do século XX, uma necessidade mágica de cultuar o positivismo, enaltecendo a objetividade e a concepção dos fatos-verdades. Hoje dessacralizaram-se os fatos e sequer se admite que sejam a base da objetividade, pois se reconhece que estes “fatos” são fabricados e não dados. É necessário deixar claro que o importante é como se dá a “realidade dos fatos” e a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram.

Já no final do século XIX, o mito da objetividade era levado ao extremo, em especial na provocação da ação, na criação do fato, e os jornalistas brasileiros guiaram-se por esse modelo, participando e criando os fatos quando bem lhes conviesse, prática essa que não foi de toda extirpada dos meios de comunicação de massa nacionais.

O fato – verdade ou mentira?

Fica claro que na construção de um fato jornalístico não interferem apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta todos estes aspectos, mesmo porque a imprensa exerce sobre o pesquisador um fascínio mágico e nela é possível encontrar vários aspectos da atividade humana.

Marc Bloch sugere cautela quanto à investigação do documento produzido pela imprensa: “à primeira vista, esse espetáculo diverte, seduz a imaginação, toca a sensibilidade, mas é como fonte para o conhecimento que a história registrada nos jornais tem interesse e validade” (apud CAPELATO, 1994, p. 23). Aqui se situa o divisor de águas entre a história do historiador e a relatada e comentada nos jornais, a memória coletiva.

Algumas das ações propostas a respeito de mudanças decorrem das tentativas de repensar as abordagens. O documento, visto como “sacrário do templo dos fatos”, é na verdade uma parte da historiografia tradicional de cunho positivista, que buscava autenticar a fonte documental como falsa ou verdadeira. A nova história, que começou com os *Annales*, não exclui uma crítica rigorosa ao documento, sem, contudo ficar atado a ele. As reflexões sobre o documento intensificaram-se.

Nessa nova perspectiva os documentos são ao mesmo tempo falsos e verdadeiros. A análise sobre a fonte-jornal pressupõe a realização de perguntas sobre as idéias e informações nela contidas como: quem produziu o jornal? Para quê? Para quem? Como e quando? Um documento, no caso do jornal, não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão, trabalhando as significações explícitas e implícitas.

Assim, podemos perceber quão complexa tornou-se a análise histórica. A história-objeto oscila entre a história-vivida e a história-relatada, portanto, é preciso levar em conta que há vários tipos de imprensa e há várias maneiras de se estudar a imprensa.

Com um olhar nessas várias maneiras de analisar e compreender a imprensa, Capelato cunhou o termo *ótica burguesa*, sob essa *ótica*, podemos nos aproximar ou de uma boa ou de uma má imprensa; a primeira, bem comportada, goza dos privilégios, dos recursos oferecidos pelo poder; a outra, a má imprensa, é sempre vista como desqualificada, é censurada, vigiada e punida.

Ainda dentro desta ótica existe a imprensa contestadora, uma imprensa que aparece sempre nos momentos de liberdades restritas, dando vida e voz aos jornais alternativos, críticos do regime, apesar de tolerados pela boa imprensa e pelo poder, são vigiados de perto, muito perto. São estes periódicos que dão matizes à luta política e social, transformando a imprensa em uma fonte de mil e uma utilidades, pois as centenas de tipos de periódicos permitem uma leitura dos discursos políticos, sociais e econômicos de determinado momento histórico.

O despertar dos prelos

A história da imprensa no Brasil deu-se de maneira curiosa, conforme nos lembra Francisco Weffort (1984) “jornais não são partidos. Mas como se parecem às vezes!” Fundamenta-se no fato de que na tradição liberal os jornais tinham esta dupla característica.

Em um país de estrutura partidária frágil como o nosso, os jornais desempenham, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando mesmo a sobrepujá-los.

A imprensa nasceu tardiamente no Brasil. Durante o período em que fomos colônia ela não era permitida, as pressões exercidas pela metrópole eram enormes, não queriam um povo letrado que pudesse levantar questões e se apoiavam no fato de haver um índice de analfabetismo que era quase absoluto nesse período.

A imprensa instituiu-se no Brasil com a vinda da família Real em 1808, quando se deu origem à imprensa régia e aos poucos foi tomando vulto e teve um papel importantíssimo no processo de lutas pela independência do Brasil. Neste período nascem jornais que farão época: *O Correio Braziliense*, *O investigador Português*, *o Revérbero*, *o Malagueta*, *o Typhis Pernambucano*.

Durante a consolidação da República e da abolição dos escravos, a imprensa teve um papel oficial, foi o órgão de divulgação das idéias dominantes, servindo unicamente como reprodutor de vozes do poder. A imprensa partidária da República não mediu palavras para criticar o Império, incentivando a militares e seus correligionários, a uma ação prática e efetiva, a Proclamação da República.

Os jornais da época criaram uma imagem harmoniosa, unitária da República nascente. Como faz parte da imprensa a dualidade, a crítica e a intempestividade, as críticas à República não tardaram a surgir, em especial nos anos de 1920 e 1930.

A imprensa, traduzia descontentamentos, afirmando a anomia do sistema, a grande imprensa alertava contra o perigo de uma grande reação popular contra os abusos do poder. Assim ao apoiar e exigir medidas de exceção, a imprensa liberal, preparou terreno para o golpe de 37, que daria origem ao Estado Novo.

O próprio Estado Novo foi totalmente arbitrário, instituiu a censura e o controle da imprensa, situação que perdurou até 1945. Após esse período, a imprensa gozou novamente de liberdade: esse período é chamado pelos jornalistas de “Ressurgimento da Luz”, foi o pós-Vargas, um processo de redemocratização do Estado.

De 1946 a 1964 a imprensa teve liberdade, quando o fantasma do comunismo destruiu a República e instaurou a Ditadura militar, iniciando aí os novos anos de chumbo para o povo e para a imprensa brasileira.

A imprensa só voltou a ter voz depois das eleições que exigiam as Diretas Já: ainda com uma eleição híbrida, em que somente o Congresso votava, Tancredo Neves saiu vitorioso. Era o rebrilhar do sol da liberdade. A missão da imprensa era agarrar a história em andamento, e esta tarefa exigia perícia, uma combinação de atualidade-permanência. Um repórter podia quase tudo, segundo Kotscho (1999), podia rir, chorar, emocionar-se, só não podia brigar com a notícia. Hoje já se admite o relativismo que tem a análise histórica.

Mesmo com o fim da censura, muitas vozes de jornalistas ficaram caladas, mesmo porque o Governo era dono das melhores verbas de publicidade, assim acabava também sendo dono da informação, o que, aliás, gerava insatisfação também entre os seus segmentos. A insatisfação em função do papel da imprensa gerou um aspecto muito perigoso para a cultura da informação: resultou na criação de um exército de jornalistas práticos, sem formação acadêmica, voltados exclusivamente para atender suas necessidades e as de quem lhes pagasse melhor, prática essa ainda muito utilizada no interior do país.

Se a universidade formava alguns maus profissionais, como afirmam os críticos da academia, criando uma imprensa anã, essa situação por si não autorizava a utilização dos “práticos” que acabavam recebendo o nome de repórteres (esses sem formação acadêmica), para não contrastarem com os jornalistas (com formação acadêmica). A questão é quem podia melhor oferecer serviços a imprensa?

- Pode-se dizer que embora não sejam donos da verdade, os jornalistas, com métodos rigorosos, critérios e conceitos de apreensão da realidade que os repórteres não possuem, dariam melhor qualidade ao texto a ser oferecido a imprensa.

Dizem que a grande imprensa no Brasil é liberal, independente e expressa a verdade e a vontade do povo. Este seria um retrato fabuloso se fosse real. Na verdade a nossa imprensa hoje é conservadora, não abrindo espaços para um povo contestador: a imprensa teme a democracia.

Hoje os leitores crédulos são raros, se é que ainda existem. A imprensa tem sua função e continuará construindo a sociedade, criando facções, ações, posturas, chamando a razão e perdendo a razão em outros momentos, mas isso é história, e a imprensa a documenta.

3 Educar para mudar

Em todo processo de formação das estruturas sociais, as práticas sempre se agrupam para, em conjunto, dar corpo ao que se pretende. Nesse conjunto podemos elencar: a cultura, a economia, a sociedade, as ciências e a política. Dentre estes destacamos a política que, em todos os níveis, sempre alicerçou seus princípios em uma série de paradigmas, enquanto que a educação sempre foi a escolhida para junto trilhar o caminho das formações sociais e discursivas. Agregado a educação e política, a imprensa sempre teve um lugar de destaque, como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores.

No caso da educação, as escolas e o grupo escolar que estariam construindo o processo de estruturação da sociedade Caldense, faziam parte de um processo maior, pertencente ao momento histórico vivenciado em toda a década de 1920 e 1930. Foi o momento especial perpassado pela influência da Escola Nova, com uma nova leitura sobre as propostas pedagógicas, espalhando sua teia por todo o processo sócio-industrial que tentava se implantar. Vinha ao encontro das novas necessidades de modernização e oportunizando uma relação multidisciplinar entre as ciências humanas e as exatas.

[...] Considerando a globalidade do social, e tendo em vista as características do ambiente em que está situado o homem, conduziu a uma abordagem mais ampla da vida social e cultural. Estudos de outras ciências fizeram-se necessários e foram realizados. Essa condução respaldou-se em Febvre (1978) e em Vovelle (1987), em busca de pistas para o estudo das atitudes e mentalidades da população, no que se refere ao setor educacional.

Portanto, o rigor científico, na análise dos artigos dos jornais, conduz-nos a indagações sobre aspectos subjetivos e dos interesses que os direcionaram, ou ainda, a quem interessava aquelas interpretações da realidade (ARAÚJO, 2002, p.71-72).

Acrescentamos à idéia de Araújo (2002) a utilização de outros documentos como atas e livros de leis, para a estruturação do corpus e da compreensão dos aspectos subjetivos que direcionam as pesquisas. Essa subjetivação nos leva a várias formas de pensar o processo histórico.

Neste sentido, há varias formas de se pensar a história dentro de condições particulares e específicas, com as suas múltiplas atividades: política, econômica, social, cultural, religiosa e

literária; que compõem o espaço onde homens e mulheres vivem situações sociais reais, com necessidades e interesses diferenciados (ARAÚJO, 2002, p. 73).

O velho modelo pedagógico

Embora em um primeiro momento a imprensa não estivesse ao lado do poder constituído na cidade de Caldas Novas como forma de divulgação, os homens que iniciaram a estruturação sócio-política tiveram a preocupação de deixar devidamente documentado todo o processo, criando um conjunto de livros de atas e leis que hoje servem para auxiliar na elucidação do momento histórico do período pesquisado (1910 a 1945). Esse conjunto constitui um retrato escrito, um recorte temporal de todos os procedimentos utilizados para isso.

As primeiras leis orgânicas do município, os primeiros impostos, normas e condutas sociais, as formas como o intendente deveria agir, usando de transparência relativa e de publicidade, elementos que ainda hoje fazem parte do processo político.

De 1911 a 1930 Caldas alternou os ciclos com crescimento, estagnação e alguns poucos períodos de instabilidade social e política. O processo de transformação social não foi simples, foram necessárias determinação, criatividade e ousadia por parte de seus empreendedores. Os primeiros interventores, em consonância com o momento histórico, mantinham acesa uma constante preocupação com a educação, de como deveria ser moldada a identidade da população local, para não perderem o trem da história, e estarem sempre sintonizados com a realidade nacional que emergia.

Nos primeiros anos de sua emancipação, Caldas Novas ainda permanecia presa ao modelo pedagógico do Império. A situação das escolas locais era extremamente precária, faltavam professores e material pedagógico. A cidade carecia de estrutura física que pudesse atender a população local. As poucas escolas eram nas fazendas ou em casas improvisadas na vila, existindo na sede do município apenas duas escolas, uma para o *sexo feminino* e outra para atender ao *sexo masculino*²⁰.

Uma pesquisa nos livros de registro de posse de 1911 a 1924, os primeiros professores nomeados por decreto na administração de José Theóphilo de Godoy²¹ foram a

²⁰ Denominações usadas nos livros de atas da prefeitura reproduzidas em anexo.

²¹ José Theóphilo de Godoy ou Juca de Godoy como ficou conhecido, era major e foi intendente de Caldas Novas de 1919 a 1923.

professora Esther Goulart de Siqueira, pelo decreto nº 21, e o professor Augusto Pereira Ramos, professor de música para a vila, pelo decreto nº 23. A primeira nomeação visava atender a escola feminina, e a segunda, a escola do sexo masculino.

Esses foram os pioneiros da Educação em Caldas Novas e essa preocupação foi mantida por todo o período das décadas de 1920 e 1930 com constantes nomeações e substituições, visando sempre melhorar a qualidade da educação na cidade.

Mesmo com as constantes mudanças, a educação nunca conseguiu um lugar de destaque na cidade. O ensino era deficitário e as aulas avulsas não eram suficientes para preparar os alunos para os exames que davam direito aos cursos superiores.

As nomeações, no decorrer do mandato do Coronel Bento de Godoy²² como intendente, não pararam. Com o decreto nº 32, de 03/01/1913, nomeou para a função de professor Orlando Rodrigues da Cunha, o conhecido mestre Orlando.

Mestre Orlando, nome que hoje recebe a praça central de Caldas Novas, foi um dos homens proeminentes do período. Tendo vindo para a cidade em 1910 a convite do sogro de Bento de Godoy, exerceu várias funções:

Mineiro, chegou a Caldas Novas em 1910, com 19 anos; Orlando Rodrigues da Cunha veio atendendo a um convite de seu tio Joaquim Rodrigues da Cunha, sogro de Bento de Godoy. Aqui chegando juntou-se ao grupo que trabalhava em prol da emancipação política de Caldas Novas. Foi secretário da Intendência durante o mandato do Cel. Bento e nomeado depois para o cargo de subpromotor e em seguida tabelião, função que exerceu até os 70 anos de idade. Homem culto e trabalhador incansável por melhorias do município, participou de grandes momentos políticos da cidade [...]. Também interessado no desenvolvimento cultural da comunidade, participou de iniciativas para o desenvolvimento nesse setor, dentre elas a criação de um Grêmio Literário que tinha por finalidade desenvolver a arte literária e teatral. (ELIAS, 1994, p. 51-52)

A situação das escolas, bem como a da “Vila” de Caldas Novas, mesmo com sua emancipação em 1911, era precária. Os professores, tanto da escola feminina como da escola masculina, preparavam somente para as primeiras letras e as quatro operações básicas, o restante era completado com a educação musical, que ensinava as primeiras notas em alguns instrumentos, e a repetir alguns hinos.

²² Cel. Bento de Godoy foi o primeiro intendente de Caldas Novas, 1911 a 1915, e foi também um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento da Cidade, investindo e arcando com despesas como a da Ponte São Bento sobre o rio Corumbá ligando as cidades de Caldas Novas à Ipameri em 1919 bem como o cine Íris, para citar alguns dos seus feitos.

As escolas nas fazendas seguiam o mesmo modelo, só que de maneira inferior. Os professores, com pouca ou sem nenhuma formação, eram mantidos, na maioria das vezes, pelos fazendeiros para atender aos seus filhos e aos filhos de uns poucos agregados. As primeiras letras eram mal ensinadas, utilizavam métodos de memorização e os alunos reforçavam seu desinteresse, pois não entendiam porque memorizar tanta coisa sem sentido. As aulas eram pouquíssimas, e as prioridades eram sempre as atividades da fazenda. Esse modelo seguiu até 1930.

Em busca de uma nova realidade

Em 1923, Juca de Godoy estava na administração da cidade. Homem culto, abraçava os projetos nacionais, aproveitando-se do momento histórico e, alinhado com o ideário de seus pares, os Coronéis das Águas, conseguiu que Caldas Novas fosse elevada da categoria de vila para a de cidade. Um feito heróico, tendo em vista a pouquíssima população existente, e, portanto, a dificuldade de arrecadação. Inicia-se nesse período um surto de progresso.

Mas é impossível gerar condições sociais de progresso sem a plena participação dos elementos sociais, e isso não ocorre sem passar pelas malhas da educação. Embora pertencentes aos mesmos discursos, o progresso e a educação não conseguem constituir-se em um mesmo elemento de ação.

As estruturas sociais crescem, a economia cresce, mas a elaboração de projetos que visavam priorizar a instrução da população nunca era efetivamente levada a cabo. Os projetos educacionais eram criados de maneira a atender somente as necessidades mais urgentes. Um plano de ação pedagógica nunca foi realizado em sua totalidade. A hegemonia cultural da elite impunha somente o necessário para atender a necessidade de crescimento desejado pelas massas. Assim, a imposição acaba gerando uma assimilação cultural do processo, sem que as elites tivessem que usar a força no processo, e esse poder de acomodação acontece dentro da educação. Desta maneira, embora sempre associadas nos discursos, nunca foi possível uma sintonia perfeita entre política e educação no plano das realizações.

A função da educação é sempre ressaltada, todo discurso político a tem como um dos carros-chefes. A execução prática desse discurso era o fato preocupante. A vontade de

utilizá-la estava sempre presente, embora essa utilização nunca se aproximasse, nem em esboço, do discurso ideológico utilizado.

Não há grande povo sem um progresso sério de educação. quando mais crescem, mais desenvolvem e aperfeiçoam os seus sistemas de educar.

Quaes os povos mais victoriosos e mais felizes? – Aquelles que têm uma educação mais generalizada e mais perfeita. basta uma rápido olhar sobre a humanidade actual e a verdade resalta luminosa. Vejam a Inglaterra, os Estados Unidos, a Allemanha, a Suissa, a Scandinavia, o Japão (CARNEIRO LEAO, 1917, p. 21-22).

Essa idéia de que nada acontece se o povo não tiver conhecimento, reforça-se no ideário da Escola Nova, uma instrução popular, profissionalizante, para adaptar a sociedade às novas necessidades da época. Como é possível estruturar uma sociedade com uma população totalmente ágrafa? Uma necessidade de interação entre poder e povo se fazia necessária. Portanto, ensinar a escrever e a ler,

[...] deixando os indivíduos alheios às necessidades do seu tempo, arredios da luta que se trava para a supremacia dos povos, ignorantes dos elementos que levam ao triumpho, incapazes de influirem, com o seu trabalho, a sua capacidade e a sua acção, no destino da sua nacionalidade, é fazer tudo, menos homens victoriosos, é conseguir tudo, menos uma gente forte, uma pátria poderosa (CARNEIRO LEÃO 1917, p. 24).

A década das reformas

A década de 20 do século passado foi marcada por uma série de reformas no campo educacional. Em 1924 foi criada a ABE – Associação Brasileira de Educação. Dessa associação participavam os principais intelectuais do país interessados nos caminhos que a educação estava traçando. Era a influência da Escola Nova que, em 1932, produzira “O manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”.

Na intendência da vila de Caldas neste período estava Juca de Godoy, que era um intelectual participante e simpatizante de todo ideário que percorria o Brasil de norte a sul. Sendo engenheiro e agrimensor, preocupava-se com ligar Caldas Novas ao resto do país. Com esse fim, na sua gestão, construiu a rodovia de ligação entre Caldas e Ipameri.

Naquela época Ipameri era o portal de comunicação com o Triângulo Mineiro, São Paulo e a Capital Federal (Rio de Janeiro). Era então nessa cidade que se localizava a estrada de ferro, um marco de desenvolvimento e modernidade, para um interior ilhado de novidades e sem grandes oportunidades de consegui-las.

A nível ideológico, a estrutura social também sofreu o impacto da modernização estimulada pela ferrovia. Dentro de um processo dialético, as idéias e valores petrificados dessa sociedade regional, assentada sobre uma estrutura fundiária retrógrada, começaram a se transformar.

Portanto, a ferrovia foi um dos fatores mais expressivos na aceleração do processo de mudanças em todos os níveis da sociedade goiana, o que significa uma maior inserção do Estado, ou mais especificamente, da economia de algumas de suas regiões, nas relações capitalistas de produção. A economia agrária do Sul do Estado, nas primeiras décadas deste século, passou a ser cada vez mais subordinadas aos interesses do capitalismo em expansão (BORGES, 1990, p. 87-88).

Aproveitando um momento extremamente oportuno, quando as questões educacionais, culturais e econômicas dominavam as discussões em todo país, Juca de Godoy conseguiu, como foi dito, a enorme proeza de elevar Caldas Novas da categoria de vila à de cidade. Isso aconteceu com o sancionamento da Lei nº. 724 de 21 de julho de 1923. Sobre esse fato assim nos escreveu Elias (1994, p. 55):

Nasceu em 1884 em Estrela do Sul (MG), filho de Theophilo de Godoy [...] Juca de Godoy foi também político, intendente e vereador. Engenheiro e agrimensor, tendo concluído seus estudos no Rio de Janeiro, fez o levantamento topográfico e a planta da cidade quando a pequena vila de Caldas Novas ainda conservava as características rurais da época. Desapareceram assim a rua de baixo e a rua de cima, dando lugar as largas avenidas e ruas, além das praças, melhorando sensivelmente o aspecto urbanístico da cidade. Na zona rural, dividiu e mapeou todas as fazendas do município. Assim como o novo traçado da cidade. [...] Como político foi o terceiro intendente de Caldas Novas (1919-1923). Durante a sua gestão realizou várias obras, dentre elas a construção da rodovia de Caldas Novas a Ipameri. Outra obra também significativa foi a construção do primeiro aeroporto de Caldas Novas, juntamente com Antônio Gonçalves Dias, projetou a obra e foi durante sua gestão que se registrou a primeira aterrissagem, de um avião de carreira da empresa Aerovias do Brasil, que trouxe o então governador de São Paulo, Ademar de Barros, o qual havia também colaborado para a concretização da obra.

O Brasil vivia um momento de euforia entre as décadas de 1920 e 1930. Era o pós-guerra, o momento era de crescimento e unificação. Ampliam-se as tentativas de modernização de nossa economia totalmente agrícola na tentativa de criar uma indústria fortalecida, o que de fato não ocorreu, gerando uma forte oligarquia industrial e estatal.

Chamamos esse período de *A Década das Reformas*, pois, essa alcunha bem caracteriza esse período, assim como Hobsbawm atribuiu ao final do século XVIII e meados do XIX a alcunha de “Era das Revoluções”, guardadas as devidas proporções. Foram tantas reformas em períodos inferiores a dez anos que se todas tivessem vingado estaríamos hoje em um carrossel cultural. Tivemos, entre muitas outras, a reforma do ensino no Distrito Federal organizada por Fernando Azevedo, a reforma do ensino no Ceará em 1923, organizada por Lourenço Filho, a Semana de Arte Moderna de 1922 seguida até o início de 1930 por outras tantas reformas e criação de associações como a Criação da ABE (1924) e outras. Tivemos ainda as Reformas Rocha Vaz de 1925, Francisco Campos, em Minas Gerais em 1927, Carneiro Leão, em Pernambuco no ano de 1928 e Anísio Teixeira, na Bahia, em 1928.

Em 1929 aconteceu na cidade de Goiás, então capital do Estado, o 1º Congresso de Educação em Goiás.

Em 1929 governava o Estado de Goiás Dr. Alfredo Lopes de Moraes, sendo Secretário de Educação Dr. Gumerindo Márquez Otero. Este espírito dinâmico e empreendedor, com muitos programas para melhorar o ensino no Estado, de início, planejou organizar um Congresso em Goiás, Antiga Capital. Convidou diretores e professores especialistas em São Paulo para programarem a renovação do Ensino em Goiás (REIS, 1979, p. 99).

O ritmo da modernidade

A cidade de Caldas Novas tentava evoluir ao ritmo do Brasil. O sentimento de uma nova identidade nacional também era incorporado por Goiás e especialmente pelos Caldenses. Segundo Bretas (2001), existiram três grandes acontecimentos na década de 1920 na cidade que foram chamados por ele de acontecimentos de progresso. O primeiro foi o aparecimento de um cinema, o Cine Íris, por volta de 1926. Começaram a surgir comentários de que o Cel. Bento de Godoy estava construindo um prédio no fundo do seu quintal que iria servir de cinema. Era um prédio grande com hall de entrada, bancos de tábuas e um segundo pavimento de madeira que serviria para a sala de projeção. Tinha um motor movido a querosene para gerar energia e um projetor da marca *Pathé*, que até hoje

se encontra em poder da prefeitura local em péssimo estado de conservação, largado em uma sala úmida no depósito da atual secretaria de Educação do município.

O Cine Íris constitui-se no local de diversão mais moderno, representando assim o primeiro grande progresso da cidade. Cada filme que se projetava era diariamente comentado e lembrado pelos frequentadores da casa. Havia sessões duas vezes por semana e depois passou a uma vez somente. O cinema estava dando prejuízo ao seu dono. A cidade muito pequena, não tinha gente suficiente que pudesse pagar o ingresso de dois mil-réis para cada adulto e mil-réis para menino. A frequência era pequena, de cinquenta a oitenta assistentes somente, rendendo um total de 100 a 150 mil-réis por semana. O aluguel do filme era pouco superior a 200 mil-réis. Isso quer dizer que o dono do cinema teria um prejuízo de 50 a 100 mil-réis por sessão, ou seja de 200 a 400 mil-réis por mês. Esta seria a despesa de uma família de classe média. Mas o coronel Bento não desistiu, continuou a manter em funcionamento o cinema (BRETAS, 2001, p. 105-106).

A proximidade com as novas tecnologias das chamadas cidades grandes, caracterizava a visão dos coronéis das águas de Caldas Novas. O cinema oportunizava um momento de integração cultural. Buscava-se assim uma relação reflexiva entre a cultura hegemônica e a cultura subjugada em uma tentativa de buscar uma nova identidade na identidade do outro. Em uma lógica evolucionista, a demonstração de valores culturais diversos acaba por demonstrar à sociedade o quão atrasada e sem identidade ela é e como deveria portar-se em relação a isso. Seria a aceitação do “eu em atraso”, em relação ao novo, ao moderno.

[...] Não tem valor senão para valorizar, pelo contraste, a identidade da cultura hegemônica – e *negativa*: o que nos constitui é o que nos falta, o que nos constitui é a carência. E o de que carecemos, o que mais nos faltaria hoje seria isto: a tecnologia produzida pelos países centrais, esta que nos vai permitir afinal dar o salto definitivo para a modernidade (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 266).

Ao modo de ver dos novos coronéis, não seria possível uma cidade que não tivesse os moldes das cidades mais modernas do nosso país. Assim, toda idéia trabalhada nos grandes centros seria também a idéia de Caldas Novas. Segundo Edgar Morin (apud MARTIN-BARBERO, 2003, p. 243), “o cinema foi até 1950 o meio que estruturou a cultura de massa”.

O segundo acontecimento de progresso foi o término do prédio do grupo escolar em outubro de 1927.

A História registra de modo curioso esse fato. Já em 1924, o então intendente de Caldas Novas Antônio Inocêncio de Oliveira, por meio da Lei nº 32, registrada no livro de atas sob o nº 274, manda contrair um empréstimo para a construção do grupo Escolar que ficaria pronto somente em 1927.

Lei nº 32 – Manda levantar um empréstimo de quinze contos de reis para construção de um grupo escolar e compra de sua respectiva mobília nesta cidade. Antonio Inocêncio de Oliveira Intendente Municipal desta Cidade de Caldas Novas fás saber que o conselho decretou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º - Fica o Senhor Intente Municipal autorizado a contrair um empréstimo de quinze contos de reis para construção de um grupo escolar nesta Cidade e compra da respectiva mobília (Livro de leis, títulos e diplomas de 1923)²³.

A lei seguinte, de nº 33, autoriza a construção do Grupo Escolar, mesmo que não tenha concorrência pública. Nesse tempo, já estava elaborada a planta e feito o orçamento para tal obra²⁴.

A curiosidade reside no fato de que a construção do Grupo foi obra dos antigos intendentess da Cidade. O registro de nº 279 de 18 de julho de 1924 nomeia para exploração do local próprio para a construção o Cel. Bento de Godoy, o Cap. Orlando Rodrigues da Cunha e o Dr. José Theophilo de Godoy, irmão do Cel. Bento de Godoy.

Para a construção do Grupo foi escolhido um local próximo ao antigo cemitério municipal, onde hoje se localiza o atual Banco do Brasil. Para tal empreendimento, a Intendência fez a doação de três datas de terra. O prédio, depois de algumas poucas reformas, ainda existe e nele funciona atualmente uma escola municipal para o ensino fundamental até a 5ª série com o nome de Grupo Escolar de Caldas Novas.

Bretas (2001) comenta da seguinte forma o acontecimento:

O segundo acontecimento de progresso em Caldas Novas foi o término do prédio do grupo escolar em outubro de 1927. Ficou elegante, bonito, alicerces altos e sólidos com pomposa platibanda, pé-direito de 3,50m. Faltavam os móveis – mesas, cadeiras, armários e carteiras – que o governo do Estado havia prometido. Nesse tempo, o governo exigia que a prefeitura construísse o prédio, sob planta fornecida pela Secretaria de Instrução Pública. O governo daria o mobiliário e a manutenção. Só em agosto de 1929 se completou o mobiliário. Mas já em março de 1928 haviam

²³ Reprodução digitalizada da lei 32 em anexo.

²⁴ Reprodução digitalizada da lei 33 em anexo.

chegado as mesas dos professores e as carteiras. [...] Os primeiros trabalhadores do grupo escolar foram: Leonel Fleury, diretor; Fanny de Camargo e Maria das Dores Cunha, formadas em escolas normais, e uma ou duas auxiliares (BRETAS, 2001, p. 106-107).

Dando continuidade à cruzada da modernidade, os coronéis das águas, Cel. Bento de Godoy, Luiz José Pereira, Orcalino Santos e Ilídio Lopes de Moraes preparam a empresa que seria a responsável pelo terceiro grande acontecimento, o surgimento da energia elétrica.

O assentamento da turbina e do dínamo gerador despertou grande curiosidade na população, que foi lá na Cachoeira de Corumbá para ver. O assentamento dos postes e fios nas ruas causou admiração e contentamento, dando a todos os habitantes da cidade uma sensação de progresso, porque elevava Caldas Novas ao nível de outras cidade importantes do Estado. O ato de inauguração foi concorrido, com banda de música e muita alegria popular. Muita gente na praça esperava a luz aparecer naquelas cabacinhas de vidro dependuradas em luminárias de iluminação pública pregadas nas pontas dos postes. A noite estava fresca, depois de uma chuva pesada que caiu à tarde. Era novembro. Quando a luz chegou, gritos de alegria subiram aos ares em todas as ruas. A população permaneceu acordada, passeando para lá e para cá, à luz das lâmpadas. Até as mariposas fizeram sua festa, esvoaçando junto às lâmpadas e muitas caindo ao chão e na cabeça das pessoas. Foi uma alegria geral e imensa na cidade (BRETAS, 2001, p. 108).

O conjunto estava completo, ou pelo menos, as bases estavam estruturadas para dar continuidade ao enorme projeto de modificação de Caldas Novas: a emancipação, a sua elevação à condição de cidade; o cinema para ajudar na construção do imaginário popular e no reforço da identidade desejada; a energia elétrica, para ficar em igualdade com as outras cidades “moderna” do Estado e do país, e por fim, a Escola, dentro do projeto escolanovista que vinha sendo trabalhado na nação.

Escola, escola, pra que te quero escola?

A idéia de grupo escolar que seria assimilada por nossos educadores era a mesma que já se encontrava em funcionamento em São Paulo e em algumas outras capitais, bem como no interior de vários estados.

Fazia parte do projeto pedagógico de então, atender com igualdade homens e mulheres. As escolas de sexos diferentes seriam reunidas pelos grupos escolares, unificando em um único prédio uma quantidade entre 4 e 10 escolas isoladas.

No caso de Caldas Novas, a unificação foi das duas únicas escolas que funcionavam na sede do município, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino. As outras existentes eram rurais e atendiam normalmente à ambos os sexos, sendo raras as meninas que freqüentavam essas escolas.

Essa reunião de pequenas escolas permitiria um ganho de tempo e qualidade centralizando, em um só local, o ensino. No caso de pequenas cidades em busca de um amplo crescimento e ingresso no rol de cidades modernas, a construção do grupo escolar era mais que uma necessidade, era uma obrigação.

Caldas Novas não tinha outro caminho senão esse para, como vimos, tentar estruturar-se como cidade moderna. No Estado de Goiás, Pedro Ludovico estava em vias de construir Goiânia, que já havia deixado de ser um sonho posto que os primeiros andamentos para sua realização já estavam em curso.

Mas como a educação acaba ficando ao sabor dos ventos, o mesmo aconteceu com Caldas Novas, que, apesar das melhores das boas vontades dos seus Coronéis das Águas, não conseguiu o desenvolvimento necessário. Muitos dos professores empossados para os cargos não desempenhavam suas funções a contento.

Era necessária para o funcionamento do grupo escolar uma quantidade mínima de quatro professores, um para cada série do curso primário. As salas poderiam ser mistas ou separadas, dependendo da quantidade de profissionais à disposição. Caldas fez a opção por salas separadas por sexo, embora ficassem no mesmo prédio.

Com a assinatura da lei que autorizava a construção do prédio do grupo escolar, o prédio onde antes funcionava a escola masculina foi colocado em hasta pública, poderia ser também alugado se não surgissem compradores interessados, e os recursos seriam voltados para ajudar na construção do grupo.

José Theophilo de Godoy, durante a cerimônia de transferência de cargo para o capitão Antônio Inocêncio de Oliveira em 03 de novembro de 1923, já alertava para os problemas que a falta de Instrução Pública traz para os cidadãos.

[...] Orçamento do anno corrente de 1923, computado em 16:100\$000 tanto para a receita como para a despesa, parece a primeira vista ter todos os requisitos exigidos pelas necessidades do

Município, porem este anno foram empregado todos esforços para que o orçamento fosse coberto, não foi ainda possível.

Os serviços de maiores responsabilidades dos cofres do município são os de instrução pública. A intendência procurou sempre manter este serviço por sabe-lo o de maior intensidade. Montou-se duas escolas na sede; a do sexo feminino a cargo da Exma. Sr^a D^a Judith Pereira Borges com uma freqüência de trinta e duas alumnas mensaes a quem eu louvo a proficiência, carinho e dedicação no desempenho de seu cargo. A escola do sexo masculino está a cargo do Sr. Melchiades Domingos Dias, que tem exercido o cargo como encarregado do ensino e o tem desempenhado a contento. [...] O prédio da casa da escola precisa de alguns reparos.

[...] Devido a pouca densidade de sua população e em maior parte ao descuido dos altos poderes do Estado e da Federação temos que lamentar-mos infelizmente como Jeremias sobre as ruínas da Cidade de Jeruzalem, a ignorância e o analfabetismo dos nossos patrícios, que é o único e irremediável mal (enquanto não tivermos outra orientação) das nossas rendas municipais. Porque delles resultam as más vontades de concorrem todos para engrandecimento da Pátria! Mal grande que é, torna-se agora maior devido a intervenção intempestiva do Estado. Que primeiro em querer nos trazer debaixo da capa da ignorância afim de que os nossos tenham sempre ao seu mando uma leva de escravos que lhes obdeçam cegamente a troco de promessas de melhores tempos. Me refiro ao Estado ter feito a equidade de dizer que custeia a escola publica nos municípios, porem a custa de rendas que são puramente municipais (lei 205) e que passam a ser recolhidas digo a ser arrecada pelos cofres do Estado, e caso algum município deseje ter escolas é preciso ir ao beija pé do governo e esperar que algum de seus afilhados resolva a abandonar a doce quietude e calor da capital. Porém é preciso calar-mos por dois motivos, primeiro que offenderemos aos grandes e poderosos cahindo no seu desagrado; segundo que e chamar no dezerto (LIVRO DE ATA DE 1911 A 1937).

As palavras do antigo intendente pareciam ser um vaticínio para a situação da Instrução Pública. Os anos seguintes não seriam diferentes. Além das dificuldades impostas pelo Estado no distanciamento das verbas destinadas à educação pública, os cofres municipais eram insuficientes para a manutenção adequada da parte física das escolas e do corpo docente. As duas escolas mencionadas no discurso de transmissão de cargos eram as duas que seriam convertidas posteriormente no Grupo Escolar atendendo às especificações do Estado. Esse grupo, embora tenha tido suas obras finalizadas em 1927, somente em 1929 o Estado concluiu a entrega da mobília necessária para o pleno funcionamento da escola.

Uma nova rota – um caminho sem volta

O ano seguinte foi o período das grandes transformações nacionais que acabariam por refletir também em Caldas Novas.

O processo político e a austeridade econômica, linhas mestras do governo de Washington Luis, fizeram com que este presidente, para manter sua linha de trabalho,

indicasse o paulista Júlio Prestes para sua sucessão. Quebrou-se aí o pacto oligárquico que existia entre São Paulo e Minas Gerais, conhecido como política do café-com-leite.

As intensas negociações entre os políticos de São Paulo e Minas, não chegaram a lugar nenhum. Em 30 de julho de 1929 os políticos mineiros lançaram a candidatura de Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice.

Vargas foi derrotado nas urnas por Júlio Prestes. Esse fato, aliado ao assassinato de João Pessoa, fizeram eclodir uma revolta armada que no dia 03 de outubro de 1930 que acabou por entregar o governo nas mãos do então candidato derrotado Getúlio Vargas.

Em Goiás, a “era Caiado” apresentava sinais de enfraquecimento. O médico Pedro Ludovico inscreveu-se nesse processo revolucionário visando a quebra dos grilhões dos Caiado. Em Goiás, a vitória do movimento de 1930 oportunizou a Pedro Ludovico sua ascensão ao poder, primeiro como interventor através de uma junta de governo provisório, depois como governador eleito pelo voto.

Durante esse momento de instabilidade, as lideranças políticas em Caldas Novas assumiram uma posição estratégica, a de esperar o desfecho da chamada Revolução de 30. Um fato pitoresco ocorreu na cidade logo nos primeiros dias do governo provisório da Revolução. Apareceu em Caldas Novas um certo Dr. Maragão que acabou se intitulando interventor da Revolução, ficando no poder por alguns poucos dias e criando a primeira biblioteca pública da cidade.

Decreto nº 1: O intendente Municipal de Caldas Novas, empossado pelo Glorioso Exército Nacional, usando das atribuições que lhe confere a Revolução vitoriosa e considerando que a cultura é o maior fator de progresso de um povo,

Decreta:

Artigo 1º - Fica criada na cidade de Caldas Novas uma Biblioteca Pública Municipal, com o nome que o povo, em plebiscito, houver por bem escolher.

§ Único – A biblioteca funcionará provisoriamente na sala da Intendência sob a guarda do secretário.

Artigo 2º - O acervo da Biblioteca será constituído de livros por compra e por doações generosas do povo de Caldas Novas.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário (BRETAS, 2001, p. 115).

Na realidade, isso não passou de um golpe que esse tal de Maragão deu à prefeitura para conseguir a importância de 50\$000 réis, pois o espertalhão estava em dívidas com a pensão local. Devia pelas diárias e alimentação um valor de 6\$000 réis. Para saldar suas dívidas, vendeu seu próprio dicionário – um Dicionário Prático Ilustrado da Língua

Portuguesa, de Jayme de Séguier – à biblioteca que acabara de criar. Esse exemplar sumiu juntamente com o impostor dois dias depois, no dia em que o verdadeiro interventor, Ciro Palmerston Ribeiro Guimarães, chegou à cidade, portando as devidas credenciais recebidas da junta governativa do estado que era presidida por Pedro Ludovico. “Foram-se os anéis, ficaram os dedos”, e a idéia de uma biblioteca pública municipal (BRETAS, 2001).

Durante o governo do Major José Frauzino Pereira, segundo prefeito da Revolução, foi criada no município a função de inspetor escolar, função essa que foi atribuída ao então secretário da prefeitura Genesco Bretas.

Existia uma constante reclamação em relação ao desempenho dos professores municipais. Nesse período, os professores das escolas rurais haviam se tornado serventuários do município. A prefeitura estava gastando mensalmente a quantia de 100\$000 réis, com cada professor da zona rural. Os fazendeiros reclamavam da falta de aulas, da omissão e da falta de preparo dos professores. Para os professores, ao contrário, tudo ia muito bem, tanto alunos como escola, mas para a sociedade rural nem tanto.

Em despacho com o secretário, certo dia o prefeito comentou que vinha recebendo muitas queixas apresentadas por fazendeiros, a respeito do mau desempenho de professores municipais rurais. Lembrei a ele que a prefeitura tinha o dever de fiscalizar esses professores. Não convinha confiar nas informações de terceiros. [...] O prefeito concordou comigo, quanto à inspeção. [...]

Essa iniciativa da prefeitura foi recebida por uns poucos que compreendiam nossas boas intenções como louváveis, mas outros, que sempre procuravam qualquer pretexto para criticar a administração municipal comentavam: “Imagine só, gastar dinheiro do povo para propiciar passeios do secretário! É um absurdo!” (BRETAS, 2001, p.124, grifos do autor).

As escolas rurais – o campo mostra sua face

Vencida a primeira etapa, a de nomear o inspetor, e feitos os preparativos necessários para a inspeção, contrataram-se os animais que serviriam de montaria, e o próprio dono da tropa serviria de guia. A primeira escola inspecionada foi a escola do Sapé, região que até hoje existe com o mesmo nome e fica afastada de Caldas uns 22 quilômetros no sentido de Ipameri.

Eram cerca de 9h e 30 quando, enfim, nos aproximamos da escola. O sinal da proximidade da escola, o qual me alegrou muito, vinha logo em seguida. Dois meninos montados em bons cavalos, melhores do que os nossos, passaram por nós a galope. Eram alunos, com certeza. Logo em seguida mais dois, montados em pêlo, mais adiante outros, e três ou quatro quase chegando iam a pé com seus embornais a tiracolo nos quais levavam seu pequeno material escolar e a merenda.[...] [...] apeei à porta da casa da escola, construção de pau-a-pique e cobertura de folhas de buriti. Sem chamar pelos donos da casa, pisei na soleira da porta e vejo em cima da mesa o professor, deitado de costas, esticando as mãos cruzadas sobre o ventre, parecendo um cadáver, quase a dormir novamente. Percebendo que alguém estava à porta, pensando que os chegantes eram alunos retardatários, disse: “Hoje não tem aula, é dia de São Gregório, o santo de minha devoção. Podem ir embora”. Com certeza, comentou o aluno que, sabia, nem era o santo do dia. Percebendo o seu engano, resolvi falar: “São Gregório não é dia santo de guardar”.

Despertando de sua apatia, voltando os olhos para o meu lado, arregalou-os lentamente e esboçou espanto. Sentou-se na mesa, pôs os pés, inchados, unhas crescidas e sujas, sobre a tábua, logo abaixo da mesa, e que servia de banco para os meninos, quando iam estudar.

“O senhor aqui! Veio passear?”

“Não, senhor, vim como inspetor escolar, mandado pelo sr. Prefeito, para ver como vai sua escola, como vão seus alunos, para ver se eles estão progredindo nos estudos ou não” (BRETAS, 2001, p.125, grifos do autor).

A inspeção rural viria demonstrar a situação do município em relação ao ensino rural. A falta de profissionais devidamente qualificados acabou por colocar os alunos em uma situação quase cômica. As desculpas, os problemas com bebedeira e a falta de compromisso era o tom que reinava nestes estabelecimentos.

Em sua maioria, não possuíam as mínimas condições para ali estarem funcionando escolas. Eram casas de pau-a-pique cobertas com folhas de coqueiro silvestres e a mobília de uma precariedade semelhante. Professores que conheciam somente as primeiras letras, mas tinham um bom repertório de enrolação, buscavam fugir do serviço pesado do campo e se colocavam nas salas de aula. Segundo Bretas (2001), o caminho mais fácil era tornar-se professor rural e conseguir uma nomeação pelo município com um vencimento de 100\$000 reais, uma renda que daria para tocar tranquilamente a vida em condições módicas, pois na época uma família de classe média gastava entre 250\$000 a 300\$000 réis.

Nas escolas seguintes, visitadas pelo inspetor de educação Genesco Bretas, a situação não era nada melhor. Embora os professores estivessem presentes, a quantidade de alunos era quase inexistente, não passava de três ou quatro gatos pingados.

A velha prática herdada do império ainda persistia, inscrevia-se no livro da escola uma quantidade de alunos muito superior a da realidade da escola, com isso conseguiam recursos financeiros que eram capazes de manter a instituição em funcionamento.

Esses relatórios eram responsáveis pelos investimentos realizados pela prefeitura e garantiam os salários dos professores, visto que recebiam pelo número de alunos matriculados.

Essa realidade mostrou-se presente em todas as demais escolas rurais de Caldas Novas, professores mal formados, bêbados, incompetentes ou enroladores. Alunos ainda no processo de garatujas, sem o menor conhecimento, ou um conhecimento muito pequeno, das primeiras letras e das operações aritméticas básicas.

Um censo para mudar

Com um censo extra-oficial, realizado em 1931 por Bretas e Zequinha, o coletor da prefeitura, ambos descobrem o ardil utilizado por Juca Godoy para elevar a vila das Caldas à categoria de cidade. O governo do Estado somente aceitaria a condição de mudança de categoria se a cidade possuísse mais de mil habitantes, número necessário para gerar renda para a manutenção de uma cidade. Assim, o intendente da época, como era conhecido o prefeito no início do século XX, alterou de maneira proposital o censo da vila e conseguiu a elevação para cidade, o que, aliás, acabou beneficiando a todos.

Pelos cálculos de Bretas e Zequinha, a cidade contava em sua zona urbana com exatamente 653 habitantes, isso computando, adultos, velhos e crianças, sem excluir, nem adicionar nenhum.

Outro fato que deve ser mencionado, é que, os primeiros Coronéis das Águas, já atentos às idéias liberais tanto da política como no sentido educacional, instituíram em Caldas Novas um imposto escolar. Esse imposto foi criado pela lei municipal nº 3, com apontamento no livro de registro de leis do município com o nº 11, datada de 05 de novembro de 1911.

Capítulo VII – Do Imposto Escolar

Art. 40 – Este imposto recahe sobre todo individuo varão maior de 21 annos e menor de 60 annos e rezidente no município com economia própria em comum ou separado e seu produto será exclusivamente applicado as despezas com escholares e constituirá a taxa escholar.

Art 41 – O lançamento d'este tributo obederá as mesmas disposições estabelecidas para os demais impostos.

§ 1º - serão izemptos do imposto escholar os mendigos e os que viverem da caridade publica.

§ 2º - Ficaram também izemptos do pagamento d'este imposto todo aquelle que pagar quaisquer outros impostos municipais superiores a 100\$000.

§ 3º - Para esta izempção é porem necessário que o contribuinte exhiba documento que prove já ter pago imposto superior a 100\$ no exercício decorrente (LIVRO DE NOMEAÇÕES, DECRETOS E LEIS, 1911 a 1945 p.41).

Essa lei viria teria respaldo federal com a Constituição de 1937 que decretou a necessidade de auxílio para a educação em seu artigo 127.

O Kró - incentivando o cidadão

O Kró tornou-se um grande divulgador e incentivador da cultura e da educação. Embora não tratasse de assuntos diretamente relacionados à vida escolar, suas crônicas e notas traziam o reflexo da educação local, sem contar as inúmeras vezes que foram publicados balancetes pertencentes à prefeitura demonstrando as despesas com a Instrução Pública do município. Seguindo a esteira da transparência, o jornal ainda trazia notas sobre a escola local. Em um desses números publicou o balancete da caixa escolar do Grupo Escolar Caldas Novas.

Saldo existente em 15 de outubro	51\$700	
Renda de mensalidade de alunos	10\$000	
Renda de “barraquinhas” realizadas em		
Setembro sob a direção do Dr. A. Miranda	252\$400	
Despeza com nota da Tip. Minerva		5\$000
Saldo em Caixa		309\$000
	314\$100	314\$100

Caldas Novas, 27 de outubro de 1938

Diretor – Prof. Sólon Pereira

(O KRÓ, ano 5, nº 89, p. 2)

A preocupação com a educação pôde ser identificada em vários números do noticioso, ainda que sob o manto da discricção, mas sempre presente e imponente. Já no segundo exemplar de *O Kró* (1934) percebemos essa característica, ou seja, era necessário induzir a sociedade em função de silogismos como os de apelo à autoridade. Ou seja, se a nossa elite, construtora do alicerce de nossa cultura, se preocupasse com a educação, o modelo deveria ser seguido, para que tivéssemos uma cidade estruturada. Dessa maneira, o jornal comenta exaltando a decisão do companheiro: “Para Uberaba, onde foi continuar os

seus estudos, seguiu o nosso querido companheiro de redação, Celso Godoy. Mesmo de lá, ele continuará a auxiliar-nos com sua preciosa colaboração” (O KRÓ, 1934, nº 2, p. 4)

O apelo educacional continuou sempre presente. Segundo Roche (apud BURKE, 2005, p. 91-92), é possível encontrar estruturas mentais, escolher o que se lê, ou o que se escreve, para que o outro leia é de fundamental importância na construção do imaginário social. A leitura passa a ser o elemento agregador de valores, e torna-se, sem que as camadas populares percebam, o seu próprio discurso, pois é com ela, a educação, que vem a possibilidade de um mundo melhor, uma vida melhor, um melhor espaço social.

A cada três ou quatro edições, *O Kró* trazia impresso em suas páginas balancetes que demonstravam os gastos com o município, e dentre eles, os valores gastos com educação, que durante quase quatro anos foi o mesmo, 330\$000 réis. Esse gasto teve um aumento significativo no balancete de 1938 pulando para 4:260\$000 (quatro contos e duzentos e sessenta réis), isso com o aumento do salário dos professores de 100\$000 para 1:200\$000 réis.

Com o aumento nos vencimentos, a prática de inspeção escolar que teve seu início com Genesco Bretas, passou a ser uma política atuante. O município de Caldas Novas também tinha sob sua jurisdição as atuais cidades de Marzagão e de Água Limpa, sendo também responsável pela nomeação dos professores dessas localidades. A primeira professora a tomar posse na vila de Marzagão foi a prof^a Jolita Goulart Coelho, em 1915. Dois anos depois foi substituída por Maria das Dores Ramos; em 1919 a escola tornou-se mista e foram nomeadas duas outras professoras: Theodolina Goulart e Isoleta Goulart Coelho.

Para um melhor controle dos professores da zona rural e das vilas pertencentes ao município, a prefeitura, em 1934, resolveu cobrar o atestado de frequência dos professores e dos alunos matriculados. Inicialmente, a idéia foi implantada no Grupo Escolar Caldas Novas, e logo a seguir, foi estendida para todas as outras escolas. No livro de registro de leis de 1933 na página 16 consta: “Ofício nº 23 – Ao sr. Diretor do Grupo Escolar desta cidade. Pedindo seja fornecido todo fins de mez, atestado frequência professor etc. Vide copia arquivada. Registrada em 8 de maio de 1934. O secretario José Maria Ribeiro”. Deste modo, a administração apostava manter um maior controle da situação da educação no município.

O governo provisório da Revolução tinha sérias preocupações com o ensino em todos os locais do país. Dando seguimento ao proposto na constituição de 1934, as

secretarias de Educação dos Estados mantinham um controle constante em relação aos números de alunos em idade escolar nos municípios em uma tentativa hercúlea de mudar as estatísticas nacionais que apontavam um altíssimo grau de analfabetismo.

Transferiram também para os municípios a responsabilidade da manutenção das escolas municipais, ficando somente responsáveis pelas estaduais que seriam os grupos escolares. Dentro desta política, Caldas recebeu no fim do ano de 1934, um pedido para que se fizesse o censo educacional de todo o município, visando conhecer e registrar o número exato de crianças em idade escolar. O número foi assombroso: totalizaram 1.955, deste número, 961 eram do sexo masculino e 994 do sexo feminino.

Em seu livro *O Brasil e a Educação Popular*, Carneiro Leão (1916, p. 30) já propalava os ideais da educação profissionalizante: “A educação prática e profissional do nosso povo será, além do mais, o melhor incentivo para a nossa educação moral e cívica”. Essa idéia de educação diferenciada para as camadas diferenciadas da população teve sua ressonância durante o período revolucionário e do Estado Novo.

Caldas Novas não saiu ilesa desta onda pedagógica. Em 1936, a diretoria do Grupo Escolar Caldas Novas, quando seu diretor era Leonel Sebastião Fleury, solicitou autorização da prefeitura para a criação de um “Club Agrícola Escolar”. As bases do município eram agrícolas. Esses ideais estavam no padrão *escolanovista* e também na idéia de formação de uma identidade nacional.

[...] Não só todos os gêneros agrícolas, como as diversas especies de pecuária, ensinam-se aos discípulos, porque a escola tem todo o material indispensavel para isto.

Os estudantes aprendem da maneira mais pratica: vendo plantar e plantando, vendo criar e criando. As lições theoricas são sempre exclusivamente referentes à pratica usada nas classes. Não fica, porém, a educação nestas particularidades. O rapaz, ahí, aprende a si bastar francamente a si próprio na vida (CARNEIRO LEÃO, 1916, p. 42).

Com o ofício nº 16, datado de 14 de maio de 1936, a prefeitura municipal concorda com a criação do “Club Agrícola Escolar” que passa a iniciar as crianças na prática do cultivo.

Podemos, então, elencar o número de Escolas existentes no município de Caldas Novas durante a década de 1930 da seguinte forma:

- 01 grupo escolar na sede do município com escola para ambos os sexos;
- 01 escola estadual no Sapé com a direção do Sr. Mario Correa de Sousa;

- 05 escolas rurais distribuídas entre Sapé, Bocaina e demais regiões;
- 02 escolas em Marzagão sendo que uma era Estadual com a direção de Wiles Sena;
- 01 escola mista municipal em Água Limpa.
- 02 escolas particulares, uma na sede do município sob a direção de Melquiades Domingos Dias, que vivia de pedidos de subvenção para a manutenção de sua escola, e a outra em um local denominado “Pedra de Fogo”, sob a direção de Francisco Martins.

A respeito da escola da região da “Pedra de Fogo”, ainda restam os escombros de sua edificação: o local está situado entre Caldas Novas e Marzagão, em uma estrada de terra que dá acesso ao Rio Quente, com uma distância aproximada de 12 km de Caldas Novas. A cidade contava, portanto, com um grupo e doze escolas. Essa quantidade só veio a ser alterada durante a década de 1990.

Assim, os coronéis das Águas, dentro das possibilidades que a cidade oferecia, trabalharam para articular as mudanças necessárias.

A existência humana evolue de impulsos dispersos para um projeto crescentemente unificado ou integrado; ou melhor, para uma série de projetos coordenados ou ligados em si por interesses, aspirações e ideais de significado permanente. *Preparar para a vida* será pôr a criança em condições de projetar meios de realização para seus próprios empreendimentos e de realizá-los verificando pela própria experiência o valor das concepções que esteja utilizando: assim, ela os reafirmará, emendará ou substituirá, segundo os resultados e a conciliação desses resultados com os seus programas de vida (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 204-205, grifos do autor).

Perseguindo estes ideais, Caldas se remodelou. Construiu-se, independente dos problemas, com base em um novo modelo de cidade, em função da pouca população e dos baixos rendimentos. Tanto os “notórios” como a população, uniram-se em busca de um único ideal: crescer, tornarem-se parte ativa do processo de formação de uma nação, contribuir com a formação da identidade de seu grupo social para que a população nacional tivesse também sua identidade (re) afirmada.

Nesse processo o jornal *O Kró* assumiu um papel determinante. Foi utilizado como veiculador das vozes tanto dos “notórios” como da sociedade como um todo. O periódico conseguiu catalisar todos os elementos em torno de um único ideal: transformar a agrária e insignificante Caldas Novas em um projeto de proporções no mínimo estadual, alterando o

fluxo da economia, da educação e da sociedade. Sob a regência desse noticioso, todos os setores sociais tiveram oportunidade para se mostrarem. Em nenhum momento *O Kró* baixou sua guarda. Seus redatores acabaram também por tornarem-se alguns dos Coronéis das Águas, e suas vozes ecoam até hoje na história de Caldas Novas como heróis. Foram homens que ousaram sonhar e construir.

4 O KRÓ, *um mensageiro das elites*

Todo e qualquer crescimento, toda e qualquer transformação social, estão intimamente ligados à comunicação. O homem, segundo Aristóteles, é um “animal político”, e por isso mesmo têm uma forte e ampla necessidade de transmitir aos seus pares suas idéias, criações ou sentimentos, não importando a época ou qual meio utilizado para essa comunicação; adornos, pinturas, esculturas, danças, ritos, enfim, a comunicação é uma necessidade básica do homem, é com ela que ele forma sua cultura, desenvolve tecnologias e ideologias. É a comunicação que movimenta as estruturas sociais, as conserva e as altera.

Os cerimoniais ritualísticos das primeiras culturas tinham um caráter informativo, ligavam o homem aos deuses, eram “folhetins religiosos” que combinavam palavras, danças e cânticos. Tinham também funções política e social e serviam como forma de contato, de explicação para questões como a guerra, a usurpação e o poder, e acabavam tornando-se também, suas representações. Esses elementos enquanto categorias estão diretamente relacionados com as cerimônias, e estas, além da função comunicativa, possuem uma natureza que encanta e fascina e, por isso mesmo, possuem todo um aparato artístico que a transforma em uma forte e poderosa arma de transformação cultural.

A cultura é incorporada pela população por meio da repetição. A transmissão oral reforça o caráter informativo com o qual ela está também revestida, além de criar uma atmosfera de “especialidade” induzindo seus participantes a uma função especial, por menor que seja a sua participação, a tornarem-se uma peça fundamental do teatro cultural da sociedade.

Os líderes religiosos sempre utilizaram cânticos para transmitir aos grupos determinadas funções. Embora estivessem revestidos de um caráter sacro, esses cânticos estavam recheados de informações que corroboravam para a manutenção do poder local interferindo nos âmbitos político, econômico e social. Em todas as civilizações antigas podemos perceber essa função ritualística. Os antigos vikings não saíam para as lutas ou suas conquistas sem antes consultarem as antigas runas. Isso na verdade era um pré-anúncio, um boletim informativo, pois, com essa ação estavam proclamando para si mesmos, e usando o desenho de uma determinada runa em seu escudo, proclamavam para

quem quisesse ouvir, que estavam sob proteção divina. Era uma publicação que servia como reforço mental, uma espécie de amuleto de auto-ajuda antiga.

Estavam apoiados no pressuposto de que os deuses sempre estariam de acordo com suas atitudes, e, portanto, não agiam por suas vontades, ou em seus nomes, mas sim por uma vontade superior, tornavam-se arautos divinos. Justificavam dessa forma qualquer ato que pudesse desabonar sua conduta moral ou política, pois não eram suas ações ou vontades mas, representavam as ações e a vontade de um *Ser* maior, um *Ser* que estava acima de qualquer questionamento. Curiosamente, também criavam com essa rotina uma divisão de classes. Fundavam-se diferentes estratos sociais, bem definidos esses estratos eram quase imóveis com regras próprias para cada um.

Essa prática representativo-informativa ocorria em quase todas as civilizações conhecidas. Os gregos utilizavam os oráculos, os egípcios construíram com as suas pirâmides uma poderosa via de comunicação entre os faraós, os sacerdotes e o povo. Tal conjunto de enigmas culturais, sua escrita, seus cultos, suas mensagens ocultas, se é que podemos chamá-las assim, tentamos compreender até os dias de hoje.

Os estratos sociais mantinham os líderes – reis, imperadores, generais e os sacerdotes – no cume da pirâmide. Logo abaixo os militares e seu estafe e por fim, o resto da população: soldados, artesãos, músicos, servos e escravos.

As mulheres tinham uma função muito especial em algumas dessas sociedades e, curiosamente até hoje, essa tradição ainda perdura. Estavam incumbidas de ser o elo entre o espiritual e o humano, o sacro e o divino. Cabia a elas a leitura da sorte através de aparatos mágicos – ossos, pedras, cartas, galhos, líquidos, conchas, eram as protetoras dos símbolos mágicos, só elas podiam transmitir o poder dos signos. Eram arautos sociais que transmitiam as novas, fossem boas ou não.

Assim, nas guerras, desenhavam elementos místicos nos escudos dos guerreiros, faziam unguentos para que eles carregassem durante as batalhas, pintavam os seus corpos para estabelecer a ligação entre eles e o divino. Essas mulheres (sacerdotisas, magas, bruxas, feiticeiras, parteiras, benzedeiros) eram uma espécie de informativo local e nada acontecia sem seu conhecimento, ou mesmo sem a indução desse conhecimento na comunidade local, o que reforçava sua importância como veículo de comunicação entre os variados estratos sociais.

Os romanos, por constituírem uma grande civilização detentora de um vasto império, necessitavam, mais do que de qualquer outra coisa, de meios de comunicação e de

controle. Com eles encontraremos a *Acta diurna Populi Romana* como nos conta Barbosa Lima Sobrinho (1997, p. 18):

Sem querer falar nos rapsodos, nem nos anais em que os povos antigos registravam a crônica de sua existência, vamos, encontrar nas *Actas Diurna Romana*, instituídas no tempo de César, o primeiro ensaio de periodismo, sob uma forma, como observava Boissier, de gazeta oficial encarregada de divulgar os fatos que mais de perto diziam com os governadores. Era um órgão informativo, sem intuito de discussão de idéias ou, muito menos, de doutrinação política.

A criação e a divulgação do alfabeto ocidental vieram reforçar a necessidade das sociedades de terem notícias periódicas. Mesmo porque o alfabeto pode ser considerado como uma necessidade imposta às sociedades “mercadoras”²⁵ da época, era fundamental o conhecimento de todos os fatos que cercavam suas transações e seus concidadãos. Isso tinha uma importância vital. Uma das primeiras funções da escrita foi o controle sócio-econômico das sociedades. A necessidade de controlar os tesouros e os grandes estoques públicos obrigava os governantes a manterem sob sua tutela homens que pudessem ler, escrever e contar, funções básicas também para a manutenção política dos Estados.

Junto com esse controle do erário, era necessário que mantivessem certa parcela da população informada adequadamente, ou, suficientemente, de todos os atos. Era necessário ainda, na maioria das vezes, que se criassem engodos, pois, em uma situação crítica, não se poderia alarmar toda uma cidade. Era imprescindível, portanto, que se retirasse a atenção do fato gerador do problema criando alternativas que desviassem a atenção da população, evitando assim, o risco de levar uma sociedade ao caos. Uma notícia mal colocada pode ser suficiente para uma rebelião, e o controle precisava ser mantido a qualquer custo.

Durante os séculos vários foram os tipos de “informadores”, que nada mais eram que folhetins orais, jornais ambulantes que surgiram nas sociedades. Eles eram: pintores rupestres, escultores gregos, rapsodos, escritores das “atas romanas”, promulgadores oficiais.

Há de se ressaltar aqui a importância dos “divulgadores extra-oficiais”, os responsáveis pelas notícias analisadas sob uma outra ótica, a da perspectiva popular, a eles é que devemos em especial a criação do que hoje chamamos de jornal.

²⁵ A utilização do termo “mercadoras” serve para diferenciar os primeiros povos comerciantes tais como os Fenícios e outros da região do Mediterrâneo das sociedades tidas como mercantilistas, termo utilizado no início do séc. XV.

Os romancistas e poetas também tiveram um importante papel como veículos de informação sobre o meio cultural em que viviam. As romances, em especial, foram responsáveis por representar as realidades locais, ainda que de forma mascarada, o que lhes permitia fugir ao controle da censura dos poderosos. A escrita literária foi, e ainda é, uma grande fonte de dados sobre o cotidiano. Na Europa, durante a Renascença e o Iluminismo, a escrita desempenhou um importantíssimo papel na divulgação das idéias e na instrução pública.

Os gregos utilizaram o teatro nas formas da comédia e da tragédia para retratar o dia-a-dia da sociedade. Nesses textos podia-se criticar e expor ao ridículo certas personalidades importantes sem, contudo, sofrer sua perseguição, ao menos no princípio, pois Rousseau (2004, p. 63) nos deixa bem claro que “toda ação livre tem duas causas, que concorrem a produzi-la: uma moral, que é a vontade que determina o ato; a outra, física, que é a potência que o executa”.

A história das sociedades e a história da imprensa fundem-se no caminho traçado pela humanidade. Através dela, é possível recuperarmos diversos fatos significativos da vida social que contribuem para percebermos as transformações da humanidade no tempo. Darnton (1987, p. 168) preocupou-se em analisar esse intrínseco caminhar: “cada época reconstrói a experiência literária em seus próprios termos. Cada historiador reordena o catálogo dos clássicos. A literatura, enquanto isso, rejeita as tentativas de imobilizá-la no interior de esquemas interpretativos”.

Como podemos perceber a história pode ser revelada mesmo no texto mais difícil ou alterado. Sempre nos restam vestígios a serem explorados, não se consegue remover todas as características do tempo. Ele, o tempo, da mesma forma que dificulta aos historiadores, preserva elementos de autenticidade que validam toda a história.

Assim existem algumas perguntas que merecem a tentativa de serem respondidas: como se forma uma literatura? Como se forma uma cultura? A Educação transpassa esse processo? Os folhetins e os jornais são capazes de construir significativos processos culturais e educacionais?

Existem várias categorias que contribuem como forma de literatura alternativa, e que são fundamentais para a compreensão histórica de um tempo e um lugar. Dentre estes podemos incluir os jornais, as gazetas e os folhetins que cumprem esse papel de maneira magnífica. Tais elementos servem de prisma histórico, decompondo as tendências de quem o escreve e do segmento que ele atinge, redatores e leitores fundem-se no mesmo discurso,

buscam a mesma perspectiva política, educacional ou moral. Segundo Clóvis Rossi (apud CAPELLATO, 1994, p. 13) “a imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes.” A imprensa com toda dualidade que lhe é peculiar vem cumprindo seu papel, uma queda de braço entre a imprensa oficial e a oficioso, com resultados alternativos, mas em constante cabo de guerra.

Embora acredita-se que a história da imprensa tenha se despedido frente ao olhar perscrutador dos historiadores e dos especialistas de várias áreas, ainda têm muito para mostrar. A sua literatura tem sido trabalhada sob todos os olhares, e o jornal não deixa de ser um desses objetos caros ao auxílio da compreensão humana. A imprensa jornalística foi, muitas vezes, considerada como um grande incômodo, como uma aliciadora de opiniões, e talvez por isso mesmo, nunca tenha ficado totalmente livre da censura que a acompanha desde seu nascimento no fim do século XVI.

A questão cultural

A questão cultural por sua vez é a questão talvez mais ampla e difícil de lidar. Existe uma infinidade de possibilidades trabalhadas por vários historiadores, sociólogos e lingüísticos. O problema apresenta-se inicialmente na própria etimologia de onde o termo cultura é originário. Vindo do latim, o termo “cultura” significa a ação de cuidar, tanto é fato que o termo foi utilizado originalmente como sinônimo de agricultura. Com o decorrer do tempo, o termo foi sendo incorporado na educação, e cultura passou a representar a educação, os valores e as práticas que acabam por enraizar-se nos estratos sociais, criando com isso, uma infinidade de variáveis possíveis para o que se convencionou chamar cultura. Para essa pesquisa é exatamente este sentido que nos interessa e que servirá de base para nossos desdobramentos.

Na categoria social, o termo se preenche de variantes sobre linguagem, religião, arte, folclore e política, enfim uma quantidade enorme que acaba sendo subdividida entre cultura popular e cultura erudita, ou ainda cultura hegemônica e cultura subalterna. Nessa abordagem percebemos que os valores culturais geram em seu seio seus intelectuais: na cultura subalterna os orgânicos, e na erudita os intelectuais chamados tradicionais, vindos de uma formação clássica greco-romana. Desta forma, as “culturas” *da* ou *na* imprensa

popular acabam por investigar as relações que se formam nos estratos sócio-políticos-culturais.

Formas de agrupamento e expressão do protesto – a relação entre a forma de leitura popular e a organização social da temporalidade, o lugar de onde vêm os modos de narrar assimilados por essa imprensa – oratória radical, melodrama, sermões religiosos – e as formas de sobrevivência e comercialização da cultura oral. A linha de fundo, que permite enlaçar toda essa variedade de práticas, é a mesma de Hoggart; o massivo trabalhando por dentro do popular, de modo que a possibilidade de compreender o que realmente se passa na imprensa popular tem tanto ou mais a ver com o que se passa na fábrica e na taberna, nos melodramas e nos comícios com seu alarido, com suas faixas e panfletos, que com o que se passa no mundo dos periódicos mesmo (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 122).

Não discutiremos aqui as variáveis possíveis em relação às culturas hegemônicas e subalternas, mesmo porque esse assunto é muito melhor trabalhado por Gramsci (2004) e por Martín-Barbero (2003). O primeiro elabora um conceito sobre dominação e “entranhamento” das culturas, pois nem sempre a subordinação ou a reação de uma em relação à outra significa enfrentamentos ou submissão, existindo uma relação intrínseca, uma troca constante de valores que se enraízam, sofrendo mutações para poder acomodar-se de maneira a atender o seu novo estrato.

Os intelectuais formam todas as conexões com todas as categorias sociais e acabam se especializando, ocupando os espaços necessários à divulgação da cultura e das ideologias de seus grupos. Geram as relações culturais, mas curiosamente também sofrem influência dessas ligações, sendo também dominados por elas.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, p. 19).

Todos esses fatores são elementos que contribuem para a formação de uma identidade, sendo possível “ler” essa identidade local e mesmo perceber como essa formação segue as mesmas linhas da identidade nacional. O jornal é quem proporciona em seus diversos discursos, essa leitura, oportunizando a montagem do quebra-cabeça cultural que se constitui parte do processo em constante formação.

A relação sempre descontínua entre o discurso e a história implica considerar que a identidade não é algo definitivo e acabado. O que existem, na verdade, são práticas de subjetivação que produzem identidades, por isso a identidade é um processo que está em constante mutação (SARGENTINI, 2004, p. 121).

E o jornal, enquanto discurso sobre a sociedade, contribui para essa (re) construção contínua.

Uma ferramenta fabulosa: o jornal

O jornal se presta ao papel de interpretação e (re) interpretação dos acontecimentos da história dando o enfoque que mais se aproxime do ideal proposto pela sua linha de ação jornalística e que seja aceitável pelo seu público-alvo. Assim a leitura de um dado jornal e as buscas por suas significações, não podem ser vistas como verdade plena e absoluta, mas, como parte do caleidoscópio cultural da sociedade em questão.

Como ferramenta ideológica e categoria histórico-filosófica-pedagógica, a educação encontra-se presente em todos os processos: culturais, identitários e políticos; ela inscreve-se, na grande maioria dos casos, como panacéia sócio-cultural, não sendo possível um processo educacional distanciado do seu meio. Se isso ocorresse estaríamos criando um leviatã pedagógico, assim seria impossível controlar qualquer mudança social e ficaríamos reféns do acaso. Com certeza, não é essa a ótica que buscam os poderes constituídos e muito menos o foco de nossa atenção.

De qualquer maneira, a educação está atrelada ao processo informativo-jornalístico, não há a possibilidade de a primeira existir sem o segundo. A imprensa é totalmente dependente da educação e da instrução. É ela – a educação – que forma os intelectuais que irão compor todo esse processo cultural de divulgar a informação com o objetivo de controle ou de lazer. Analisando o período referente à República e ao Estado Novo, nota-se o alto grau de analfabetismo que existia no país, mas nem por isso a imprensa deixou de existir. Seu objetivo era alcançado, a informação era divulgada, mesmo que ela tivesse de ser lida em alta voz para um grupo, e esse mesmo grupo se encarregasse de retransmiti-la. Essa dificuldade inicial obrigava o cidadão analfabeto ou semi-analfabeto a buscar a

instrução, como era pretendido pelo projeto nacional que passava pela formação de uma identidade que integrasse a nação. O momento é rico, propício a uma série de mudanças, e dentre elas, a principal era, sem dúvida, o processo de instrução pública.

Tornou-se função dos jornais e folhetins, como vimos antes, por motivação econômica ou ideológica, trabalhar em prol de determinada corrente social. Os jornais e folhetins, no dizer de Capelato (1994, p. 13), são verdadeiras armas; os que manejavam a arma-jornal tinham um variado alcance de alternativas entre o domínio das consciências e a liberdade. São armas a serviço das ideologias da cultura e da educação, assim como estão também ao seu desserviço.

Em Caldas Novas esse processo não foi diferente. Durante o processo de instalação do Estado Novo, nasceu a primeira voz impressa em Caldas Novas, em 14 de julho de 1934 começou a circular um noticioso, e vinha com a função de consolidar as vozes dos Coronéis das Águas. Um arauto que se intitulava *O Kró*²⁶ e, como deixa transparecer, esse novo instrumento nasceu de um brincadeira de um grupo de jovens da elite local.

É “O KRÓ” mesmo em outras roupagens. Ele, que apareceu em um dia de bom humor, modestamente datilografado, agora se veste melhor, em letras de imprensa, e deixa de lado a legenda; “Órgão de grande circulação na Avenida R. Branco e Praça J. Pessoa.”. Assim é preciso: pois, passando de jornaleco “jornalinho, circulará em toda a nossa “urbs”, em nosso município, e, atravessando as nossas fronteiras, “vae dizendo a toda gente que Caldas Novas, quase que já tem um jornal” (O KRÓ, Caldas Novas – GO, 1934, p.1, grifos do jornal).

Embora em seu corpo assuma ser um jornal crítico, literário e noticioso, o jornal *O Kró* caracterizou-se muito mais por representar um perfil, como ele mesmo se coloca em outros momentos, humorístico, e depois, como os demais adjetivos. Em seus primeiros números *O Kró*, que tem como tradução o sentido de brincadeira, jogo, engodo, pautou-se muito mais pela galhofa e por crônicas, sendo noticioso e literário somente nos dias finais de sua publicação. Sua vida pode ser considerada relativamente longa, teve a duração de cinco anos, um tempo bastante considerável para um jornal do interior goiano, com o mínimo de condições financeiras, mesmo porque a cidade não tinha quase nenhum recurso financeiro, excetuando-se os poucos fazendeiros e coronéis locais.

²⁶ O Kró, nasceu em Caldas Novas – GO em 14 de julho de 1934, tinha um preço por edição cobrado de duas formas; semestralmente no valor de 5\$000 e anualmente no valor 8\$000, sua tiragem não era divulgada no corpo do jornal, mas acreditasse que não passasse de 100 exemplares em cada edição, o que para os padrões da época era um número expressivo.

O Kró vinha para ocupar um espaço deixado pelos jornais dos grandes centros, oportunizando um controle ideológico nas camadas sociais que ficassem sob sua área de atuação. Tornou-se, desta forma, um aparelho de controle. As reproduções das relações de dominação que acontecem em uma formação social, em uma sociedade madura, acontecem por meio da Escola, da religião e dos meios de informação que Althusser denominou de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 2003, p. 68)

A imprensa permite divulgar e difundir de forma ampla as idéias, as propagandas que legitimam as estruturas que se encontram no poder.

O Kró, como primeiro jornal da cidade, ganhava espaço em todos os segmentos, e seus redatores perceberam com muita clareza a importância e a utilidade do controle e da divulgação dos escritos. Com isso tinham sob seu controle uma grande massa de futuros eleitores, trabalhadores e possíveis colaboradores de suas idéias. Necessária fazia-se a instrução, pois letras a analfabetos é o mesmo que “pérolas aos porcos”, apropriando-nos do dito popular.

Como não poderia deixar de ser, seus passos foram seguidos por um outro “jornalzinho” intitulado *Furupa* que foi, podemos assim dizer, uma *cria* d’*O Kró*. Nasceu dos seus colaboradores que, fustigados pelos redatores do primeiro periódico, acabaram criando uma contra-ofensiva que infelizmente não logrou resultados. Conseguiram, ao invés de sucesso, oportunizar um farto material para outra troça d’*O Kró* que o levou ao fim de suas publicações mais rapidamente. Não houve piedade e para o desespero do novo arauto, o seu oponente anuncia-o como um grande e provável fracasso.

O nosso coleguinha é o rebento de meia dúzia de intelectuais, que saem “em cena” incógnitos. A nossa reportagem, no entanto, não admitindo que os nossos valores se permaneçam no anonimato vem trazê-los à baila. E assim, com prazer, diremos que “A Furupa” está sob a direção de K.Lia, João Del-Fino, João Demorais, Professor So-lon-frai-zi-no, Lui-za Pereira e outros.

Que o nosso coleguinha seja a exceção da regra, (quanto ao nome) são os nossos melhores votos, porque, das furupas de que temos notícia, os seus promoventes sempre se saem de mal a pior (O KRÓ, Caldas Novas – GO, 1939, p.6).

Desenha-se Caldas Novas nas entrelinhas deste noticioso, o perfil da cidade, de seus moradores, de sua rotina. Como vimos, Caldas Novas, nesse período, não contava com muito mais de 600 (seiscentos) habitantes, e a grande maioria era formada pelos coronéis locais com suas famílias tradicionais, os Godoy, os Ala, os Correia Neto, os

Gonzaga de Menezes, os Bretas, os Rodrigues da Cunha e os Branco de Souza. Os demais eram agregados às fazendas ou a outras pessoas que fixaram residência sem, porém, participarem das famílias tradicionais ou fazer parte das oligarquias. Estes, em consequência destes fatos, acabam orbitando em torno dos coronéis.

O Kró no contexto político

No processo político em que o Brasil encontrava-se, o pequeno periódico vislumbrava muito bem sua missão: defender as águas quentes, e, quiçá, construir um balneário famoso na cidade. A República havia demonstrado com bastante clareza que uma das melhores maneiras de aproximar-se do povo era pela via da notícia. Esse povo, transformado em um ator-leitor era uma peça importantíssima para a consolidação de qualquer posição política, social ou religiosa. Então, por que não lançar mão desse artifício? Por que não criar uma imprensa popular, que conseguisse colocar a população em sintonia com os projetos políticos locais e nacionais? Para tanto era necessário que esse poderoso aparato – a imprensa – estivesse sob o controle do grupo que determinasse o projeto. Mesmo que tenha existido um conflito cultural entre os contendores – redatores, intelectuais e o povo – esse conflito não paralisara as mediações, antes, fizeram-nas dialéticas, criaram um intercâmbio dando lugar ao hibridismo desejado – o apoio maciço.

Como todos os outros veículos de sua época, em suas cidades e em sua temporalidade, *O Kró* prestava-se a um trabalho, o de formar uma opinião, de influenciar um determinado segmento, de espalhar e difundir o ideário do grupo que o controla. No seu segundo número, no editorial, seus redatores deixam claro o objetivo a que se propunham. Ao mesmo tempo em que buscavam consolidar o jornal como instrumento de divulgação dos potenciais hidro-turísticos, não deixavam o discurso da liberalidade e da educação.

LEITOR AMIGO: Estamos convictos da sua tolerância para com o nosso modesto jornal; porisso, esperamos que este segundo número e os futuros continuaremos com mais ânimo na nossa tarefa, proporcionando à mocidade Caldense, um ambiente em que possa externar o seu pensamento com mais liberdade (O KRÓ, Caldas Novas – GO, 1934, ano 1, n. 2, p. 1)

A idéia era manter um canal de comunicação com o público, embora não fosse a mais pura expressão da verdade que o jornal tivesse surgido para ampliar a liberdade de expressão, já que, inicialmente Caldas Novas não contava anteriormente com nenhum veículo para esse fim. A mídia era simplesmente inexistente, as informações que aqui chegavam vinham de Araguari, Ipameri ou do Rio de Janeiro e até Goiânia tinha dificuldade para manter as informações atualizadas. Mas a idéia era de se trabalhar com a mocidade de Caldas Novas, levando-a a uma participação mais ativa, objetivando uma melhoria da instrução, afinal a base da sociedade está atrelada irremediavelmente à educação para propagar e manter sua cultura.

Em suma, os modos de *ver* e de *viver* passam pela educação. O objetivo oculto é a informação da ideologia do grupo que cria e divulga essa informação; em a *Invenção do Cotidiano*, Certeau (2000, p. 260-261, grifos do autor) exhibe uma passagem bastante esclarecedora sobre esse fato.

Em geral, esta imagem do “público” não se exhibe às claras. Mas ela costuma estar implícita na pretensão dos “produtores” de *informar* uma população, isto é, “dar forma” às práticas sociais. Até os protestos contra a vulgarização/vulgaridade da mídia dependem geralmente de uma pretensão pedagógica análoga: levada a acreditar que seus próprios modelos culturais são necessários para o povo em vista de uma educação dos espíritos e de uma elevação dos corações [...] Em suma, tudo se passa na Educação como se a forma de implantá-la tecnicamente se houvesse realizado desmesuradamente, eliminando o conteúdo que lhe dava a possibilidade de ser e, desde então, perde a sua utilidade social. Mas no decorrer de toda essa evolução, à idéia de uma produção da sociedade por um sistema “escriturístico” não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e como o texto que lhe é imposto.

A idéia de liberdade é na verdade um ardil para que a população leia *O Kró*, e desta maneira possa lentamente incorporar as suas idéias, vestir-se de ator-participativo, de não criar resistência para o ideário trabalhado. Despindo o manto das igualdades, o jornal não se faz de rogado e, logo no seu primeiro número, esclarece de uma forma clara a que veio e como será levado a servir os interesses locais, como o título de *As Nossas Possibilidades*, deposita um discurso ideológico para a população, buscando que essa o abrace e o defenda.

Com a entrada deste jornal para o “rol” dos jornais de verdade o dever nos manda aproveitar suas colunas, encetando um assunto de magna importância para nós – os Caldenses.

Queremos nos referir às famosas águas termais radio ativas, que a nossa cidade sente-se orgulhosa em possuir. As nossas fontes <radio ativas>, no gênero, são consideradas as melhores do Brasil, quiçá da América do Sul. Esta maravilha que a natureza nos legou, se acha em completo esquecimento por parte do Governo única entidade que no momento poderia beneficia-la, já que os seus proprietários nada podem fazer.

Boa vontade eles têm; porém lhe falta a “mola real” para os grandes empreendimentos; - a parte monetária.

Sabemos, perfeitamente, que o nosso grito de pigmeus, pouco representa, em face da gigantesca e intransponível barreira que se nos depara na atualidade. Essa barreira, é o “pouco caso” com que os poderes competentes levam em conta, todo e qualquer pedido emanado do sertão.

Todavia, mesmo sabendo disso, a nossa campanha continuará. “Água-mole em pedra dura, tanto bate até que fura.” É preciso que o Governo se convença de que, beneficiar as nossas “termas” é beneficiar o Estado de Goiás, e, “ipso-fato” o Brasil. (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano I, n. I, p. 1, grifos do autor)

Como não abraçar uma idéia tão boa como a de transformar a pacata e pequena Caldas em um grande pólo de integração e lazer. Os requisitos estavam todos presentes, águas termais, bom clima, o que faltava? Uma população convencida do seu destino de estância hidro-termal, estradas de rodagem para um melhor acesso, publicidade e dinheiro. A publicidade poderia ser desenvolvida pelo próprio *O Kró* circulando e divulgando os atrativos da cidade pelo interior de Goiás e pelas proximidades do Triângulo Mineiro, em especial Araguari e Uberaba. Os outros elementos deveriam, portanto, ser providenciados com certa urgência.

Os sinais civilizatórios

Mas somente a publicidade não resolveria o problema central de Caldas Novas: a ligação com outras cidades. Não seria concebível um projeto que não comportasse as vias de acesso para a cidade. A questão da modernidade exige um sacrifício no que concerne às antigas estruturas, às estradas vicinais, esburacadas, travessia de rios em balsas, não apóiam nenhum projeto civilizador. E como fazer para reverter esse quadro catastrófico?

Com a confiança que somente a criação de rotas resolveria o primeiro dos grandes problemas trazidos pelos movimentos modernizantes, o Cel. Bento de Godoy não poupou seus recursos financeiros, visionava uma melhor escoação de suas mercadorias, mas também queria uma rota que ligasse definitivamente Caldas Novas ao mundo.

Em 1919, quando as grandes cidades dobravam suas mangas buscando a modernização de suas economias e vias de acesso, Bento de Godoy construiu uma ponte de acesso a Ipameri, o ‘porto’ de ingresso ao sonho das novidades e da civilização, pois era

através dessa cidade que se dava o acesso ao Triângulo Mineiro e ao resto do país pela Estrada de Ferro Mojiana.



No dia 31 de janeiro de 1920 e com 280\$000 a menos no bolso, Bento de Godói entregava aos moradores da cidade a ponte São Bento, proporcionando a transposição do primeiro grande obstáculo para a modernização de Caldas. O nome da ponte era também uma homenagem ao seu financiador que, longe de ficar no prejuízo, teria seu dinheiro de volta com juros por tratar-se de um empréstimo e não uma doação.

Essa não era uma reivindicação nova, os goianos sabiam de seu ostracionismo e sabiam também que o melhor caminho para quebrá-lo seria construindo acesso às linhas da estrada de ferro que movimentavam o país. Essa construção não foi uma ação isolada, já em 1912 as ligações entre Catalão e Araguari já estavam sendo viabilizadas (BORGES, 1990, p. 62).

Outros sinais também podem ser lidos através de *O Kró* e de outros memorialistas como Genesco Bretas. O jornal em seu segundo número, na primeira página, mostrava estar atento às necessidades de correções que deveriam ser realizadas nas rodovias que davam acesso à cidade, demonstrando a aflição pelas condições deficitárias.

Sintomas de modernidade são revelados na coluna intitulada *motores e bicicletas*, que foi publicada no número 73 de 31 de dezembro de 1937, na quinta página d'*O Kró*. Aí

expuseram seus conterrâneos e as esquisitices que praticavam com suas máquinas para poderem ficar antenados com as fronteiras do novo.

Outro sinal significativo desse processo de modernização foi a vinda de migrantes. Embora Caldas não tenha recebido um número expressivo de migrantes permanentes, recebia um número enorme de visitantes temporários, que acabavam sendo portadores das boas novas sobre o mundo civilizado.

Traziam para sua permanência livros, revistas (os antigos magazines) e as roupas da moda, sendo responsáveis pelas rotas das novidades. Processo civilizador que preparava Caldas para, definitivamente, se inscrever na modernidade.

As artes da boa etiqueta, a forma de usar o vernáculo, enfim, postura, roupa, adereços, equipamentos podiam ser recebidos por estas vias de acesso. Uma tipografia, que servia também de papelaria e livraria foi implantada, pois, era impensável uma cidade moderna sem um mínimo de elementos dessa nova civilização.

Os vizinhos de letras

Com o acesso garantido ao Triângulo Mineiro, a facilidade de comunicação também se tornava mais fácil. Era possível um relacionamento entre os jornais das duas regiões.

A cidade de Araguari contava com um bom número deles, além de possuir um, em especial, de grande penetração nas cidades vizinhas e que estava em circulação desde 1894 quando aconteceu sua primeira tiragem. Esse jornal era *O Araguari*. Também circulam na “urbe” (apropriando-nos dos termos da época) e região os jornais *O Albor*, que tinha a direção de Líbano Galante; *O Americano*, uma poliantéia que teve uma vida muito breve iniciada em 1923 e não passando de um ano; *O Diário de Araguay* que iniciou sua circulação em 1919; *O Sport*, noticioso que teve seu início em 1910. *O Kró* seguiu o mesmo formato desse último utilizando, inclusive, algumas alcunhas dos redatores de *O Sport*, e d’*O Triângulo*, jornal de grande porte que dividia com *O Araguay* o gosto dos leitores no período. *A Gazeta do Triângulo* iniciou sua circulação em 1937. O nome desse noticioso é muito parecido com o d’*O Triângulo*; o mesmo aconteceu com *O Araguay* e a *Gazeta de Araguay*. Essa prática parece buscar no leitor do antigo jornal um novo leitor para o jornal que surge.

O Kró cumpriu bem o seu papel de divulgador e doutrinador, foi lido na região do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, auxiliado nessa tarefa pelos grandes de região – *O Triângulo* e o *Araguary* – consegue ser a “voz” que faltava do interior goiano. Esses aspectos seguem contribuindo para a formação das estruturas sociais idealizadas por esses novos coronéis das Águas. A cidade pode ser lida em suas crônicas e críticas, *O Kró* vestia-se da própria cidade:

AS NOSSAS NECESSIDADES (PRECISAMOS DE UM BARBEIRO)

Atualmente, o que mais necessitamos em Caldas Novas, é de um barbeiro e cabelereiro. O único profissional que temos aqui é indolentíssimo e “independente”. Ele chega a ponto de declarar abertamente que não necessita de clientes, principalmente quando vai se aproximando a hora da bóia. O cidadão que desejar “fazer barba e cortar cabelo”, se não quiser bancar o “boi do divino” terá que se haver com o Santo de sua devoção. Conta-se que , um certo dia, apareceu no Salão do nosso barbeiro, um senhor respeitável, com a barba grande, solicitando-lhe a “especial fineza” de raspa-la. O Bastião, com o seu mau humor de sempre, iniciou o serviço, ensaboando a fisionomia do cliente. Já havia raspado a metade da barba, quando o relógio do visinho bateu as 10 badaladas. Foi a conta. O nosso heroe, sem mais e sem menos, “largou” a navalha em cima da mesa e “entrou sem sê-lo”, deixando o cliente com a metade da barba por fazer. Duas horas depois ele regressou ao Salão, todo sorridente, palitando os dentes. Porém, o cliente não era nenhum parente do Gumerindo; porisso, havia dado o fora, coitado...isto é que é ser “Inglês” (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano I n. I p.3, grifos do autor).

Em cidades interioranas, o salão da barbearia era o ponto de encontro político, empresarial e das “atualidades corriqueiras” do local. O “retrato” exposto da barbearia revela certas individualidades; que o barbeiro na verdade é o objeto de alegria dos rapazes e desespero dos mais velhos, e que mesmo assim, a cidade circundava o local para ter e trocar informações referentes a tudo e a todos, bem como rir e criticar o próprio noticioso local.

Retirando o exagero-cômico que reveste a notícia, é possível remontarmos o período: uma cadeira giratória de barbeiro datada de aproximadamente 1920, uma cuia com água e sabão para o barbear, pincel de pelo de camelo, navalhas, um grande espelho e aventais brancos – um pouco ensebado – para aparar os cabelos e a barba, talco branco e água de cheiro para os cabelos, umas poucas cadeiras para os clientes aguardarem e trocarem informações.

Esse é um retrato típico de todas as barbearias da época e de umas poucas remanescentes, como a que existe até hoje no centro de Caldas Novas, que hoje conta com três cadeiras do período citado como se o tempo tivesse sido congelado nesse pequeno local.

Os mais velhos continuam indo uma vez a cada quinze dias, onde comentam seus negócios, lêem jornais, falam de política e ficam a par das “últimas novidades”. Os barbeiros, em qualquer período de tempo, são especialistas em “novidades locais”. É possível compreender sua importância, é um espaço neutro, onde era possível o convívio harmônico de todas as tendências políticas, um local de possibilidades comerciais, e acima de tudo, um centro de informações.

O Kró conseguiu a penetração esperada, sendo, inclusive, reconhecido pelo jornal *O Triângulo* na edição que circulou em 12 de agosto de 1934 em sua página seis:

A nossa imprensa. – O jornal bebê, como bem disse o nosso amigo Caramuru, está victorioso em Caldas Novas. Saiu o segundo número do *O Kró*, com uma variadíssima colaboração. Oxalá sejam os próximos números em maior formato conforme é o desejo de todos os seus redactores (*O TRIÂNGULO*, Araguari-MG, 1934, n. 6).

A cidade também comemorou festivamente essa nova fase de seu progresso, ter sua própria imprensa foi um passo importante para poder figurar entre as cidades que podiam participar e cobrar uma vida política ativa dentro do cenário nacional e estadual. Em sua primeira carta do leitor, *O Kró* serviu como elemento de documentação e de força política do município de Caldas Novas e da região.

AGRADECIMENTOS

Anoitecia. Ouvi bater palmas na porta principal da minha casa. Saio a minha filha Maria, para ver quem batia. Uma voz de rapazito soou: “*O Kró*” para o seu pae. Veio a menina e entregou-me o primeiro número desse jornalzinho. Li-o com atenção.[...] *O Kró*, mesmo pequeno na forma, é grande perante o conceito público, porque encerra o pensamento de homens grandes na inteligência e nas virtudes; grava, syntheticamente, a vida de Caldas; excita energias e iniciativas adormecidas; investiga, propaga conhecimentos e coleciona altruísmos; mostra fontes que das entranhas da terra trazem riquezas e allivios aos sofrimentos humanos.[...] (*O KRÓ*, Caldas Novas – GO, ano I n. 2, grifos do autor)

Mas quem são os redatores que vêm dar um novo alento à sociedade? São filhos da cidade? Estrangeiros? O que fazem?

O Kró surgiu principalmente devido à determinação de dois jovens entusiastas e idealizadores, Oscar Santos e Celso de Godoy. O primeiro, filho do coronel Orcalino Santos, o segundo, filho do Cel. Bento de Godoy.

Oscar, embora não tivesse concluído nenhum curso superior, sempre foi um historiador e jornalista nato, todas as novas tecnologias lhe causavam entusiasmo. Foi responsável pelo crescimento de Caldas e por documentar em sua casa a história local, constituindo um acervo maravilhoso que hoje está jogado às traças devido ao descaso de seus herdeiros. Homem de visão, Oscar Santos percebeu as possibilidades de crescimento através de um jornal, um “ilustrado” com uma vastíssima cultura.

Celso de Godoy formou-se em medicina e durante muito tempo atendeu em Caldas Novas, tinha como uma das suas principais características o humanismo. Assim aliando a determinação e o tirocínio de Oscar com o humanismo de Celso, *O Kró* nasceu com toda possibilidade de êxito, era um rebento destinado ao sucesso.

O momento social era propício, a efervescência política era um campo fértil para a proliferação de boas idéias, quem primeiro apercebesse e agisse lucraria de todas as formas, política, econômica e socialmente, e foi isso mesmo que os jovens redatores do *O Kró* aperceberam.

Ambos viam o potencial de transformar a minúscula Caldas Nova, que na visão dos redatores encontrava-se na fronteira do novo, no Eldorado das águas e eles os Coronéis, nos novos Coronéis das Águas. Depois de anos de jugo da cidade-irmã Morrinhos, com o enfraquecimento dos Coronéis ligados ao grupo dos Caiado, tendo em vista a decretação do Estado Novo, a visão de Pedro Ludovico para a interiorização, Caldas Novas tinha tudo para tornar-se um grande centro.

Embora a Marcha para o Oeste tenha sido consolidada somente na década de 1940, especialmente em 1943 com a marcha Roncador-Xingú, a idéia já estava sendo divulgada desde que o goiano Pedro Ludovico assumiu o governo do estado e começou a construção da nova capital – Goiânia. Era impraticável, na visão dos coronéis urbanos Vargas e Ludovico, que o Brasil continuasse um país puramente litorâneo com tanta riqueza a ser desbravada no seu interior deveria existir um esforço conjunto, tornava-se imprescindível o apelo para a criação de novos bandeirantes, os bandeirantes do século XX.

Caldas Novas fazia parte deste plano, senão no cenário estadual e nacional, ao menos no cenário interno e nos planos dos novos coronéis das Águas. Encravada no sul de

Goiás, mas próxima o suficiente da nova capital e do Triângulo Mineiro, com as riquezas naturais de suas águas, poderia conquistar uma posição de destaque nesse novo cenário.

Os visionários construtores de Caldas Novas já tinham antevisto, em seus mais longínquos sonhos, a possibilidade de tornarem-se um pólo atrativo de renda e lazer, mas isso escorria lentamente pelo tempo e o projeto não conseguia força para deslanchar. Agora ou nunca, esse bem poderia ser o lema desses novos empreendedores. As mudanças no cenário nacional e estadual pareciam contribuir para isso. Mas era necessário também formar a opinião local, cultivar na população a idéia do novo, sair do espaço de fronteira e ocupar definitivamente um local de destaque. E nesse aspecto, a educação exerceria um papel preponderante.

O fenômeno da incipiente sociedade consumista não tardaria a penetrar definitivamente em todos os estratos sociais da cidade. Em 1926, quase uma década antes, o visionário Cel. Bento de Godoy havia instalado na cidade o Cine Íris, a energia elétrica já era uma realidade vivida por uma boa parte da população local e o elemento que dava *status* de grande centro estava presente na pequena cidade. Caldas Novas, pequena, sim, mas com visionários capazes de mudar sua história.

A cultura de massa das grandes “*urbs*”, como eram conhecidas as grandes cidades, não tardariam a tomar corpo entre os nossos habitantes, e isso não deveria acontecer sem o controle ideológico de um jornal. Um jornal que falasse dos sonhos visionários, que mantivesse a população feliz com as crônicas locais e a conduzisse ao ideal perseguido, a criação de uma estância balneária.

Esse fenômeno levaria, fatalmente, segundo Martín-Barbero (2003, p. 35-37), o “povo” a duas condições básicas: o povo na política – que seria o grupo dos ilustrados e o “povo” na cultura – que seriam os românticos. O povo é ao mesmo tempo carrasco e vítima pelo mesmo fator – a falta de cultura. A invocação do povo tem a função de legitimar o processo político a ser alcançado, deve substituir a vontade, a paixão, pela prática e pela razão. E por motivos como esse, a população, o quanto fosse possível, deveria tornar-se leitora dos impressos, em especial do que era impresso pelo grupo local.

Esse resgate “cultural” do povo na política e na cultura inscreve-se no processo de formação nacional vigente em nosso país que buscava, nesse período (décadas de 1920 a 1950), uma “identidade nacional”. Para isso era necessária uma contaminação do povo, para que se pudesse formar uma cultura popular. Essa falsa aproximação, poder-povo,

acaba por legitimar o poder “culto” e exclui o povo da cultura, criando uma profunda dicotomia entre culto e popular, que aqui leva a pecha de *in-culto*.

Segundo Rousseau (2004), a sociedade não se constitui por sua vontade, mas pela vontade com a qual o povo acaba se identificando, e isso será a prática d’*O Kró* – transmitir sua vontade. Essa mesma vontade foi se transformando na vontade da população local.

Em uma de suas colunas podemos perceber claramente nossa afirmação:

**AS NOSSAS NECESSIDADES
(precisamos de estradas de rodagens)**

Estamos ligados, diretamente, a todos os municípios limítrofes, por estradas de autos. Isto é invegavel. Essas estradas, com exceção da que nos liga a Morrinhos, são mais ou menos transitáveis. A de maior transito, é a que temos para Ipameri. Essa foi, há pouco tempo, beneficiada com um pequeno reparo graças a um auxílio do Goveno Estadual, por intermédio da Prefeitura de Ipameri. Todavia esse auxílio não foi suficiente para se fazer um serviço, digno de uma estrada que liga uma Estação Balneária ao mundo civilizado. Em todo caso, há uma vantagem: não se cobra pedágio (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 1 n. 2).

O grito social refletido nada mais é que a voz dos intelectuais que transformam seus anseios em anseios públicos como se fosse um grito em uníssonos pelos objetivos a serem conquistados. Essa coluna do jornal permaneceu vigente por quase toda sua vida literária.

O cuidado, porém, sempre esteve presente. Os pedidos, bem dosados, colocados na “boca popular” devem ter um triplo sentido, o de informar/aliciar, o de divertir e o de educar. Não se pode, e não se deve manter muito tempo em somente um desses sentidos sob pena de ser repudiado e se inscrever como uma falácia tornando-se banal.

As outras funções de lazer e de educar devem ser mescladas para o reforço da função informativa/aliciativa. Ela deve ser capaz de refletir as possíveis diferenças culturais e políticas mantendo o fio condutor do seu próprio discurso. Esse mediador popular é que mantém viva a expectativa de mudança.

O consumo impõe novos ares a todos que dele se aproximam. Mas como consumir sem entender? Como consumir sem ler? Sem absorver todos os “retratos” contidos nessas

novas páginas. A educação torna-se uma obrigação local e a oralidade uma prática usual para a discussão dos fatos, crônicas e anedotas contidas nesse noticioso.

Uma nova prática foi usada. Os jornais que muitas pessoas utilizavam com embrulho para mercadorias nas antigas lojas de secos e molhados (e ainda hoje, essa prática ainda existe), as “velhas mercearias” acabam sendo um veículo educacional fortíssimo, bem como um elemento de pressão social. Quanto mais a população sentisse necessidade de instrução, maior a pressão sobre os líderes políticos locais para ampliar a rede local de ensino, colocando melhores professores e aumentando a oferta de salas de aulas.

Essa pressão silenciosa foi iniciada pelos jornais, e com *O Kró* isso não foi diferente. O cotidiano comentado obrigava a população a buscar a instrução, aliás, todos também gostariam de saborear por si as críticas, anedotas e informações que circulavam ao seu redor.

Os açougues formaram outro veículo anônimo e silencioso. Mesmo manchadas pelo sangue bovino da carne comprada no açougue, muitas informações distantes ou proibidas de jornais e revistas que serviam aos olhos dos adultos, os quadrinhos (que vieram posteriormente), as crônicas do viver diário eram saboreadas pelos meninos e meninas. Essa prática servia como instrumento de navegação para um outro mundo, o mundo das palavras, um mundo adulto, eles (as crianças) também podiam criar suas rodas de comentários, ou sonhar em escrever para os jornais.

A temporalidade era “publicada” para o homem comum e por meio d’*O Kró* era possível ver o Brasil, o mundo e especialmente a cidade.

Em cada crônica, cada artigo, cada editorial, cada seção de variedade, cada nota do jornal, era um retrato social da cidade. A prática utilizada era a de mostrar somente o que se tem de melhor, e o que o melhor produz de cômico.

Já no seu segundo ano de vida *O Kró* se dava ao luxo de fazer propagandas de sua estância termal.

Moléstias de pele?
Nada!
Reumatismo?
Nada!
Atritismo?
Nada!
Em Caldas Novas?

Nada!
 Depois de alguns banhos termais?
 Nada!

(O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 2. n. 29)

O jornal já se sentia forte e popular o suficiente para divulgar o sonho inicial, o sonho da estância termal, da cidade-balneário. A ação política do imaginário estava tornando-se uma ação política real. Os coronéis das águas quentes já podiam sorrir, seu sonho já estava em fase final de construção, a realidade já era palpável. Ao mesmo tempo, o noticioso, aís ousado, demonstrava a evolução social de sua “urbe” levando conhecimento à população: “Dicionário Jurídico por José Mariano Carneiro Leão – NA CONHECIDA LIVRARIA E TIPOGRAFIA MINERVA (O KRÓ, 1935)”.

A pequena tipografia já havia notado o desejo de seus leitores e divulgava o que pudesse interessar. Crescera o suficiente para também tornar-se uma livraria. O mundo civilizado já não se encontrava nas fronteiras do município. O mundo civilizado era agora o próprio município, ou assim gostariam seus mentores.

Caldas Novas evoluíra, esse novo momento permitiu novas abordagens, o não dito agora tornava-se dito e publicável em suas páginas, o mundo evoluíra, a própria população estava em evolução, os pedidos do ano anterior já começavam a ser atendidos pelos políticos locais.

Nova estrada para Morrinhos

O prefeito de Caldas, já entrou em combinação com o de Morrinhos afim de construírem uma nova estrada de auto, desta cidade áquela.

Os gastos que ambas as Prefeituras irão fazer nesta nova autovia, serão bem menos do que necessita a velha, que está quase intransitável para ser reparada.

Será aproveitado um trecho de estrada já pronto, pertencente ao Cel. Bento de Godoy, gentilmente cedido pelo mesmo, e que vae ter à sua fazenda, daqui a cinco léguas.

Daí seguirá a mesma até a ponte do Rio Piracanjuba, de propriedade do Sr. José Augusto da Cunha, que, num gesto magnânimo, nada cobrará dos autos que por ela passarem. A prefeitura de Morrinhos aproveitará, também, um grande pedaço da antiga estrada, dependerá de pouquíssimas verbas graças a ótima topografia do terreno, na ligação da autovia a ponte do sr. José Augusto da Cunha (O KRÓ, Caldas Novas – GO ano 2 n. 29 p. 3).

O Kró fazia questão de trazer o seu leitor para junto daqueles que eles, os leitores, olhavam com inveja ou desejo: a classe “A”. Expondo as mazelas e o inusitado, traziam essa elite para o campo do comum, e alçavam a população ao patamar da igualdade e

assim, ao menos aparentemente, acabando com as diferenças sociais. Sentindo-se um “igual”, essa população acabava abraçando as causas políticas dos redatores que serviam como divulgadores desse discurso da homogenia e tornavam-se eles próprios coronéis da Águas. O jornal nos traz vários exemplos que demonstram essa sagacidade literária e social:

O Almcicar agora anda bancando o almofada. Em cada baile ele se aparece com uma indumentária nova, confeccionada na celebre alfaiataria <carregação> do Jonas. Já vimos com diversos ternos: calça branca e palitô branco; calça cinza e palitô branco; palitô cinza e calça branca, e, finalmente, calça cinza e paletô cinza. Vai ser almofada trem! (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 1. n. 2 p. 2, grifos do autor).

A sátira é um claro convite a essa igualdade. Ela leva a população a pensar que não deve se intimidar diante das vicissitudes, pois nem mesmo os ‘herdeiros do trono’ têm dinheiro suficiente para vestirem-se com trajes novos a cada baile ou a cada fim de semana. A roupa não é tão importante, a criatividade sim, aliás, criatividade essa que o povo tem de sobra. A sátira é um flagrante sinal de igualdade. Os sentimentos normais também fazem parte desse convite.

A população acaba moldando seus conceitos de família, vestuário, religiosidade, lazer, tudo isso buscando uma ascensão social. Essa busca desenfreada pelo “projeto pessoal do outro” torna a população uma presa fácil da alienação e do controle político, a construção de um ideal de “si” não passa em “si”, mas no outro que serve de molde, no outro categorizado como ideal de ascensão.

A leitura tem uma dupla função nesse processo da mesma forma que não ler significa estar apartado de todo o processo em movimento, das estruturas dialéticas que ocorrem dentro dos movimentos sociais. O ato de ler, especialmente o de ler um jornal, acaba transformando seu leitor em um ator-ativo, não mais passivo. Mas o processo que a leitura encerra também é um processo social.

Sem escolas e sem pessoal para trabalhar a instrução pública, a leitura seria um elemento a desmanchar-se no ar. A transmissão oral da informação não tem mais lugar absoluto no cotidiano “do novo”, da “civilização”. Existe uma fome urgente de palavras, de informação impressa, do entendimento da escrita do outro. A percepção popular exige

algo mais que o simples ser conduzido, exige participação no processo de escrita da história.

A condução acontece de acordo com a manipulação da informação feita pelos redatores demonstrando os aparelhos repressores que ela representa. O convite a uma vida mais digna nada mais é que uma reprodução de um discurso ambicionado, mas que na verdade não passa de um artil ideológico de controle e reprodução da cultura, elementos necessários para o desenvolvimento pretendido.

Entre as sátiras aparecem também informações sérias sobre a cidade. Desta forma a população absorve e reproduz as idéias veiculadas sem o devido reconhecimento, engrossando as filas dos pedidos e pressionando o poder constituído para que atendam as vontades contidas no jornal.

Os crimes se repetem assombrosamente

Se assombroso é o progresso material do nosso tempo, não menos assombroso é o retrocesso moral destes mesmos tempos. A criminologia atinge proporção e audácia só compatíveis com os progressos materiais que conhecemos. O mundo parece estar habitado por feras, tendo apenas a forma humana. Execrando crime deu-se há poucos dias neste município. Manoel Martins Fagundes, macróbio, de mais de noventa annos, foi bárbara e injustamente assassinado em sua fazenda, dentro de ceu próprio quintal, pela simples razão de defender o que lhe pertencia. Na epocha em que vivemos os crimes se repetem quasi que diariamente em o Brasil, porque o individuo sabe perfeitamente que a sua absolvição é, no primeiro jury, infalível.

Ora, isto é uma injustiça clamorosa. O cidadão que se assenta na cathedra de julgados e que recebe insinuações derivadas do interesse pessoal ou de opiniões alheias é cretino e, portanto, cumpre ao juiz exclui-lo da urna por incapacidade moral.

Cada Jurado deve, pois, ter a independência necessária para agir por conta própria, repelir a influencia pessoal, o prestigio político e sobre-tudo, o poderio da fortuna quando se exercitam no sentido de determinar qualquer solução do tribunal.

Aurelio Sousa (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 1 n. 1)

Um dos fatos curiosos dessa opinião contida em *O Kró* de 1934, e que tem uma semelhança enorme com o momento político vivido hoje no Brasil, guardando-se as proporções e as diferenças tecnológicas, os problemas com a impunidade o descaso do judiciário são os mesmos. A população de 1934 unia vozes com o jornal, explicitando sua indignação.

A essas vozes, o poder local demonstra sua ação, construindo e oportunizando atos concretos como as novas escolas. A Educação era mais uma vez utilizada como panacéia das mazelas sociais, e estavam corretos em pensar assim.

Podemos verificar um oxímoro com as vozes-mudas da população exercendo uma forte pressão na política local, repercutindo inclusive em outros jornais da região como no caso do jornal *O Triângulo* de Araguari;

Melhoramento local – O Sr. Prefeito municipal já deu início aos serviços de demolição de um velho prédio e de um grande trecho de muro da travessa que da Avenida Rio Branco vae dar à Praça João Pessoa, alargando-a afim de ser observado o alinhamento que melhor estética offereça a esse trecho de nossa cidade. E uma providencia acertadissima e de há muito reclamada por todos que desejam ver Caldas ainda mais remoçada. Louvemos portanto esse gesto do senhor Prefeito (O TRIÂNGULO, Araguari – MG, agosto de 1934).

Essas mudanças no cenário político nacional não poderiam ser absorvidas pacificamente no interior. Goiás sempre se caracterizou por uma forte participação política, se não com expressão nacional, mas internamente as facções (famílias dos coronéis) mantinham uma acirrada disputa.

Com a derrocada da família dos Caiado e a ascensão ao poder de Pedro Ludovico Teixeira, os políticos de Caldas Novas aproveitam-se desse marco político e decretam sua liberdade política, quebrando os grilhões que os mantinham aprisionados a Morrinhos. Mas a liberdade também tem um preço, nunca existiu um consenso em relação à linha a ser seguida em Caldas Novas, pois os novos coronéis das Águas se aliavam ao integralismo de Pedro Ludovico, embora uma parte ainda se mantivesse ligada ao grupo Caiadista.

A oposição acabou levando a melhor nesse período, se bem que oposição de fato nunca existiu, apenas diferenças políticas. Para o controle político local nada mais que o pacto dos coronéis realizado desde 1909, embora disputassem o poder, acabavam unindo-se sempre quando a questão era lucro.

Essas características também auxiliam na formação social da cidade, essas lutas silenciosas pelo poder geram um movimento constante dentro da sociedade de maneira a influenciar suas relações, seus costumes, provocando uma espécie de cognição social²⁷.

Goiás não teve o destaque nacional que as leis do Império previam. As grandes ligações por estrada de ferro e outras vias de acesso não foram possíveis. O custo dos

²⁷ Cognição social e uma ferramenta concebida para conceber, expor e tratar a informação com o objetivo de satisfazer uma função de representação. Segundo Donald A. Norman, os artefatos ocupam um lugar importante na ação humana como suportes das atividades humanas e também como um meio de compreender a cognição humana.

empreendimentos inviabilizou suas realizações. Desta maneira, Goiás e seu interior ficaram na periferia do desenvolvimento.

As estruturas sociais foram abaladas ainda mais com a chegada da estrada de ferro, passou a existir um ativo comércio importador-exportador. As novidades que os trilhos traziam mudavam a maneira de pensar, vestir e agir dos munícipes. Essa nova estrutura era uma força poderosa que agia através dos trilhos de aço, transformava centenas de anos de história e dominação, uma mudança profunda, agregando inclusive novos valores idiomáticos.

Com a penetração da via férrea em território goiano, os grilhões que prendiam a economia agrária regional a uma situação de quase estagnação, foram quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos. No sul do Estado avança o processo de urbanização. Algumas cidades se modernizam e novos centros urbanos surgiram. [...] As relações comerciais regionais e inter-regionais se incrementaram, desenvolvendo um ativo comércio importador e exportador, surgindo na região Sudeste do Estados expressivos centros comerciais que substituíram, dentro de pouco tempo, as cidades do Triângulo Mineiro, no controle do comércio regional (BORGES, 1990. p. 87).

Esse novo processo social não passaria despercebido. Um apelo tão profundo tem que ser atendido de imediato para que não se tenha uma perda nos horizontes históricos, e com isso possa acontecer derrotas políticas, retirando de cena os atores centrais, condenado-os a um ostracionismo.

O crescimento servia com um alerta aos novos tempos. A força com que essas mudanças chegavam não permitia morosidade na tomada das decisões, novos fatores se faziam presentes, uma nova categoria social emergia. Os comerciantes, antes atrelados aos coronéis, passam a manifestar interesse, tanto no comércio, como também reclamavam uma participação na ação política do novo processo. Um processo que Deleuze e Guattari²⁸ chamam de criação do rizoma, essa multiplicidade que cada elemento possui e que não pára de modificar quando em constante relação com o outro.

O Kró revela em suas páginas esse novo processo de interação social, dando a entender a participação ativa dessa nova ‘casta’. Seu ar liberal atendia aos anseios trazidos das fronteiras da modernidade que agora se espreitavam às portas da cidade.

A farmácia era o ponto alto dos grandes “intelectuais” dessa nova “urbe”. Nela, os destinos da nação, do estado e da cidade eram dimensionados. Os mais cultos fugiam da

²⁸ Mil Platôs (2004)

barbearia, um local de “barbárie” de vulgaridades e fofocas. A farmácia reclamava para si o ‘status’ de detentora dos conhecimentos, afinal era lá que ocorreram as transformações alquímicas das substâncias, e nada mais justo que isso ocorresse também no universo político-literário-cultural.

Um fato comum nas pequenas cidades era o balcão da farmácia, onde se aglutinam defensores da moralidade, da cultura e da política. Isso para não contarmos os liberal-católicos que traziam o estandarte da moralidade cristã na sua fala e na sua postura pública, mesmo porque para esses intelectuais, era impossível diferenciar bons modos e erudição, sem que esses valores estivessem agregados à cristandade. Bretas registra assim esses fatos:

[...] o farmacêutico Raimundo Basílio, um baiano culto. Vindo para Caldas Novas, montou uma farmácia. Tímido até a humildade, mas sistemático tinha boa prosa e, devido a sua cultura, gostávamos de ir todas as manhãs a sua farmácia. Ele, no balcão, e nós sentados em tamboretas, mantínhamos uma agradável palestra, em geral assuntos sérios: política, literatura, história geral etc. (BRETAS, 2001, p. 152-153).

Podemos encontrar outro exemplo desse pitoresco fato em uma carta à redação d’*O Kró* no seu segundo número.

Aproveito a oportunidade de levar ao conhecimento do povo In Totum que pela manhã seguinte, dia 13 do mês andante recebi o periódico que se edita nesta cidade, denominado “KRÓ”, cujos tópicos, muito me desagradou, entretanto, merecem ser dadas mãos a palmatória por não pesquisarem a verdade. Nunca viram-me em companhia dos reconhecidos faladores e debochados de Caldas Novas, os quais são verdadeiramente reconhecidos, - para melhor clareza está no domínio público. E está a minha expressão verdadeira que conforta o meu Coração e molda m’inha Alma. É fato, quando termino minhas aulas, vou dar o meu passeio habitual na Ark bank de Arueira, cujo repouso e palestra com meu colega químico Aparício. O que falamos...movimento político do estado, farmacopêa – e mais nada. Portanto Senhores representantes do “KRÓ” é este o meu protesto da falsa notícia. Peço tirar-me do rol dos despreocupados e faladores intransigentes da Cidade. Caldas, cidade pitoresca. Amo-a de todo Coração. Faço preces ao creador que esta terra hospitaleira continue evoluindo, para mais tarde ser leader de todas as mais existentes do grandioso estado Goiano. Caldas Novas, 19 de julho de 1934. M.C.S. (O KRÓ, Caldas Novas – GO, 1934, ano I n.2 p. 3)

Esses fatos pitorescos, barbearia e farmácia, não eram despercebidos da chamada população comum. Essa população também criava seus “bancos” de discursos, elegia seus atores, e em momentos de crises os procuravam como mediadores das questões sociais vivenciadas por ela.

A posse do discurso político e intelectual autorizava esses elementos do imaginário popular a tomarem para si a responsabilidade das resoluções dos conflitos, na verdade isso nada mais é que a manutenção da cultura, onde o sábio líder poderia resolver qualquer conflito.

Com a vinda dos elementos da modernidade – tecnologias, informação e política para a cidade – as tradições culturais sofreram mutações, mas não se desprenderam totalmente das raízes culturais. O farmacêutico ainda era o homem que podia trazer a cura, e o barbeiro, o grande “noticioso” da cidade.

Dessa maneira, o imaginário popular começava a utilizar-se de uma nova roupagem, suas estruturas foram lentamente talhadas pela força motriz desses novos elementos, sem, contudo perderem as tradições.

Mudamra-se as formas arquitetônicas da cidade. Uma imposição desse novo movimento que perpassava as fronteiras entre o antigo e o novo. Era uma mudança silente mas viril. Sua nova aparência trazia oculta uma infinidade de novos elementos que acabaram gerando novos espaços de tensões. E justamente essa dinâmica impulsionava a transformação.

O jornal que servia unicamente para embrulhar a carne do açougue ou as mercadorias dos armazéns, passava a ser catalogado, colecionado. Um novo elemento fora inserido na população, a preservação da história de sua história. Tornava-se necessário preservar a tradição, não perder o olhar de si nesse processo constitutivo de uma nova comunidade, mas também era imprescindível que as mudanças ocorressem. A cotidianidade da cidade envolvia todos os que estavam nela e próximos às suas fronteiras.

Aquáticos a caminho

A cidade entendia muito bem que sua posição geográfica poderia ser útil como também um grande empecilho para seu desenvolvimento: isso explica a grande quantidade

de matérias publicadas sobre as necessidades de boas estradas e a utilização correta destas para o desenvolvimento de Caldas Novas como pólo turístico nacional. O período de 1935 a 1939 foi primordial para essas realizações.

O Coronel Bento de Godoy não poupou esforços nesse sentido construindo estradas e pontes com seus próprios recursos. Nesse período iniciava-se o uso de linhas de ônibus, vindas do Triângulo Mineiro e de Goiânia, e empreendedores apostaram nas novas formas de empreendedorismo. Um exemplo foi Pedro Tupá que iniciou uma empresa de transportes de mercadorias.

O momento havia contagiado de maneira permanente os Caldenses, não era somente necessária a modernização, mas lucrar com isso, e melhorar a qualidade dos serviços possíveis de serem oferecidos aos aquáticos²⁹ ;

Aquáticos:

Em uso das nossas inegalavéis termas aqui se encontram:

De Uberaba, o snr. Emerenciano Ferreira Junqueira, acompanhado de sua filha, snra. Antonieta Junqueira;

- De Santos, o Snr. Adelino Rolim de Sant'Ana;

- de sua fazenda a senhora Da. Custodia Guimarães esposa do Snr. Cleobaldo Rabelo;

- De Corumbaíba, o snr. José Signati;

- De Burity Alegre a Snra. Da. Jovelina Melo esposa do Snr. Arquimedes Melo;

Após uma estação de cura e de repouso nesta Estância, regressou a Uberaba, acompanhado de sua exma. Esposa e de sua gentil filha, Snrta. Julieta, o snr. Cel. Ronan Marques, figura proeminente naquela cidade (O KRÓ, Caldas Novas-GO, ano 4 n. 78).

Ainda sobre o lazer, uma propaganda direcionada ao ramo da hotelaria que buscava já em 1938 tornar-se um marco para a cidade, divulgando seus serviços e hóspedes importantes de outras regiões.

Aquáticos

Hospedam-se no:

Termas Hotel

Sr. Elias Thomé, DC Hide, Sr. Luiz Vieira Cardoso e Sr. Gabriel Elias Thomé

Hotel Avenida

Sr. Caetano Botelho e Sr. Ângelo Puci e Sra.

Pensão Santa Terezinha

²⁹ Os aquáticos era o termo utilizado para as pessoas que viam até Caldas Novas em busca das propriedades medicinais das águas quentes.

Sr. José de Sousa, Sr. Randolph e Sra., Sr. Francisco Gabriel e Sra., Sr. José Fudifusco e Sra. e sr. Francisco Ferraz

(O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 4 n. 81)

A idéia de uma cidade-balneário, uma estação para o lazer, realmente penetrou no imaginário popular. Os apelos feitos pelos jovens redatores d'*O Kró* surtiram o efeito esperado, a visão da cidade alterava-se de maneira irreversível, de ponto de apoio a boiadas, Caldas emergia como um balneário termal com propriedades medicinais.

O forte movimento, que como vimos já se anunciava no primeiro número do jornal, depois de uma jornada de quatro anos, tinha seu retorno garantido, Caldas Novas havia mudado seu perfil.

Essa mudança era tão notória que em 1938 a manchete do número 81 era: “Prosegue, no Rio, a análise das Aguas Termas de Caldas Novas”. A preocupação era de interesse de toda a população a ponto de ocupar a primeira página do periódico local mantendo os caldenses informados do andamento das análises das águas que haviam começado a mais de um ano.

O KRÓ

O KRÓ é um jornal que não se entrega ASSINAR.

Colaboradores: — Diretores
Anual \$5000-Semestral \$3000

Diretores—Redatores
O SANTOS e C. GUIDOY

CRÍTICA, GITE-
RIO E NOTÍCIAS

OFICINA PRÓPRIA

ANO 4 | Caldas Novas (Goiás), 10 de Junho de 1938 | NUMERO 81

Descrição da magnífica Serra de Caldas, feita por Saint-Hilaire, em 1819.

A Serra das Caldas não está a mais de tres quartos de legua portugueza da fazenda, tem apenas pouca altura, e de longe, apresenta-se sob a forma de um primo trapézoidal alongado, com o cume de altura uniforme. Avançamos para esta montanha seguindo uma trilha pouco frequentada, e chegados quasi á sua base, mudamos de direcção: a trilha, então, tornou-se pedregosa e por vezes, bastante difficil. Dobramos um dos dois lados, mais estreitos da montanha, e, durante algum tempo, caminhámos parallelamente á uma das grandes encostas. Esta ultima muito mais irregular do que o flanco que lhe está opposto, apresenta alternadamente depressões profundas e saliências abruptas; a outra encosta, pelo contrario, se estende por um declive assás brando, e não apresenta nenhuma anfractuosidade; vê-se ali, somente, algumas pedras quasi escuras as aguas e que se saltaem á esquerda.

Nessa escadaria atravessamos quasi sempre campo e seccos, como todos então o estavam, unicamente, reconhecí algumas plantas de zonas elevadas, particularmente a *Myrica* n.º 881 4*.

Prosegue, no Rio, a análise das Aguas Termas de Caldas Novas.

O Prefeito local, Cel. Luiz José Pereira, acaba de enviar mais alguns garrafões de agua termal para o Ministerio da Agricultura, endereçado ao hydrologista Professor Bruno Lobo, que está fazendo uma minuciosa análise das aguas mais quentes do Brasil.

Envio-se, tambem, as aguas que produzem as aguas termas do Pirapitinga, justamente onde ha uma fonte de sa. Estas aguas que tem grande poder terapeutico applicadas em certas febridas, segundo observações de alguns he- neficarios com as mesmas, cobrem a-

nualmente o grande lago do Pirapitinga, dando-lhe um aspecto pitoresco.

Com este material que seguiu, terminará o professor Bruno Lobo o exame que aqui iniciou ha tres mezes, dando de tudo um circunstanciado relatório.

L A G O do P I R A P I T I N G A



As aguas mais quentes do nosso Continente estão reunidas neste magnifico lago, de onde, agora, foram retirados alguns kilos de agua e enviados ao Rio para exame. O vulgo attribue, um grande poder terapeutico á mesma: e, dá ella com outros adjuntos, um ottimo sabão.

30

³⁰ A cópia em tamanho original encontra anexado no final do texto.

O texto ressalta a importância das propriedades medicinais das águas e das algas que compunham a Lagoa do Pirapitinga (essa lagoa encontra-se hoje dentro do complexo turístico denominado por Lagoa Quente³¹).

A publicidade visava ampliar e aproximar ainda mais a população dos projetos dos novos Coronéis das Águas.

A campanha lançada pelo jornal *O Kró* para essas mudanças sociais tinham outros elementos contidos, a necessidade da educação permanente, objeto de preocupação dos prefeitos, como podemos ver pela divulgação de estatísticas no jornal Triângulo de Araguari (anexo 7).

Reabriram-se as aulas do Grupo Escolar com uma matricula de 140 alumnos

Caldas Novas assim em 1934 dá o seguinte quadro de estudantes.

Para o Gymnasio Anchieta – 8 estudantes

Lyceu Goyano – 1 estudante

Para a Escola Normal de Morrinho – 1 estudante

Para a Escola Normal de Ipamery – 1 estudante

Para Escola Normal de Araguary – 1 estudante

Escola Farm. e Odontologia de Uberaba – 2 estudantes

Escola de Aviação (Rio) – 1 estudante

Escola Farm. e Odontologia de Ribeira Preto – 1 estudante

<<Curso de Madureza>> (Rio) – 2 estudantes.

(O TRIÂNGULO, Araguari-MG 11 de agosto de 1934)

A participação maciça da população, no projeto de estância balneária e pólo de lazer como força de trabalho, e as mudanças estruturais da cidade que foram empreendidas em período recente, reforçou a necessidade da educação, de uma pedagogia do lazer. Mas tudo isso não poderia vir sem o apoio de elementos de profundas penetrações, a cultura e o lazer.

Não bastava apenas remodelar a sociedade, mas fazer com que esses novos valores ficassem definitivamente uma bandeira, que os “aquáticos” que aqui viessem pudessem perceber o quanto a cidade estava ligada ao mundo moderno que se descortinava junto com as ideologias do Estado Novo.

³¹ A Lagoa Quente foi onde o bandeirante Martin Coelho encontrou pela primeira vez água quente na região, o nome oficial da lagoa é lagoa do Pirapitinga, a temperatura de suas águas ultrapassava a 50 (cinquenta graus centígrados). Hoje no local existe um enorme complexo turístico, com piscina, área de camping, restaurantes e bares.

Integralismo e nacionalismo

O integralismo vinha transvestido de liberalismo, os ganhos sociais eram a tônica do momento: voto para as mulheres, garantias trabalhistas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Empresas Estatais, uma identidade nacional caracterizada pela mistura de etnias, um brasileiro do Brasil com seus traços únicos – determinação, preguiça, inteligência, malandragem – e principalmente a Marcha para o Oeste, que se reforça com a inauguração de Goiânia por Pedro Ludovico. Essas conquistas eram anseios do povo, mas antes de tudo, e principalmente, o eram do governo Federal.

Assim o sul goiano cria um corpo novo, novas cores, tendo como marco de partida o Balneário de Caldas Novas.

Nessa esteira de acontecimentos a integração é palavra-chave acompanhada da cultura, esses são os dois elementos de consolidação das mudanças.

O esporte, assim como em muitas outras sociedades, foi escolhido como elemento de ligação entre as camadas sociais. Não podemos nos esquecer que o Estado Novo tem como uma de suas características o integralismo, ou seja, uma versão brasileira dos regimes totalitaristas – Nazismo e Fascismo. Assim como nesses regimes, a utilização da energia potencial sem emprego na sociedade é canalizada para o esporte como forma de unificar as “castas” sendo possível o convívio dos “doutores” com os “ases” do esporte.

O futebol e o basquete, entre outras modalidades, foram largamente difundidos em todos os setores da sociedade. Era obrigação dos órgãos de divulgação propor a educação, o esporte e o civismo enaltecendo as grandezas de nossa nação. Os bailes, com músicos locais e saraus literários eram obrigação frequente em toda a cidade em fase de modernização. Era a exacerbação do nacionalismo e de nossas potencialidades, e o reflexo disso se fez sentir nas duas constituições do período, a de 1934 e a de 1937:

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

(CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL de 1934)

Estimular uma “educação eugênica” definia bem as condições que se propunham o Estado e os municípios. A teoria da eugenia buscava produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseadas em leis genéticas. Intelectuais com o peso de Carneiro Leão, José Veríssimo, Silvio Romero, defendiam essa corrente. Carneiro Leão em *O Brasil e a Educação Nacional* (1917, p. 31), coloca que “a educação prática e profissional do nosso povo será, além do mais, o melhor incentivo para a nossa educação moral e cívica”. Era a nossa questão nacional sendo revisitada por nossos políticos.

Em 1937, a Constituição que fora imposta anteriormente altera alguns itens em relação à eugenia que eram evidentes, mas mantém as questões de controle, civilidade e ufanismo. Analisemos alguns dos seus artigos;

Art 15 - Compete privativamente à União:

IX - fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;

A união reservava para si a capacidade de criar e difundir as ideologias pedagógicas, visando a formação de uma sociedade ufânica e controlável. Existia neste artigo uma forte tendência em retirar o ensino da mão da Igreja Católica, embora ela tivesse uma participação maciça e uma influência junto aos intelectuais que encontravam-se no poder como Francisco Campos e Capanema.

Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art 127 - A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Os artigos 125, 127 e 129 deixam clara a importância de retirar a idéia de indolência e preguiça, cuidando em todos os sentidos que os jovens tivessem uma educação voltada à pátria e à família. Não deviam ser contaminados por correntes que pudessem prejudicar a nova formação nacional e as doutrinas elencadas com ideais para o jovem.

Gustavo Capanema preocupava-se muito com o que chamava de Juventude Brasileira, entendendo que a base do funcionamento e do ritmo de vida dessa juventude estava diretamente ligada à escola; daí a importância de criar um culto aos grandes vultos nacionais e reforçar as datas cívicas. Em um dos seus textos ele comenta:

“o jovem escolar, homem ou mulher, será obrigado a fazer parte da juventude, porque não é nenhum partido político ou corporação partidária, mas faz parte da própria educação e ninguém, assim, terá a liberdade de não querer entrar nela, porque a Juventude aparece como existem as aulas de português, de latim ou de matemática, às quais ninguém se pode furtar; ela é um momento da escola. Portanto, o jovem matriculado é, obrigatoriamente, parte integrante dele e deve participar em todas as suas celebrações. Fora da escola, o jovem é livre de ir para sua igreja, de praticar a sua religião, de frequentar as corporações esportivas, culturais etc., desde que não estejam agindo em sentido contrário ao da escola, porque aí, então, o estado pode agir, não contra o ingresso do jovem, mas contra a própria instituição [...]” (CAPANEMA apud HORTA, 2000, p. 162-163).

O texto reforça o caráter totalitarista da constituição e dos artigos comentados.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

A obrigatoriedade do ensino primário, o culto ao preparo físico e a uma rápida profissionalização eram elementos das doutrinas que se baseavam na obediência ao Estado. Essas doutrinas baseavam seus pressupostos educacionais em duas correntes bem distintas: a dos líderes e a dos liderados. Assim existia uma necessidade de formação rápida de mão de obra qualificada, necessária aos saltos de industrialização pelos quais o Brasil estava passando. Nessa esteira de raciocínio as cidades do interior também buscavam treinar rapidamente as camadas da população que fossem menos favorecidas economicamente; com isso conseguiam o controle social e ao mesmo tempo o apoio destas camadas, pois estas, sentiam que seus governantes estavam preocupados com seus anseios e necessidades, o que na verdade era mais uma das ilusões criadas pelas ideologias do poder e da dominação.

Este período foi muito bem analisado por Buffa e Nosella (1991), quando o Estado Novo, preocupado em equacionar os problemas de ordem nacional, criou as escolas de profissionalização SENAI e SESI. Essa formação diferenciada visava justamente formar líderes e operários. As escolas acabavam sendo um componente segregador; as camadas que podiam freqüentar as escolas particulares, seriam formadas para dar continuidade aos estudos retroalimentando as elites, ao passo que as pessoas das camadas sociais desfavorecidas poderiam aproveitar o ‘apoio’ institucional e concluir um curso profissionalizante, o que lhe garantiria uma vida razoável. Enfim, manter-se-iam as diferenças entre o pobre (trabalhador) e o rico (líderes pensantes), fórmula aplicada de maneira populista sob o manto do nacionalismo.

A escola profissionalizante tinha como objetivo a rápida colocação do trabalhador do povo no mercado em desenvolvimento, e o ensino clássico abria as portas aos bacharelados que forneciam respaldo às elites para se sustentarem no poder por meio de seus descendentes.

Enfim, era preciso também oportunizar o lazer e a cultura, e nisso os redatores d’*O Kró* não deixavam nada a desejar dosando cuidadosamente as cobranças sócio-políticas com notícias sobre o esporte, a cultura, a literatura e as curiosidades locais. Esses

elementos seriam hoje conhecidos como coluna social, onde aparecem os “notáveis” da sociedade. No caso em questão, o jornal lançava mão da ironia e da pilhéria para repassar a noção de igualdade social:

TEATRO INFANTIL

O Grupo Escolar local por intermédio do respectivo corpo docente, homenageou a memória de Tiradentes, levando, ontem, no palco do Cine Teatro Íris, com o concurso das alumnas e algumas senhorinhas de nossa sociedade, interessante e variado programa de comédias, diálogos e bailados. Os papeis foram bem distribuídos e os trabalhos dos pequenos artistas amadores, com rara exceção, agradaram ao auditório.

Só temos que louvar a iniciativa dos professores do nosso estabelecimento de ensino, que, promovendo, de vez em vez, festas neste gênero, não só contribuem para a educação social das crianças, bem como proporcionam algum rendimento para a Caixa Escolar, que é o amparo da criança pobre. (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 5, n. 97, p. 6)

A notícia deixa transparecer os ideais estadonovistas em relação à educação. A contribuição dos afortunados com a Caixa Escolar para a manutenção do ensino gratuito dos menos afortunados era na verdade um ardil. A obrigatoriedade da ajuda, respondia a um anseio de divisão social, de igualdade das camadas sociais, afinal a educação era pública, e mais que justo que os afortunados contribuíssem também com a educação dos pobres.

Propaganda ufanista também não faltava, mesmo porque os valores ideológicos dos Coronéis das Águas estavam diretamente ligados ao ideário do Estado Novo. *O Kró* servia de bandeira para esse ideário e ao mesmo tempo difundia e cristalizava seu projeto, o da construção da Estação Balneária em Caldas Novas.

SURPREZA PARA 10 DE NOVEMBRO

As suposições que se tem feito em torno da propalada organização ou divisão territorial do Brasil a ser decretada a 10 deste, são as mais variadas possíveis. Aqueles que acompanham o evoluir do novo Estado, que esmagou a malfadada política das Republicas anteriores, crêem que o segundo ano do Regime atual, se iniciará com uma medida altamente beneficiadora para a economia brasileira. Assim, diversas são as correntes sobre a sensacional surpresa que nos reserva o dia 10 próximo. Acreditam uns que esta divisão terá unicamente objectivos econômicos, localizando as regiões do paiz onde devem ser incrementadas as nossas diversas produções, sem afetar a atual divisa dos Estados. Há, contudo, os que crêem na modificação destes limites, fusão entre alguns Estados, e supressão de outros que serão considerados territórios nacionaes.

Animam ainda a afirmar, os mais fortes em palpites, que teremos o Brasil dividido em 40 ou 48 departamentos, sob um sistema unitário.

De qualquer maneira que se realize esta divisão, ela será para o bem do Brasil, e não duvidamos da clarividência e patriotismo do Presidente Getulio Vargas (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 5, n. 89).

Junto com a informação de possíveis alterações, o noticioso local faz o comentário sobre a nova planta do balneário da cidade.

Está sendo levantada a planta do balneário

Há dias que se encontra nesta cidade, o ilustre engenheiro arquiteto do Estado o Dr. José Niedemayer, que aqui está especialmente para localizar e levantar a planta do futuro balneário. Podemos adiantar que já foi escolhido o local, e que o engenheiro trabalha agora para o levantamento da planta. Está, pela competência de seu executor, que é um dos colaboradores técnicos na construção da mais moderna cidade da América do Sul – Goiânia, apresentara na sua estrutura geral o que há de mais moderno em arquitetura, e, internamente, obedecerá os requisitos de higiene e conforto necessários a um estabelecimento dessa natureza (O KRÓ, Caldas Novas – GO, ano 5, n. 89).

Como não poderia deixar de ser, *O Kró* traz de forma detalhada os balancetes da prefeitura, em que se detectam todas as despesas públicas em especial as despesas com a instrução pública. Uma despesa que em média girava em torno de 358\$000 contos de réis, distribuídos entre vencimentos dos professores, expediente escolar e com a adjunta do Grupo Escolar

Esse recorte histórico estampado nas folhas d'*O Kró*, o primeiro jornal local, nos permitiu uma leitura de todo o processo de transformação das estruturas sociais da cidade de Caldas Novas. As mudanças que ocorreram na sociedade estão refletidas diretamente no jornal ainda que pelo filtro da interpretação de seus editores/redatores. Inicialmente comprometido somente com o sonho de estação balneária e pólo de lazer, o noticioso ao longo de seus cinco anos de existência, reproduziu, bem como produziu mudanças no ideário popular. Implantou definitivamente as idéias liberais e integralistas dos “coronéis urbanos” Vargas e Ludovico, e nessa esteira criou os seus próprios coronéis. Coronéis estes que buscavam nas qualidades das águas locais um novo modelo de cidade, que pudesse atender ao país, mas em especial, aos seus anseios de poder e riqueza. Para que todas essas transformações fossem possíveis a população não poderia estar excluída do processo, mesmo porque seria ela a força motriz da mudança, e como em todas as outras cidades, e bem como na visão de identidade nacional, a educação mais uma vez foi

utilizada como a panacéia para os males e mola impulsionadora do desenvolvimento e da modernidade.

O Kró serviu como desbravador das fronteiras entre o antigo e o novo, foi o arauto da modernidade no sul goiano e junto com seus idealizadores, com a força inquebrantável de seus redatores, alterou o perfil de cidade provinciana e anunciou aos quatro ventos seu futuro como estância hidro-termal. Anunciando inclusive uma mudança no perfil da cidade, de balneário de lazer para pólo de turismo.

Considerações Finais

O caminho até aqui percorrido nos deixa uma certeza: ainda há muito a trilhar. Durante essa pesquisa algumas das nossas questões foram respondidas, outras tiveram um redimensionamento, mas isso é parte integrante do próprio ato de pesquisar.

Seria extremante fácil se ao final de cada pesquisa tivéssemos todas as nossas perguntas respondidas, todas as nossas hipóteses confirmadas. Mas a história é generosa e ao invés de confirmar todos os nossos questionamentos, abre um novo leque de possibilidades, deixa o pesquisador entrever pelo pó do tempo novas possibilidades, convida-nos a um novo jogo e a outros enigmas que deverão ser decifrados.

Nesse caminho solitário trilhado pelo pesquisador, encontramos uma série de valores que devem ser (re)vistos com um segundo olhar, permitindo que as novas abordagens tragam à luz fatos novos e conteste paradigmas reinantes.

Uma abordagem sobre a estrutura social de qualquer cidade não deve excluir de seus questionamentos a importância que a educação teve para com o processo de sua formação, bem como os meios empregados para se chegar a essa estrutura básica, seja ela, focada na indústria, no turismo, nas práticas econômicas ou culturais.

Uma importante ferramenta nesse processo foi nosso reencontro com o primeiro jornal que circulou na cidade de Caldas Novas, pois circulou exatamente em um período em que estavam sendo implementadas mudanças profundas no Brasil e em nossa sociedade local. Embora a meu ver nossa identidade nacional ainda não esteja totalmente definida, isso porque, ainda nos permitimos ser “globalizados” e recebemos de braços abertos a cultura internacional, em especial a estadunidense, devemos reforçar aqui que uma das marcas desse período estudado foi que nele forjaram-se várias características de nossa nacionalidade: a aceitação de nossa mistura étnica, o que nos caracteriza em particularidades e peculiaridades, que só nós temos como o nosso andar gingado, a nossa alegria e mesmo a indolência, o que em nenhum momento nos tornam incapazes de grandes produções. Aliás, bem ao contrário, o tempo tem demonstrado a enorme capacidade criativa de nosso povo, embora muito se faça para que pareça o contrário.

Aliado ao ideário estadonovista e às visões liberais, os redatores do jornal *O Kró* eram responsáveis por um projeto de vulto, seriam os mensageiros dos novos tempos, por

meio desse arauto das águas termais – *O Kró* – e de sua nova elite – *Os coronéis das águas*.

O periódico *O Kró* foi a ferramenta de transformação das estruturas sócio-políticas de Caldas Novas. Nos poucos números que nos foi possível recuperar do acervo do seu criador e um dos principais redatores, o Sr. Oscar Santos, tivemos a oportunidade de desnudar a cidade. Diante desse olhar perscrutador, múltiplas facetas da sociedade saíram da letargia dos anos, deixando ver sua verdadeira cor, fato este que a grande maioria das pessoas não via, e, pior ainda, não queria ver. Essas pessoas não queriam mudar a idéia pré-concebida que forjaram da cidade, não se interessavam com relação à verdadeira raiz social da cidade.

Assim, de maneira rizomática, *O Kró* atingiu todos os segmentos sociais, estendeu seus tentáculos para alcançar as várias personagens que participavam do cenário cotidiano da cidade: a mulher, o comerciante, o estudante, o morador e o visitante. Sua fórmula: a pândega, a ironia e a política.

Caldas Novas durante esses anos passou por um processo gigantesco de efervescência política e educacional. Os primeiros *Coronéis das Águas*, grupo da elite local que assumiu o poder durante as primeiras décadas do século XX, traziam como bagagem uma forte cultura. Independente de que essa cultura fosse acadêmica ou não, utilizaram-na como elemento de coesão, conseguindo dessa maneira uma visão ampla e completa do projeto que propunham a Caldas Novas, o projeto de estação das Águas, do pólo de lazer.

A pesquisa nos reforçou algumas certezas, uma delas é a importância da imprensa na construção da imagem de um povo sobre si mesmo. Claro que isso não é uma grande novidade, buscamos um tratamento que fosse capaz de discutir em pé de igualdade todos os atores do processo. Acrescentamos a esse tratamento das representações um modelo holista. Desta maneira, tanto as elites constituídas como o leitor, ator anônimo, não foram negligenciados. Uniram-se como elementos fundamentais para a construção das estruturas sociais que compunham o município. Com isso, o leitor-cidadão constitui-se como o objeto de desejo do poder, e também, o maior dos interesses desta elite formadora. Com a falta deste ingrediente, o interesse, torna-se quase impossível buscar alternativas que levem ao poder e à sua manutenção.

A forma de controle utilizada no caso da sociedade Caldense foi o entusiasmo. A conquista deu-se pelo contágio harmônico de todos os estratos sociais. Esse era um projeto bem estruturado que incluía a mudança radical do perfil da cidade, retirar a pecha agrícola-

pastoril e estruturar um balneário turístico. Nesse projeto nenhum setor da sociedade foi negligenciado: a política, a saúde, o meio ambiente e a educação tornaram-se as preocupações da elite.

Um curioso marco para Caldas Novas foi a presença da mulher no meio cultural da elite local. Seguindo na esteira da Semana de Arte Moderna, as mulheres se tornaram parte integrante d'*O Kró*, fosse como destaque nas notícias, ou como produtoras delas, por sua participação como poetisas. Era uma presença discreta, porém constante.

Entre essas ousadas mulheres podemos dar destaque à Maria Cândida de Godoy – que ficou conhecida como D. Rolinha – D. Hélia, D. Zica, Marietinha, Luizita e Wanda Cunha. Isso sem contar um grande número de professoras primárias que passaram pelas escolas de toda a região, colaborando de maneira silenciosa, mas vigorosa para ocupar o espaço feminino na formação da nova cidade que se desenhava no projeto dos Coronéis das Águas.

Essa empreitada tornou-se possível ao longo do tempo graças ao conhecimento e à instrução. A educação pública sempre foi motivo de interesse, principalmente no início da consolidação do projeto hídrico-turístico.

No início desta pesquisa, buscamos comprovar uma hipótese, que a educação em Caldas Novas visava uma pedagogia do lazer. A presença até opressora dessa pedagogia se fez notar em todos os segmentos da sociedade no período analisado. Serviu como bandeira e pano de fundo do projeto e da ideologia dos *Coronéis das Águas*, mas que devido à total falta de instrução da população local deveria ser implementada em conjunto com um processo de alfabetização.

A educação em Caldas Novas aliava-se ao projeto que o ministro Gustavo Capanema tentou levar ao cabo durante o Estado Novo: uma educação para as populações carentes apoiada pelo três elementos de governo, união, estado e município. Oportunizar o mínimo de conhecimento e instrução para manterem vivas as idéias de crescimento e desenvolvimento.

O Estado Novo tinha o discurso de apoio integral às famílias carentes e numerosas, e no campo político-educacional, esse amparo ocorreria preparando esse contingente para as novas necessidades econômicas da nação, uma instrução que levasse à rápida inclusão do cidadão no mercado de trabalho. Essas medidas seriam capazes de evitar a estagnação da industrialização e do desenvolvimento do interior do país.

Podemos, então, afirmar que o primeiro passo da pedagogia para o lazer foi, antes de tudo, o processo de alfabetização da população local.

Tentamos desenhar no texto quem eram esses Coronéis das Águas. Esses homens, com uma visão holística e moderna, foram Bento de Godoy, José Theóphilo de Godoy (Juca Godoy), Antonio Augusto Guimarães, Ciro Palmerston³², Armando Storni, Oscar Santos e Celso de Godoy. Foram eles que definiram os rumos da cidade, foram os responsáveis por todas as ações políticas, econômicas, jornalísticas e sociais que Caldas Novas viveu desde 1920 até os dias atuais. Sem eles, seria impossível resultar a cidade como é hoje e, com certeza, Caldas Novas não faria parte do rol das cidades de importância do Estado de Goiás.

Identificados com a nova situação nacional, esses novos *coronéis* aproveitaram a oportunidade política e quebram os grilhões dos que os mantinham aprisionados aos coronéis de Morrinhos-Go e aos Caiado, líderes políticos do estado até a implantação do Estado Novo.

Vislumbraram e prepararam o projeto que viria transformar a região em um importante centro hídrico-termal. Comportaram-se como exímios políticos, tiveram sempre o bom senso da observação e a certeza de que lado deveriam ficar, conseguindo tirar proveito das oportunidades apresentadas por Pedro Ludovico, inscrevendo-se como companheiros, mas ao mesmo tempo cobrando uma postura que elevasse Caldas Novas a uma situação de destaque.

Dessa maneira, conduzimos nossa pesquisa buscando colaborar com a historiografia local no que diz respeito à educação e sua influência na sociedade.

As atuais linhas de pesquisa dão um destaque especial aos periódicos como forma de leitura de um determinado período de tempo. Esse envolvimento que a imprensa tem com todos os setores acaba tornando-a um instrumento privilegiado de (re)leitura e (re)significação dos processos de todas as sociedades.

O projeto hídrico-termal de Caldas Novas ainda é um processo em construção. Por muito tempo se falou da importância das águas termais da região e, na maioria das vezes, omitiram-se a história, os projetos e seus autores. A importância do projeto inicial e todo o processo de criação, implantação e consolidação do balneário de Caldas como pólo de lazer acabou ficando em segundo plano. Em nossa pesquisa buscamos resgatar a educação

³²Devemos registrar que a família Palmerston foi a fundadora e por muitos anos a administradora da Pousada do Rio Quente, com a venda criaram em Caldas Novas dois outros clubes que existem até hoje administrados por seus herdeiros, o clube Prive das Caldas e o hotel Morada do Sol.

nesse processo que deu origem ao balneário, suas singularidades, suas dicotomias. Assim como a modernidade, podemos dizer que o projeto ainda é um “projeto inacabado”, tão frágil como o dizer de Karl Marx no *Manifesto Comunista* de que “tudo o que é sólido, desmancha no ar”.

Mas o que mantém a unidade desse processo iniciado com a emancipação política da cidade de Caldas é a forma como a educação se manteve presente.

Embora em seu primeiro momento tivesse tido uma participação discreta, nunca foi relegada totalmente ao descaso. Comprometidos com os projetos de “formação da identidade nacional”, os *Caldense* (como eram inicialmente chamados os atuais Caldasnovenses) construíram uma identidade, que podemos arriscar chamá-la, parafraseando os redatores de *O Kró*, de uma *identidade aquática*.

Inseridos no projeto nacional, (trans)formaram sua própria identidade, essa nova identidade deveria ser capaz de atrair novos visitantes, assim constituiu-se a *identidade aquática* e uma *pedagogia para o lazer*.

Inicialmente essa Pedagogia agiu muito mais na esfera político-social, do que nas esferas escolares. A educação da população para o lazer era uma marca indelével, inclusive quando tratava de idealizar uma cultura ecumênica, despindo alguns traços das características culturais locais, permitindo uma aculturação, para poder melhor atender aos visitantes (clientes) dessa nova Estação hidro-termal.

Baniu-se da sociedade a idéia de homem do campo, dando lugar a um homem *moderno*, antenado com as tendências da modernidade. Era o preço a ser pago por essa nova pedagogia. Construíam-se a cidade, a população e suas elites com essa *identidade aquática*. Daí o nascimento dos *Coronéis da Águas*, resultado da pedagogia idealizada. Frutos de sua própria criação, os criadores acabam sendo criaturas de sua própria criação.

Referências

- ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos Livros*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras
- ALBURQUERQUE, Carlos, *Caldas Novas: Além da águas quentes*. Caldas Novas: Keops, 1996
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado - notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 9 ed. São Paulo: Graal, 2003.
- ARAUJO, José Carlos Souza, JUNIOR, Décio Gatti, org. *NOVOS TEMAS EM HISTORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002 – Coleção memória da educação.
- ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito – o pensar, o querer e o julgar*. Trad. Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ed. UFRJ, 1992
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: Memórias*, Rio de Janeiro, Editora Melso, s/data.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *O Problema da Imprensa*, 3 ed.. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 1997.
- BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social: fatos políticos, condições sociais e causas econômicas de uma fase revolucionária do Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1986
- _____, *História da política revolucionária no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1973
- BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O Despertar dos Dormentes – Ensaio sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922*. Goiânia, Cegraf. 1990.
- BOTTOMORE, Tomas Burton, *As elites e a sociedade*. 2ª ed. Zahar, RJ, 1974, cap. III e VII.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução. Fernando Tomaz. 5ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002
- BRETAS, Genesco Ferreira, *Memórias de um botocudo*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.
- BRIGGS, Asa e Burke, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias, Ver. Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004
- BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo, *A Educação Negada: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- _____. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena, Coleção Repensando a História. *A Imprensa na História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARNEIRO LEÃO, Antonio. *O Brasil e a Educação Popular*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comercio, 1917.

- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer*. Trad. Epharim Ferreira Alves. 5ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
- CHACON, Vavireh, *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1977.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Univerisidade/UFRGS, 2002.
- CHAUL, Nasr Fayad, org. *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e Famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.
- CORONE, Edgard, *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1973.
- DAHRENFORF, Ralf. *O liberalismo e a Europa*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.
- DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Trad. Sônia Coutinho. Ver. Ciro Flamarion Cardoso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- _____. *Boemia literária e revolução: O submundo das letras do Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 3ª reimpresão. Volumes 1, 2,3,4 e 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.
- DOSSE, François. *A história em Migalhas: dos annales à nova História*. Trad. Dulce de Oliveira Amarante do Santos. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- _____. *O Império do sentido: A humanização das Ciências humanas*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, São Paulo: EDUSC. Coleção História. 2003
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Pietro Nasseti. Coleção. Obra Prima de Cada Autor. São Paulo. Martin Claret, 2002.
- DULCI, Otavio Soares, “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia” in Ciências sociais hoje, São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1984.
- ELIAS, Ana Cristina, *Caldas Novas, ontem e hoje*. Caldas Novas: Secretaria Municipal de Educação, 1994.
- ELIAS, Nobert, *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann; revisão de Renato Janine Ribeiro. RJ: Jorge Zahar editores, 1993 2v.
- FALCON, Francisco. *História Cultural – Uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político*. 10 ed. São Paulo: Globo, 1995.
- FILHO, Braz W, Pompêo de Pina. *Goiás: História da Imprensa*. Goiânia, Go: Departamento Estadual de Cultura, 1971.
- FONTOURA, João Neves da, *Memórias: A aliança liberal e a revolução de 30*. Porto Alegre, Globo, 1963.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002
- _____. *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *A ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, 1996.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Problemas políticos brasileiros*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *Getúlio Vargas, o poder e o sorriso*. São Paulo. Cia das Letras. 2006

- FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FVG/CPDOC, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 30*, Equipe do CPDOC, sob a coordenação de, Alzira Alves de Abreu...[et al.] ed. rev. E atula - Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, v.2, 4 e 5
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer, 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo, Loyola, 1982.
- GASSET, José Ortega Y. *A rebelião das Massas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- GHILARDI, Maria Inês. *Mídia, educação e leitura*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad.: Maria Betania Amoroso – 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIROUX, Henry. *Ideologia, cultura e escolarização*. In: Teoria crítica e resistência em educação – para além das teorias de reprodução. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 160-220.
- GODOY, Théophylo. *DO BRASIL À INDIA*. Araguari, MG: tipografia do “O Araguary”, 1936.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes. *CAPANEMA: O ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.
- HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas: O revolucionário, o ditador, o democrata, a história do maior estadista brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre: Tchê! Comunicações Ltda. 1984.
- HERNANDEZ, Leila M. G., *Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HOBBS, Thomas. *“Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil”*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão e outros. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001
- _____. *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira Marcos Penchel. 10 ed. São Paulo. Paz e Terra. 1997.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. 1. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEITE, Dante Moreira, *“O caráter nacional brasileiro”: história de uma ideologia*. São Paulo, Pioneira, 1969.
- LEVINE, Robert, M. *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- LIMA, Maria Emilia A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: Os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1990.
- LOCKE, John, “Segundo tratado sobre o governo” in *Os Pensadores*, São Paulo, Abril, 1973.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergston. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. 7 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: Um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia, Cegraf/UFG. Coleção Documentos Goianos, 18, 1990.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo; Ed Martin Claret, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo Brasileiro*. 2ª ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *História Social da Imprensa: Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPURCS, 2003.
- MERQUIOR, José Guilherme, *O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- MOTA, Carlos Guilherme e Capelato, Maria Helena R.. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo, Impres, 1980.
- MOURA, José Ubiratan de Moura e outros. *Complexo Termal de Caldas Novas*. 1ª reimpressão. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 1986.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001
- NÓVOA, Antonio. *História da Educação “Novos sentidos, Velhos Problemas*. Braga: Universidade de Lisboa, 1996)
- NUNES, José Horta. *Formação do Leitor Brasileiro – imaginário da leitura no Brasil colônia*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 1994. Col. Viagens da Voz.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 1990.
- REIS, Maria Barbosa. *MEIO SÉCULO DE MAGISTÉRIO*. Goiânia: Oriente, 1979.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, O jornal e a tipografia no Brasil – 1500 – 1822 – com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: 1945.
- ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social ou princípios do direito político*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo; Ed Martin Claret, 2004.
- SARGENTINI, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- S.J, Leonel Franca. *Obras Completas do Pe. Leonel Franca S.J - O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum”*. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952
- SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia – Polêmicas do nosso tempo*. 35 ed. São Paulo: 2002
- _____. *Educação – Do senso Comum à Consciência Filosófica*. 12 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SCHWARTZMAN, Simon (org). *Estado Novo: um auto retrato* (arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora UnB, 1983.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos De Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo(1890-1910)*. São Paulo: EDUNESP, 1998.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Trad. Coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 13ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2003.
- TEIXEIRA NETO, Antônio, COSTA, José Eduardo Albuquerque de Macedo, THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade. Uma leitura social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia. Das Letras. 2002.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Coleção Temas Brasileiros, vol 35; Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 1982.
- VARGAS, Getulio. *Diário – 1930 – 1936*. Apresentação: Celina Vargas do Amaral Peixoto; Ed. de Leda Soares. São Paulo; Rio de Janeiro: FGV. 1995.
- VELHO, Guilherme Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Guanabara. 1987
- VERÍSSIMO, Jose. *A educação Nacional*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- VOVELLE, Michel, *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, , 1981, pp. 11-40 e 319-349.

TESES:

- BRESCIANI, Maria Stella Martins, “Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)” Doutorado, Deptº de História da FFLCH da USP.
- FERREIRA, Antonio Celso, “Militares e reforma do Estado (1932-1935): propostas políticas e atuação dos tenentes e das cúpulas das Forças Armadas”. Mestrado, Deptº de História da FFLCH/USP.
- KATO, Regina Costa, “Formação do Estado Brasileiro: Liberalismo e independência”, Dissertação de Mestrado, Ciências Política, Universidade de São Paulo, 1982.
- MARSON, Adalberto, “A ideologia nacionalista em Alberto Torres”, Tese de Doutorado, Deptº de História da FFLCH, da USP, 1975.
- MONTEIRO, Maria Helena Pinheiro, “A classe operária vai ao Parlamento? Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, Deptº de Geografia e História, Universidade de Brasília, 1983.
- OLIVEIRA, José Flavio, “Liberalismo e oligarquias na República Velha: O ESP, e a Campanha Civilista (1909-1910), Dissertação, 1989
- SIMÕES Neto, Francisco Teotonio, “Os Bacharéis na política e a política dos Bacharéis”, Tese de Doutorado, Ciências Política, Universidade de São Paulo. 1983

JORNAIS:

- O “O Kró” – Caldas Novas
 “O Triangulo” – Araguari

“ Araguay” – Araguari

“Albor” – Araguari

“ O Americano” – Araguari

“Diário de Araguay” – Araguari

“O Sport” – Araguari

“ O Rádio” – Araguari

“Oeste” - edição fac-similar de 23 fascículos de julho de 1942 a dezembro de 1944.

DOCUMENTOS:

Livros de atas, leis, posse e registro de Caldas Novas de 1911 a 1955.

Fotos de Caldas Novas de 1934 a 1969

Anexo 1**O KRÓ – N° 1 de 14 de julho de 1934, p. 01**

O KRO

«O KRO» é um jornal
que não se empresta,
ASSINA-SE!

CALDAS NOVAS, 14 DE JULHO DE 1934.

Anual 8\$000 — Seme-tral 5\$000

CRITICO, LITERARIO E
NOTICIOSO

DIRETORES REDATORES—O. SANTOS E C. GODOY

COLABORADORES — DIVERSOS

— Anuncios a contratar —

ANO 1 — NUMERO 1

Traje novo

É «O KRO» mesmo, em outras roupagens. Ele, que a pareceu em um dia de bom humor, modestamente datilografado, agora se veste melhor, em letras de imprensa, e deixa de lado a legenda: «Órgão de grande circulação na Avenida R. Branco e Praça J. Pessoa». Assim é preciso: pois, passando de jornalão a jornalsinho, circulará em toda nossa «urbs», em nosso município, e, atravessando as nossas fronteiras, «vae dizendo a toda gente» que Caldas Novas quasi que já tem um jornal.

O nosso programa, como de todo jornalsinho que aparece, será, não fugindo á tradição, literario, humoristico e noticioso.

Os numeros datilografados, talvez, pôr ostentarem os suggestivos diseres: «Unico jornal do mundo que não vive de assinaturas», tinham uma dezena de leitores; e não eram «improprios para menôres e senhoritas».

Esperamos o alento monetario, principalmente, dos nossos conterraneos; e cremos que ninguem se furtará a ajudar o primeiro jornal que aparece nesta terra das aguas quentes, graças a boa vontade de meia duzia de rapazes.

As Nossas Possibilidades

Com a entrada deste jornal para o «rol» dos jornais de verdade, o dever nos manda apro-

veitar as suas colunas, encetando um assunto de magna importancia para nós, — os Caldenses.

Queremos nos referir ás famosas «guas termas radio ativas», que a nossa cidade sente-se orgulhosa em possuir.

As nossas fontes «radio ativas», no genero, são consideradas as melhores do Brasil, quiza da America do Sul. Esta maravilha, que a natureza nos legou se acha em completo esquecimento por parte do Governo, unica entidade que no momento poderá beneficiá-la, já que os seus proprietarios nada podem fazer.

Boa vontade eles têm; porém lhes falta a «mola real» para os grandes empreendimentos, — a parte monetaria.

Sabemos, perfeitamente, que o nosso grito de pigmeus, pouco representa, em face da gigantes cae intransponivel barreira que se nos depara na actualidade. Essa barreira, — é o «pouco caso» com que os poderes competentes levam em conta, todo e qualquer pedido e mandado do sertão.

Todavia, mesmo sabendo disso, a nossa campanha continuará.

«Água mole em pedra dura, tanto bate, que um dia fura». É preciso que o Governo se convença de que, beneficiar as nossas «termas», é beneficiar o Estado de Goiás, e, «ipso-fato», o Brasil.

O. S.

Livro: «Goiáz Coração do Brasil», na
Tip. Minerva

Nossos colaboradores

Quizessemos nós ter um jornal de verdade, este seria, modestia á parte, pela sua feição literaria, um dos melhores do nosso Estado.

Contamos, em nosso meio, com dois vultos de maior grandeza na literatura e poesia do Brasil Central, e com um punhado de homens ilustrados, afeitos ás lides jornalisticas.

Já por demais conhecidos, pela colaboração quasi diaria nos tornaes do Triangulo, são os dois manos Xavier Junior e Guilherme Xavier de Almeida.

Do ultimo, publicou «O Araguary», ainda ha pouco, em lugar de destaque, a bela conferencia: «O cantor do Ytaporú», sobre Humberto de Campos, lida em Burity Alegre. E prevenimos aos amantes das belas letras, raras em nosso sertão, para se deliciarem, por esses dias, lendo uma conferencia sobre o poeta Vicente de Carvalho, do Dr. Xavier Junior, que será publicada em um dos tornaes do Triangulo.

Além destes poetas e literatos, teriamos ainda a colaboração dos emeritos e conhecidos jornalistas: J. Bretas, Juca de Godoy L. Fleury, A. Miranda, J. Maria, Orlando e Augusto R. da Cunha, e os irmãos Odilon, Aurelio e Leopoldo de Sousa.

Toda esta gente, para «O KRO», mesmo pequeno e modesto, já prometeu as suas eficientes colaborações.

C. GODOY

Anexo 2

Constituição Política do Imperio do Brazil

(de 25 de março de 1824)

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admitte com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

Art. 2. O seu territorio é dividido em Provincias na fôrma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.

TITULO 2º

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

(...)

TITULO 8º

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos

dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 173. A Assembléa Geral no principio das suas Sessões examinará, se a Constituição Política do Estado tem sido exactamente observada, para prover, como fôr justo.

Art. 174. Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brazil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles.

Art. 175. A proposição será lida por tres vezes com intervallos de seis dias de uma á outra leitura; e depois da terceira, deliberará a Camara dos Deputados, se poderá ser admittida á discussão, seguindo-se tudo o mais, que é preciso para formação de uma Lei.

Art. 176. Admittida a discussão, e vencida a necessidade da reforma do Artigo Constitucional, se expedirá Lei, que será sanccionada, e promulgada pelo Imperador em fórma ordinaria; e na qual se ordenará aos Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, que nas Procuções lhes confirmam especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma.

Art. 177. Na seguinte Legislatura, e na primeira Sessão será a materia proposta, e discutida, e o que se vencer, prevalecerá para a mudança, ou addição á Lei fundamental; e juntando-se á Constituição será solemnemente promulgada.

Art. 178. E' só Constitucional o que diz respeito aos limites, e attribuições respectivas dos Poderes Politicos, e aos Direitos Politicos, e individuaes dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pôde ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinarias.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

I. Nenhum Cidadão pôde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei.

II. Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade publica.

III. A sua disposição não terá effeito retroactivo.

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar.

V. Ninguem pôde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

VI. Qualquer pôde conservar-se, ou sahir do Imperio, como lhe convenha, levando comsigo os seus bens, guardados os Regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro.

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguem poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por

elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testermunhas, havendo-as.

IX. Ainda com culpa formada, ninguem será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto.

X. A' excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.

O que fica disposto acerca da prisão antes de culpa formada, não comprehende as Ordenanças Militares, estabelecidas como necessarias á disciplina, e recrutamento do Exercito; nem os casos, que não são puramente criminaes, e em que a Lei determina todavia a prisão de alguma pessoa, por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro do determinado prazo.

XI. Ninguem será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na fórma por ella prescripta.

XII. Será mantida a independencia do Poder Judicial. Nenhuma Autoridade poderá avocar as Causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver os Processos findos.

XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

XIV. Todo o cidadão pode ser admittido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença, que não seja dos seus talentos, e virtudes.

XV. Ninguem será exempto de contribuir pera as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.

XVI. Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica.

XVII. A' excepção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juizos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem Commissões especiaes nas Causas civeis, ou crimes.

XVIII. Organizar-se-ha quanto antes um Codigo Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade.

XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis.

XX. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja.

XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes.

XXII. E'garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente

indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação.

XXIII. Tambem fica garantida a Divida Publica.

XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos.

XXV. Ficam abolidas as Corporações de Officios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres.

XXVI. Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas producções. A Lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda, que hajam de soffrer pela vulgarisação.

XXVII. O Segredo das Cartas é inviolavel. A Administração do Correio fica rigorosamente responsavel por qualquer infracção deste Artigo.

XXVIII. Ficam garantidas as recompensas conferidas pelos serviços feitos ao Estado, quer Civis, quer Militares; assim como o direito adquirido a ellas na fórma das Leis.

XXIX. Os Empregados Publicos são strictamente responsaveis pelos abusos, e omissões praticadas no exercicio das suas funcções, e por não fazerem effectivamente responsaveis aos seus subalternos.

XXX.. Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.

XXXI. A Constituição tambem garante os soccorros publicos.

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.

XXXIV. Os Poderes Constitucionaes não podem suspender a Constituição, no que diz respeito aos direitos individuaes, salvo nos casos, e circunstancias especificadas no paragrapho seguinte.

XXXV. Nos casos de rebellião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembléa, e correndo a Patria perigo imminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisoria, e indispensavel, suspendendo-a immediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remetter á Assembléa, logo que reunida fôr, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaesquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a ellas, serão responsaveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1823.- João Severiano Maciel da Costa.- Luiz José de Carvalho e Mello.- Clemente Ferreira França.- Marianno José Pereira da Fonseca.- João Gomes da Silveira Mendonça.- Francisco Villela Barboza.- Barão de Santo Amaro.- Antonio Luiz Pereira da Cunha.- Manoel Jacintho Nogueira da Gama.- José Joaquim Carneiro de Campos.

Mandamos portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a jurem, e façam jurar, a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão